

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação e Formação Humana

Danilo da Silva Vargas

Trabalho e educação:
as dinâmicas das relações de trabalho na perspectiva de jovens estudantes do ensino médio do município de Betim.

Belo Horizonte

2021

Danilo da Silva Vargas

Trabalho e educação:

as dinâmicas das relações de trabalho na perspectiva de jovens estudantes do ensino médio do município de Betim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio de Brito.

Belo Horizonte

Agosto de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
FICHA CATALOGRÁFICA

V297t Vargas, Danilo da Silva.

Trabalho e educação: as dinâmicas das relações de trabalho na perspectiva de jovens estudantes do ensino médio do município de Betim [manuscrito] / Danilo da Silva Vargas. - 2021.

129 f.

Orientadora: José Eustáquio de Brito

Dissertação (mestrado) -- Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana. Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Referências: 113-122.

1. Trabalho. 2. Juventude. 3. Periferia. 4. Escola. I. Brito, José Eustáquio. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

CDU: 37-053.2

CDD: 370.193

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Daniel Henrique da Silva, CRB-6/3422

Danilo da Silva Vargas

Trabalho e Educação: as dinâmicas das relações de trabalho na perspectiva de jovens estudantes do ensino médio do município de Betim.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Eustáquio de Brito (Orientador).
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Prof. Dr. Juarez Tarcísio Dayrell
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof^a Dr^a Cirlene Cristina Sousa
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Membros Suplentes.

Prof^a. Dr^a. Symaira Poliana Nonato
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Francisco André Silva Martins
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Belo Horizonte
Agosto de 2021

AGRADECIMENTOS

Se Marx tinha razão ao afirmar que “todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência”, ousar alargar sua colocação e, dizer que para além do entendimento e da produção científica, se iniciar em qualquer campo é sempre um desafio. Assim, lembrar daqueles que contribuíram diretamente ou indiretamente para nosso aprendizado não é somente um ato de gratidão, mas de reconhecimento histórico.

Entendo que a construção do conhecimento que se concretiza na dissertação finalizada, não se inicia com o começo do mestrado. As bases teóricas e práticas, das quais me apropriei para a pesquisa e a escrita, tem raízes materiais e culturais que ultrapassam o tempo definido para a conclusão de uma pós-graduação *stricto sensu*. Por motivos de espaço, tomarei liberdade para lembrar somente aqueles que considero imprescindíveis nessa jornada.

Os reconhecimentos à importância da família vêm em primeiro lugar. Pai, mãe e irmãos foram e são essências nas diferentes formas de apoio que necessitei durante o período de pesquisa, especialmente porque grande parte desse momento ocorreu durante uma excentricidade, como foi a pandemia concomitante ao (des)governo que hoje experimentamos. Para além do momento de pesquisa, o papel da família no decorrer de minha história é de extrema importância, pois é através de pai e mãe trabalhadores, com pouco ou nenhum estudo, religiosos, vindos do campo para a periferia e sujeitados a muitos tipos de precariedade, que pude começar a atinar para as contradições que marcam a sociedade.

Minha companheira de uma década, Jéssica, também tem papel fundamental na conclusão deste trabalho. Foi ela que primeiramente escutou meus desconfortos políticos e teóricos ao longo dos últimos dez anos e que contribuiu para pensar e repensar variados problemas.

Entre os professores e professoras com quem pude aprender no passado e que considero essenciais, agradeço especialmente ao Loque Arcanjo (UNI-BH), Sabina Maura (CEFET-MG) e Lídia Ribeiro (PUC-MG), que de diferentes formas me envolveram em vários debates.

Agradeço a Maria José Neta, diretora da Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete, que junto a professora Poliana me colocaram em contato com os jovens do bairro Jardim Teresópolis.

Importante frisar a gratidão pela disponibilidade dos jovens que se comprometeram, dentro de suas condições, a participar da pesquisa. Mesmo que seus nomes reais sejam aqui ocultados, as contribuições de “Rosa”, “Matheus”, “Guilherme” e “João” foram imprescindíveis para a investigação, contribuindo para ilustrar um pouco da realidade da juventude brasileira.

A turma XI do PPGE-UEMG, da qual faço parte, proporcionou ótimos debates e novas amizades. Citando somente aqueles com que estabeleci mais diálogos, as conversas com a Elisa, Paola, Flávia, Rosângela, Alexandre, Jhonatan, Lurdinha, Thelma, Elisângela, Mauro, Débora, Elisa, Livian e Ana Clara deixaram saudades. Em especial, agradeço pelas longas conversas que tive com o colega Fernando (eterno Feijão) que infelizmente partiu sem concretizar seu sonho de ser o primeiro da turma a entregar a dissertação e a terminar o mestrado. Também registro e agradeço a amizade estabelecida com a Bárbara e com a Jéssica, que em várias ocasiões me permitiram confidenciar alguns incômodos, intrínsecos a qualquer trajetória.

Aos professores e professoras da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, meus agradecimentos especiais àqueles que tive oportunidade de conhecer pessoalmente, como o professor José Miguel, o professor Francisco Martins, a professora Juliana Branco, a professora Daniela Passos e em destaque a professora Cirlene Cristina, que tanto contribuiu para a abrangência das minhas referências.

Ao meu orientador e professor José Eustáquio, serei eternamente grato pela oportunidade de ter sido seu orientando. Ao combinar as qualidades de um grande pesquisador e de um gentil educador, foi fundamental para me orientar no percurso que agora se encerra.

RESUMO

A presente dissertação investiga a percepção de jovens estudantes da periferia de Betim, em relação às transformações operadas no mundo do trabalho. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, onde os dados são analisados após um levantamento bibliográfico que abrange o trabalho e a condição juvenil na periferia. Os sujeitos da pesquisa são quatro jovens com idade entre 17 e 18 anos, moradores do bairro Jardim Teresópolis em Betim e alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva. Iniciamos a pesquisa a partir de uma abordagem teórica sobre a centralidade do trabalho seguindo o referencial marxista e, demonstrando as contradições que atualmente saturam o mundo do trabalho, intercalando a literatura especializada com os dados que demonstram o atual momento de precarização, informalidade e desemprego, que afeta principalmente a juventude pobre. Num segundo momento, analisamos artigos e ensaios que apresentam a forma de experienciar a condição juvenil nas periferias do Brasil, o papel da escola na perspectiva destes jovens e como tem sido suas inserções no mundo do trabalho. Em seguida, ao analisar os dados levantados, buscamos compreender a perspectiva dos estudantes do Jardim Teresópolis a respeito de algumas especificidades da escola em sua comunidade, investigando como ela é percebida por estes sujeitos, ocasião em que emergiu seu caráter socializante, lúdico, esperançoso e muitas vezes desconfortante e conflituoso. Por fim, nos debruçamos sobre as perspectivas que esses jovens nutrem sobre o trabalho, explorando suas vivências nesse campo, suas experiências formativas, o modo como percebem tal tema surgir no meio familiar, na escola e o modo como conciliam os papéis de aluno e trabalhador. Para o levantamento das informações, aplicamos um questionário composto por trinta perguntas de caráter socioeconômico e realizamos entrevistas semiestruturadas. Frisamos que os percalços da pesquisa científica durante o período de pandemia se fazem perceber ao longo da dissertação, especialmente no que trata do contato com os sujeitos entrevistados, que foi totalmente realizado de forma remota.

Palavras Chave: trabalho; juventude; periferia; escola.

ABSTRACT

This dissertation investigates the perception of young students from the outskirts of Betim, in relation to the changes in the world of work. This is a case study with a qualitative approach, where data are analyzed after a bibliographical survey that covers work and the youth condition in the periphery. The research subjects are four young people aged between 17 and 18, residents of the Jardim Teresópolis neighborhood in Betim and high school students at the Professora Lourdes Bernadete da Silva State School. We started the research from a theoretical approach on the centrality of work following the Marxist framework and, demonstrating the contradictions that currently saturate the world of work, interspersing the specialized literature with data that demonstrate the current moment of precariousness, informality and unemployment, which mainly affects poor youth. In a second moment, we analyze articles and essays that present the way to experience the juvenile condition in the peripheries of Brazil, the role of the school in the perspective of these young people and how their insertions in the world of work have been. Then, by analyzing the data collected, we sought to understand the perspective of students from Jardim Teresópolis regarding some specificities of the school in their community, investigating how it is perceived by these subjects, when its socializing, playful, hopeful and often uncomfortable and conflicting. Finally, we focused on the perspectives that these young people have about work, exploring their experiences in this field, their formative experiences, how they perceive this issue to arise in the family environment, at school and how they reconcile the roles of student and worker. To gather the information, we applied a questionnaire consisting of thirty socioeconomic questions and conducted semi-structured interviews. We emphasize that the difficulties of scientific research during the pandemic period are noticeable throughout the dissertation, especially regarding the contact with the interviewed subjects, which was completely carried out remotely.

Keywords: Work; youth; periphery; school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNC** – Conselho Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
- CNI** – Confederação Nacional da Indústria
- CNDL** – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
- CONJUVE** – Conselho Nacional da Juventude
- CSP-CONLUTAS** – Central Sindical e Popular Conlutas
- CSJT** – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- CTVA** – Contrato de Trabalho Verde e Amarelo
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- EJA** – Ensino de Jovens e Adultos
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- eSOCIAL** - Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
- ESP** – Escola Sem Partido
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FCA** - Fiat Chrysler Automobiles.
- FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FIAT** – Fábrica Italiana Automobilística de Turim
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GEM** - Global Entrepreneurship Monitor
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICC** – Câmara de Comércio Internacional
- IDEB** – Índice de desenvolvimento da Educação Básica
- INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEI** – Micro Empreendedor Individual.
- MJPOP** – Monitoramento Jovem de Políticas Públicas
- MP** – Medida Provisória

OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
PPE – Programa de Proteção ao Emprego
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SEE-MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TST – Tribunal Superior do Trabalho

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: <i>Ranking</i> das características que formam um tipo suspeito	55
Tabela 02: Emprego celetista - Saldo entre admissões e desligamentos no Caged – 2019.....	76
Tabela 03: Percentual dos empreendedores iniciais (por renda familiar) segundo as motivações para começar um novo negócio – Brasil – 2019	102

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1
1 INTRODUÇÃO	12
2 - CONTRADIÇÕES EM TORNO DO TRABALHO: REPRODUÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA OU GERAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA?	22
2.1 A centralidade do trabalho.....	22
2.2 Atuais condições do mundo do trabalho.....	33
3 – JUVENTUDE E TRABALHO: SER JOVEM NA PERIFERIA	48
3.1 A Juventude periférica.....	49
3.2 O papel da escola na perspectiva juvenil periférica.	57
3.3 Juventude e inserção no trabalho	70
4 – TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA JUVENTUDE DO JARDIM TERESÓPOLIS	82
4.1 Juventude e escola: especificidades da educação na periferia.....	84
4.2 Juventude e trabalho: perspectivas dos jovens do Teresópolis sobre o mundo do trabalho.....	92
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
6 - REFERÊNCIAS	113
7 – ANEXOS	123
7.1 – Questionário para traçar o perfil socioeconômico.	123
7.2 – Roteiro para entrevista.....	128

1 INTRODUÇÃO

A sociabilidade orientada pelo capitalismo em sua forma neoliberal, se destaca nos últimos anos pelo modo abrangente e intenso com que produz mazelas das mais variadas. Entre as diversas formas estigmatizantes, preconceituosas e excludentes que se manifestam no seio da sociedade de classe - orientada para a produção, acumulação e expansão do capital - nos atemos aqui àqueles problemas que diretamente estão ligados à dimensão do trabalho e que afetam especialmente os jovens. Para além das caras contradições que costuram nosso cotidiano e que demonstram a porosidade do tecido social, nos atentamos aos problemas que se acentuam sobre a juventude no atual mundo do trabalho. Assim, buscamos compreender a perspectiva de jovens concretos, a respeito das relações e contradições que permeiam o âmbito do trabalho, como; suas relações com a escola, a construção de laços afetivos, o sentimento de realização pessoal, a independência financeira, mas também o pauperismo, a precarização, a informalidade e o desemprego, que juntos atravessam a condição juvenil.

No primeiro capítulo, para discutir e analisar as contradições que perpassam a atual realidade do trabalho, buscamos resgatar a tradição marxista sobre a centralidade do trabalho, partindo de uma compreensão que enxerga esta atividade como categoria central e histórica.

Segundo Marx (2013a) é através do trabalho que o ser humano viabiliza a produção e reprodução da vida, pois é por meio dele que mulheres e homens constroem suas condições materiais e espirituais de vida, sendo o meio para a objetivação da subjetividade humana. Constatamos a centralidade do trabalho ao percebermos que as especificidades das demais categorias sociais se desdobram no ser social já constituído, pois são desenvolvidas em diferentes graus e contextos somente após ter se iniciado o processo de socialização. Por exemplo, ao pensarmos a categoria da educação, identificamos que sua efetivação e a transmissão de conhecimentos pelo ensino só são possíveis a partir do momento em que as condições materiais de vida estejam se construindo ou já estejam asseguradas. Dessa forma, é a partir do trabalho que nos apropriamos dos elementos materiais fundamentais à produção e reprodução da vida; “*Primum vivere, deinde philosophari*”.

Ao problematizar o trabalho, reconhecemos seu papel formador e, simultaneamente, no atual momento histórico, como deformador. O trabalho produtivo não é somente aquele que cria o necessário para suprir as carências humanas. No atual modo de produção, o trabalho alienado e estranhado é também produtor de mercadorias e gerador de mais-valor. A lógica sobre a qual se organiza a divisão do trabalho e que tem como pressuposto a propriedade privada dos meios de produção, cria as condições coativas que levam o indivíduo ao assalariamento. A

força que constrange o trabalhador às condições de trabalho na ordem do capital, são facilmente evidenciadas quando atentamos para excepcionalidades que põe sob risco a reprodutividade do sistema. A crise sanitária do novo Coronavírus, por exemplo, explicitou a forma definitiva com que instituições, agentes públicos, empresários e uma fração da população enxergam o atual modelo econômico. A tentativa de se garantir a segurança financeira, colocou a manutenção da produção e circulação de mercadorias à frente dos protocolos de segurança, expondo ao risco, para além dos trabalhadores da saúde, os setores mais fragilizados da sociedade, especialmente os trabalhadores informais.

Os fundamentos marxianos, mesmo que não suficientes, são imprescindíveis à compreensão das atuais manifestações político-econômicas. Entendemos que as configurações pelas quais o modo de produção capitalista passou desde o século XIX não modificaram sua natureza direcionada à acumulação privada em detrimento do interesse coletivo. Portanto, delimitarmos para análise o quadro de reestruturação do capital que se dá a partir dos anos 1970, compreendido como acumulação flexível (Harvey, 2016), toyotista (Antunes, 2009) ou pós-taylorista (Laval, 2019). Lembramos que tal reestruturação não acontece de forma homogênea nem simultânea nas diversas regiões do mundo e, que essa remodelação não se restringe ao âmbito produtivo, gerando inclusive novas interpretações sobre o papel da educação, como apontado por Santos (2008).

De acordo com Antunes (2009) o quadro crítico de crise capitalista a partir dos anos 1970, expresso como crise de acumulação taylorista/fordista, fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação, visando repor seu ciclo reprodutivo ao mesmo tempo que fazia a manutenção de seu domínio, que passava por um período de conflitualidades pelos diversos questionamentos que vinham acontecendo acerca de seus mecanismos de controle social. Acreditamos que a partir da análise de tal conjuntura, torna-se possível compreender a gênese do atual quadro de precarização e flexibilização de direitos.

Com o intuito de ilustrar os prejuízos aferidos aos direitos do trabalho historicamente conquistados, apontamos como exemplo a conjuntura político-econômica a partir de meados de 2014. Tal cenário se destaca pela ação de governos, mais ou menos progressistas, que na tentativa de superação da crise econômica passam a aplicar medidas de austeridade em claro aceno aos setores empresariais. Assim, destacam-se a partir deste período, as Medidas Provisórias 664 e 665, que foram convertidas nas Leis 13.134/15 e 13.135/15 e que passaram a dificultar o acesso da parcela mais vulnerável da população à benefícios que lhes eram assegurados. Também se destaca no mesmo período o Programa de Proteção ao Emprego

(PPE), que promovido como medida emergencial, serviu para garantir os lucros das empresas durante a crise. Importante frisar que o PPE, ao permitir a redução dos salários de algumas categorias, também reduziu o valor de direitos como as férias, o 13º salário, o FGTS e o INSS, que são calculados a partir do ordenado.

Embora as leis e programas apontados representem prejuízo aos trabalhadores, que num cenário de crise econômica e política se viram enfraquecidos e com pouco poder de reação, as reformas draconianas posteriores ao golpe parlamentar de 2016 (Santos, 2017) podem ser consideradas reveses muito maiores para a classe trabalhadora, em especial para os jovens que buscam se inserir no mercado de trabalho. Entre tais ataques, destacamos a reforma trabalhista, concretizada com a Lei 13.467/17 e o perecimento da Medida Provisória 905/2019, que criou o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (CTVA).

Frisamos que tais reformas se configuram num contexto de recrudescimento do fenômeno da uberização. Segundo Pochmann (2016), a uberização representa uma novidade que necessita de mais tempo para se confirmar como um novo padrão, assim como foram o fordismo e o toyotismo, pois embora seja uma forte tendência, existem agentes políticos como partidos e movimentos sociais que reagem frontalmente contra sua ampliação.

No segundo capítulo, buscamos intercalar nossas constatações sobre o mundo do trabalho com a realidade dos jovens estudantes que habitam as regiões periféricas.

O modo de viver a juventude é muito diverso, variando sempre de acordo com a renda, a região, o gênero, a orientação sexual, a raça e a classe ao qual o jovem pertence. De acordo com Dayrell e Carrano (2014) a juventude é um momento determinado da vida, não sendo correto identificá-la como mera passagem entre a adolescência e a vida adulta. No mesmo sentido, os estudos de Abramo (2005) sobre a condição juvenil apontam que ao longo do século passado, a noção de juventude deixa de ser restrita à dimensão escolar e familiar. Dessa forma, outras instâncias de socialização como o lazer e a cultura passam a ser valorizadas e identificadas como espaços de conformação da sociabilidade juvenil, além da valorização da inserção em diferentes campos da vida social, como a política, o trabalho etc.

Compreendemos que a experiência juvenil passa a ser valorizada em si mesma, fazendo com que o jovem deixe de ser percebido como sujeito em preparação para a vida adulta. Segundo Arroyo (2017), somente a compreensão concreta da vida pode nortear as investigações dentro dos novos tempos de segregação social, racial e sexual. Arroyo ainda pontua que a tentativa de diluir sujeitos com tantas especificidades dentro de categorias muito amplas como “jovens” peca por desfigurar a concretude inerente à vida desses sujeitos.

Como os sujeitos de nossa pesquisa são jovens da periferia, o diálogo com estudos que também abordam sujeitos desses territórios se fez necessário. As distorções estigmatizantes, que a partir do senso comum reduzem a periferia a uma região de carências é superada a partir de abordagens que encontram nas regiões periféricas do Brasil, jovens que de formas variadas confrontam e atuam sobre as contradições de suas comunidades. Almeida (2011) aponta a transformação semântica da palavra periferia, demonstrando que os jovens tiveram grande participação na ressignificação do termo durante os anos 1990. Assim, movimentos culturais encabeçados principalmente por jovens, foram responsáveis por fazer com que o pertencimento a periferia deixasse de ser uma condição de constrangimento para se tornar motivo de orgulho.

A dimensão cultural na vida dos jovens também é apontada no estudo de Geraldo; Leão e Jesus (2018) ao demonstrarem como a juventude de uma região estigmatizada pela violência e precariedade formam sua identidade a partir da atuação em coletivos culturais.

Os apontamentos de Reis (2019) e Almeida (2013) revelam o sentimento de pertencimento a um lugar e identificação com um território, demonstrando que a juventude periférica não é alheia às questões pertinentes à sua região.

As ambiguidades da condição juvenil na periferia são apontadas nos estudos de Piveta e Carvalhaes (2017), que apresentam como a construção das noções de “normalidade” e “anormalidade” tendem a pôr em ameaça determinados grupos sociais, entre eles a juventude periférica. Os dados sobre a criminalidade nos auxiliam a pensar a condição da juventude a partir da violência. De acordo com o Atlas da Violência 2019, de 2007 a 2017, o assassinato foi a principal causa de morte de jovens, especialmente entre os homens de 15 a 29 anos, alcançando um pico aos 21 anos.

A investigação de Ramos e Musumeci (2005) aponta que ser jovem é um fator-chave para ser considerado suspeito pela polícia. O estudo ainda demonstra que a suspeita sobre o indivíduo se torna mais contundente quando o jovem é negro e morador da periferia, sendo essa combinação um fator que justificaria abordagens policiais. Além de revelar o caráter racial e classista que orienta as forças de segurança na prática de suas funções, o estudo ainda alerta que quanto mais tempo de estudo tem o jovem, mais ele percebe o fator racial como um elemento que gera suspeita por parte da polícia.

Além dos dados que apontam o risco à vida e a estigmatização pelas forças policiais, o período de pandemia também revelou outras desvantagens que incorrem sobre a juventude periférica. Segundo o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP), em março de 2020 - período anterior ao agravamento da pandemia no Brasil - 67% dos jovens entrevistados não

perceberam nenhuma mobilização sendo feita nas e pelas comunidades para conter o surto da doença. Além disso, em uma escala de 1 a 5 - sendo 1 sem nenhum isolamento e 5 indicando o isolamento total - a média segundo os jovens entrevistados ficou em 2,84.

A pandemia ainda levou ao fechamento das escolas. Assim, milhares de alunos acabaram impedidos de acompanhar as tentativas improvisadas pelas secretarias de educação de manter o acesso aos estudos. Segundo Menezes (2020) em reportagem vinculada pelo jornal O Tempo, de 20 de abril de 2020, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) reconhece que 42% dos alunos das escolas estaduais não teriam acesso às aulas remotas disponibilizadas pelo governo, através da internet e da TV. Assim, entre os 1,7 milhões de estudantes da rede estadual, 700 mil não tem acesso à internet de forma satisfatória para poder acompanhar os conteúdos, ou não vivem em regiões com cobertura do canal de televisão que transmitiria as aulas. Importante lembrar que os alunos que não dispõem dos meios necessários para acompanhamento das aulas a distância são sempre os jovens de baixa renda, quase sempre moradores das periferias, favelas e do campo.

A perspectiva dos jovens sobre a educação e suas escolas também foi abordada no segundo capítulo. A partir dos dados do Projeto Juventude, Sposito (2005) indica que a educação e o emprego foram citados pelos jovens como os temas que mais lhes interessam. Ao investigar sobre como os jovens percebem a contribuição da escola para a realização de seus projetos de vida, Leão, Dayrell e Reis (2011) apontam para a forma insuficiente com que a escola é percebida pelos alunos do ensino médio. No mesmo sentido, Ramos (2018) conclui que 80% dos alunos investigados em sua pesquisa enxergam a escola como uma instituição muito importante para o futuro profissional, embora a grande maioria dos jovens também enxergue a escola como um espaço que se mantém distante dos problemas da comunidade em que se encontra e demonstra pouco interesse por problemas considerados juvenis.

Ao investigar a perspectiva dos jovens periféricos sobre suas escolas, nos deparamos com a necessidade de abordar, mesmo que de forma breve, alguns temas que perpassam essas instituições de ensino e que nos últimos anos se destacaram como fenômenos de repercussão nacional. Entre as principais reformulações que diretamente afetam o cotidiano e as práticas escolares dos estudantes periféricos - que são os estudantes mais expostos a precariedade e desigualdade - podemos citar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a expansão dos colégios militares, a reforma do Ensino Médio através da Lei 13.415/17 e o avanço de grupos conservadores que tem o intuito de influir dentro das escolas.

Acreditamos que a combinação das reformulações apresentadas, sejam expressões de uma reação aos tímidos avanços que o setor educacional experimentou nos anos recentes. Arroyo (2012) aponta para a estreita relação entre as formas negativas de pensar os grupos subalternos e os padrões de poder, de trabalho, de propriedade dos meios de produção e de negação da escola e da universidade. Assim, na medida em que grupos historicamente inferiorizados passam a se afirmar presentes em âmbitos que até então não lhes correspondiam, torna-se necessário reforçar os imaginários negativos e estigmatizantes sobre esses grupos. Tal reação pode se dar através de reformas educacionais, por pressão organizada de grupos políticos de caráter reacionários ou intensificação do disciplinamento escolar, incorporando na escola a lógica de quartel.

Ainda no segundo capítulo, também abordamos a inserção dos jovens periféricos no mundo do trabalho, percebendo nessa inserção um momento quase inseparável da dimensão escolar.

De acordo com Charlot (2008), ao longo do último século a educação passou a ser enxergada como a principal forma de valorização da força de trabalho, dessa forma, a escola passa a ser vista como meio de se garantir um futuro profissional. Tal percepção é evidenciada na pesquisa de Pereira e Lopes (2016) ao apontar que muitos jovens da periferia são motivados a irem à escola por acreditarem que assim conseguirão um bom trabalho, enquanto Ramos (2018) identificou que a escola é vista pelos jovens periféricos como meio para obter um bom futuro profissional.

Ao analisarmos os números do desemprego, percebemos que o otimismo com a escola enquanto caminho para se obter trabalho não corresponde ao que a realidade impõe. De acordo com IBGE (2020a), no segundo trimestre de 2020 entre as pessoas com idade para trabalhar, 50,6% haviam concluído o ensino médio e a estimativa de ocupação entre os jovens de 18 a 24 anos era de 42,2%. Ainda segundo IBGE (2020a), a ocupação dos jovens entre 18 e 24 anos no segundo trimestre de 2012 era de 59,3%. Entre os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos a taxa de desocupação apontou 30% e 35,3% respectivamente.

Apesar da esperança dos jovens com a educação enquanto meio para assegurar a entrada no mundo profissional, o que vem se concretizando é um mercado de trabalho cada vez mais excludente para esta parcela da população. Importante frisar ainda, que segundo DIEESE (2020), a questão do desemprego na juventude não é conjuntural, mas uma realidade estrutural do mercado de trabalho.

Ao abordar a forma como o desemprego afeta os jovens, Corrochano (2014) evidencia o caráter heterogêneo do problema, apontando a influência da classe social, da cor/raça, do sexo, dos níveis de escolaridade e das regiões de moradia, podendo-se definir o desemprego juvenil como plural.

Os estudos de Marcassa e Conde (2017) demonstram como uma parte da juventude pobre é levada, por necessidade, a associar estudo e trabalho. No mesmo sentido, Frigotto (2004) faz apontamentos sobre o precoce processo de adultização dos jovens de bairros populares e favelas, que são empurrados ao mercado de trabalho formal ou informal, quase sempre em condições de precarização. Sobre os motivos que levam o jovem a buscar trabalho, Corrochano (2014) demonstra que a necessidade de ajudar a família é apenas um dos sentidos que os jovens pobres atribuem ao trabalho, revelando que os sentidos de independência, realização pessoal e servidão também são lembrados. Assim, podemos pensar que o trabalho para o jovem pobre vai além de uma obrigação que visa auxiliar nas despesas domésticas, sendo também meio para se experimentar sua condição juvenil.

Além dos fatores estruturais que criam impedimentos à inserção do jovem no mercado de trabalho, os números apresentados por Conjuve (2020) e Idados (2020) demonstram que fatores conjunturais, como a atual crise econômica agravada pela pandemia, afetam a qualidade do trabalho juvenil. A atual conjuntura tem sido marcada pelo aumento do desemprego, alterações na carga de trabalho - que muitas vezes indicam a intensificação da jornada ou diminuição dos rendimentos - e alargamento da informalidade, especialmente para os mais jovens. Tais constatações traduzem os dados apontados por IBGE (2020c), ao indicar que em vários estados a taxa de informalidade é superior ao crescimento da população, sugerindo a baixa qualidade das poucas ocupações que o país tem gerado.

O terceiro capítulo é destinado à abordagem dos dados empíricos, permitindo uma impressão sobre como os jovens de nossa pesquisa tem pensado o papel da educação e do trabalho no atual cenário de precarização.

Para compreender como os jovens estudantes do ensino médio, moradores de uma região periférica, estão percebendo e pensando às reformulações das relações de trabalho, buscamos uma metodologia de pesquisa que conseguisse dar conta de tal objeto, que pode ser caracterizado como diverso, abrangente e contemporâneo. Dessa forma, optamos pelo estudo de caso exploratório com abordagem qualitativa.

De acordo com Alves (1991), não existem “boas” ou “más” metodologias, mas algumas são mais adequadas do que outras para tratar de determinados problemas. Sobre a abordagem

qualitativa, Esteban (2010) define que os estudos qualitativos têm como característica a atenção ao contexto e o caráter interpretativo dos acontecimentos e fenômenos inerentes ao objeto de estudo.

Ao optar pelo estudo de caso como estratégia metodológica, buscamos coerência com os apontamentos de Yin (2001). Segundo o autor, a escolha da estratégia de pesquisa mais adequada deve se orientar pelo tipo de questão que estrutura o problema. Questões do tipo “o que”, “quem”, “por que” “quantos”, “onde” “quanto” e “como”, exigem cada uma sua estratégia de pesquisa, podendo mais de uma servir como base para a mesma metodologia. “Questões do tipo ‘como’ e ‘por que’ são mais explanatórias e é provável que levem ao uso de estudos de caso, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas” (YIN, 2001, p. 25). Portanto, a escolha pelo estudo de caso em detrimento de alternativas como experimentos ou pesquisas históricas se dá pela natureza do nosso objeto de pesquisa.

Importante observar que o cenário pandêmico trouxe desafios à realização da pesquisa e as adversidades impostas por esse cenário exigiram formas flexíveis para a coleta de dados. Dessa forma, para preservar a segurança dos jovens que participaram da pesquisa e a do pesquisador que coletaria os dados, os questionários aplicados e as entrevistas semiestruturadas foram realizados à distância, utilizando-se do aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

A forma remota como foi conduzida as entrevistas e a aplicação do questionário não permitiram uma interação maior entre o pesquisador e os jovens. Em outro cenário, seria possível visitar a escola nos dias de aula, conhecer os jovens pessoalmente e conversar em um ambiente apropriado, contribuindo assim para que se sentissem à vontade.

A diretora da escola se prontificou a autorizar a pesquisa e nos encaminhou à professora de Filosofia, que já é responsável pela realização de projetos e que mantém contato com alguns alunos. Solicitamos que ela nos indicasse estudantes do ensino médio noturno, esse horário é frequentado em sua maioria por jovens que estão trabalhando ou que precisam trabalhar, assim, tal critério permitiria o contato com sujeitos que se aproximam do nosso problema de pesquisa. Após o primeiro contato da professora com os alunos - com o intuito de explicar sobre a pesquisa e pedir autorização para encaminhar seus telefones ao pesquisador - iniciamos as conversações com aqueles que aceitaram participar.

Nem todos os jovens que num primeiro momento aceitaram participar, de fato participaram. Acreditamos que a forma remota, imposta pela necessidade do distanciamento social, foi o grande empecilho. A distância entre entrevistador e entrevistado prejudica a construção de laços de confiança, essenciais para que as entrevistas pudessem fluir e para que

os questionários fossem respondidos com segurança. Diante o recuo de alguns jovens, buscamos novamente a professora de Filosofia que nos colocou em contato com um aluno do turno da manhã e que prontamente aceitou participar.

Todos os participantes da pesquisa se mostraram desconfortáveis com qualquer outro tipo de contato que não fosse através do aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Assim, mensagens de texto e de áudio foram utilizadas para realizar todas as entrevistas e para o envio e devolução dos questionários. Além das demoras em retornar algumas respostas, alguns jovens transpareceram desconfiança em alguns momentos, inclusive um dos jovens se negou a responder o questionário por interpretá-lo como muito invasivo. Tais dificuldades são apenas alguns exemplos dos percalços da pesquisa à distância, onde nenhum contato pessoal foi possível.

Os sujeitos que participaram da pesquisa são quatro jovens; 3 homens e 1 mulher. Todos são moradores do bairro Jardim Teresópolis e estudantes da escola estadual Lourdes Bernadete da Silva, uma das principais escolas do bairro. A região do Jardim Teresópolis concentra a maior parte da população betinense residente em aglomerados. De acordo com IBGE (2010b) o município de Betim tinha 70 aglomerados subnormais, habitados por 43.713 pessoas distribuídas em 13.045 domicílios. O bairro é localizado a 13km do centro de Betim e a 22km do centro de Belo Horizonte, numa região industrial circulado por empresas multinacionais, onde se destaca a FIAT.

Além do bairro e a escola, outros elementos aproximam nossos sujeitos; todos têm entre 17 e 18 anos, são negros, não estão empregados, são solteiros, não tem filhos, são de famílias que tem rendimentos de um a dois salários mínimos mensais, têm pelo menos um irmão, são cristãos evangélicos, moram com suas mães, tem seus responsáveis legais (pai, mãe ou padrasto) como provedores do seu sustento e a escolaridade dos pais varia entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo.

No primeiro contato com a professora responsável pela seleção dos alunos, informamos o caráter da nossa pesquisa e que a princípio, o único critério para a escolha dos participantes, seria que fossem alunos do horário noturno. No decorrer da pesquisa, na medida em que foi sendo possível compreender um pouco do perfil dos jovens, chegamos à conclusão de que a indicação daqueles sujeitos sugere o cuidado da escola em indicar alunos considerados “responsáveis”, com um padrão que se distânciam do aluno “problemático”.

Primeiramente, aplicamos um questionário com 30 perguntas objetivas de teor pessoal, com o intuito de traçar o perfil socioeconômico dos sujeitos. Posteriormente, para realização

das entrevistas, aplicamos dois conjuntos de questões relacionadas à educação/escola e ao trabalho, onde todos os jovens pediram para responder por escrito, salientando o desconforto de alguns com a gravação de áudios. Apontamos que pequenas alterações nas transcrições das respostas foram necessárias, o que de forma alguma muda o sentido do que foi respondido, mas apenas garante um melhor entendimento e fluidez para o leitor.

A parte da entrevista com o tema educação e escola forneceram elementos que nos permitem pensar a condição do jovem estudante da periferia betinense. É possível constatar uma grande coincidência na forma como os jovens do Teresópolis e de outras periferias pelo país enxergam o papel da escola. Durante as falas, foi comum emergir a percepção da escola como espaço de lazer, de construção do futuro profissional, de confrontos e de socialização. Quando estimuladas, algumas respostas nos revelam a percepção de que a escola se envolve com os problemas do bairro, mas sugerem também que as ações concretas da instituição não demonstram aprofundamento nas contradições mais imediatas que configuram a comunidade. Embora existam momentos para discussão da “diversidade”, a promoção desses espaços não parece se articular com problemas que afligem diretamente a condição juvenil perpassada pelos jovens entrevistados, como a discriminação racial, a desigualdade de gênero, a causa da pobreza e o desemprego.

A seção da entrevista que priorizou o tema trabalho, também nos revelou aproximações com a condição de jovens em outras periferias do país. Além de todos os entrevistados estarem desempregados, condição que afeta principalmente os jovens entre 18 e 24 anos atualmente no Brasil, também foi possível identificar algumas percepções sobre as dinâmicas das relações de trabalho que são compartilhadas com jovens de outros territórios periféricos. Surgiram colocações que percebem o trabalho como momento de realização pessoal, como ambiente de aprendizado e como garantidor de renda; que destacaram os percalços na conciliação entre emprego e escola; que revelaram o empreendedorismo juvenil, muitas vezes utilizado como eufemismo para encobrir uma solução improvisada para o problema da falta de empregos.

O fato da maioria dos jovens ter experiência com o trabalho e vir de famílias onde os pais são assalariados, enriquece suas narrativas sobre esse tema. Ainda menores de idade, dois jovens trabalharam por dois anos como menores aprendizes na FIAT, enquanto outro administrava uma loja virtual de acessórios eletrônicos e buscava se formalizar como Micro Empreendedor Individual - MEI. O único entrevistado que não tem experiência no mundo do trabalho ainda compartilha com os demais a condição fadigosa das famílias trabalhadoras, que vivem com até dois salários mínimos, moram na periferia e dialogam com seus pais a respeito

do trabalho enquanto uma necessidade. Assim, a falta de conhecimento empírico sobre o que é trabalhar, não diminui a relevância das suas percepções enquanto jovem que se forma num ambiente onde as contradições do mundo do trabalho se manifestam cotidianamente.

2 - CONTRADIÇÕES EM TORNO DO TRABALHO: REPRODUÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA OU GERAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA?

2.1 A centralidade do trabalho

A intenção de investigar como trabalho e educação se articulam na vida dos jovens nos apresenta alguns desafios. Partimos da necessidade de compreender a relevância do trabalho para a juventude da região estudada, mas antes de analisar a forma como tais jovens percebem o trabalho, acreditamos ser fundamental elaborar uma explicação sobre a importância do trabalho para o desenvolvimento do gênero humano.

Diversas teorias ao longo da história se debruçaram sobre o papel do trabalho para defini-lo como atividade indigna, como provação, como definidor de papéis sociais e gerador de riqueza, passando pelo trabalho escravo, servil e assalariado. Nossa proposta é partir da análise materialista histórica, que compreende o trabalho como central na construção da vida objetiva e subjetiva do ser humano, entendendo a dimensão inaugurada por Marx como norteadora para definição do papel do trabalho.

Sem intenção de elaborar uma história do trabalho, pretendemos apontar seus fundamentos históricos que vão auxiliar na compreensão da realidade em que vivemos; uma realidade que tem por paradigma a manutenção da ordem do capital¹. De acordo com Marx (2013a), o trabalho é a categoria central para produção e reprodução da vida humana pois é através dele que mulheres e homens constroem seus meios materiais e espirituais de vida, sendo ele a forma pela qual se objetiva toda a subjetividade do gênero humano a partir da mediação com a natureza. O trabalho deve ser pensado de forma histórica, de modo a compreender seus limites e suas possibilidades no interior da sociedade onde se manifesta.

¹ O sentido de capital utilizado no decorrer da pesquisa é o atribuído por David Harvey: “O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis” (HARVEY, 2016, p.307.)

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] (MARX 2013a, p. 255)

Ao compreender o trabalho como central na vida social, partimos da constatação de Lukács (2013) onde se aponta que o ser social é constituído por diversas categorias que se encontram imbricadas; o trabalho, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho etc. Tal imbricação implica na impossibilidade de uma análise isolada de cada categoria, separada do todo ao qual pertence, sob o risco de cairmos em fetichizações. Se a análise das categorias constituintes do ser social não podem ser feitas isoladamente, tão pouco é cabível uma explicação que não tome o trabalho como ponto de partida, devido ao seu caráter central para o desenvolvimento de toda as outras categorias que compõem o ser humano.

A centralidade do trabalho é constatada quando percebemos que as especificidades de todas as outras categorias se desdobram no ser social já constituído, pois são desenvolvidas em diferentes graus e contextos somente após ter se iniciado o processo de socialização, que têm sua gênese na atuação do humano sobre a natureza para garantia das necessidades mais básicas, como a garantia da alimentação, do abrigo etc., tal atuação do homem sobre a natureza é mediada pelo trabalho. Se por exemplo, pensarmos na categoria da educação, somos forçados a reconhecer que a efetivação da educação e da transmissão dos conhecimentos através do ensino só é possível a partir do momento que as condições materiais de vida estejam se construindo ou já estejam garantidas. Só é possível adquirir conhecimentos teóricos e práticos quando a apropriação dos elementos materiais da vida já está feita. Assim, o trabalho se revela como central à vida social, pois é a partir dele que nos apropriamos dos elementos materiais fundamentais à produção e reprodução da vida, criando as condições necessárias para a transformação da realidade e a transmissão dos saberes.

Sobre o caráter indispensável do trabalho, Marx (2013a) sustenta que ele é criador de valores de uso, sendo, portanto, imprescindível para o ser humano, independente de todas as formas sociais, pois através dele se dá a mediação entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. Dessa forma, percebemos que o trabalho além de fator fundante da sociabilidade também é historicamente imprescindível para o contínuo desenvolvimento social.

Lukács têm grandes méritos por alargar a compreensão de diversas categorias marxianas. A respeito do trabalho, o autor húngaro destaca seu caráter teleológico como qualidade específica do ser social, que ao idealizar antes de realizar demonstra como a objetivação precede de uma intenção que só pode ser posta em prática pelo ser humano. Dessa forma, está dado o meio pelo qual o ser humano atua junto à natureza e aos seus semelhantes, transformando o meio em que vive ao mesmo tempo que se transforma.

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis [...] (LUKÁCS, 2012, p. 286).

Segundo Marx, na sociedade burguesa² - sociedade que tem por princípio a divisão do trabalho e a propriedade privada - o trabalho se manifesta de forma alienada e estranhada. Compreender a distinção entre alienação e estranhamento, segundo a compreensão marxiana, nos auxilia no conhecimento das relações entre homem, trabalho e capital. A partir da crítica à economia política e da fenomenologia hegeliana - nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 - Marx passa a esboçar sua compreensão sobre a alienação e o estranhamento humano. Teoria que, por se basear na análise da divisão do trabalho e da propriedade privada, ainda se faz atual, uma vez que tais pressupostos ainda não foram superados.

A respeito das categorias alienação e estranhamento, Ranieri (2001) afirma que a unidade entre alienação e estranhamento no interior da teoria de Marx está associada, não exatamente a uma mesma significação, mas à determinação de um pelo outro. Ao objetivar-se no produto de seu trabalho, o homem se aliena para que possa ser realizada a produção de si – como ser que se constrói pelo trabalho -e dos meios que saciam suas carências. Em virtude da acentuada divisão do trabalho, caráter imprescindível do capital, essa alienação se apresenta de forma negativa, pois o mantém cada vez mais distante de sua realização.

² Segundo Marx é a sociedade (*bürgerliche Gesellschaft*), na qual cada indivíduo é um todo de carências, e apenas é para o outro, assim como o outro apenas é para ele na medida em que se tornam reciprocamente meio.

A alienação que mantém o homem apartado de sua criação se exprime como estranhamento quando o homem não se reconhece em seu próprio trabalho. Não se reconhecer naquilo que produz, naquilo que o efetiva como ser humano, faz com que se perca a forma de externar sua natureza plena e criativa tornando-o um ser instrumentalizado, que na sociedade fundamentada na propriedade privada serve como meio à acumulação do capital.

O estranhamento diz respeito às insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho. Dessa forma, seria um ato ou ação maior no tempo e no espaço, em que o homem, tomado genericamente (portanto como ser social) se torna alheio, isolado, estranho aos resultados e produtos do seu próprio trabalho.

Marx constata em suas análises sobre o trabalho a grande limitação da economia nacional (economia política). É apontado que embora se devam reconhecer os avanços nos estudos sobre produção e trabalho alcançados pela economia nacional, essa manteve-se míope diante de um fenômeno fundamental. Marx indica a falta de compreensão do caráter estranhado do trabalho dentro de uma realidade regida pelo capital.

Sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia nacional, que tem o trabalho como princípio, renega o homem a partir de uma abordagem econômica que podemos classificar como a-histórica. Segundo Marx (2010) a economia nacional parte da propriedade privada como algo dado e acabado, como tendo uma existência natural, dessa forma, a existência da propriedade é tomada como lei, tal lei não é historicizada, não esboçam sua origem ou seu desenvolvimento no tempo, de forma que, a concorrência e a troca aparecem como circunstâncias casuais, portanto a análise da propriedade privada é tomada a partir da perspectiva do capitalista.

As ácidas críticas de Marx aos economistas nacionais de seu tempo nos são valiosas para pensar os pressupostos que ainda hoje regem a compreensão predominante sobre os fenômenos econômicos. Embora o sistema capitalista tenha se reconfigurado e passado por mudanças ao longo de toda sua história, atualmente, ainda são fragrantemente as teorias e práticas que colocam a manutenção do sistema econômico como pressuposto irrevogável, dando a ele um caráter desvinculado de laço histórico, se apresentando como natural e eterno. Para exemplo da apologia desmedida à ordem vigente, podemos apontar como a crise sanitária provocada pela pandemia do novo Coronavírus em 2020 revelou a forma indelével com que instituições, agentes públicos, empresários e uma fração da população enxergam o atual modelo econômico. No Brasil e em diversos países a pandemia tem provocado debates sobre os riscos que a economia capitalista corre ao se aplicar os protocolos de segurança – isolamento social de uma

parcela considerável da população, que conseqüentemente gera paralisação de algumas esferas da produção e circulação de mercadorias - para se preservar a saúde de milhões de pessoas, criando assim um constrangedor dilema que muitos não se intimidaram em tratar, defendendo abertamente que entre a sobrevivência da economia tal como a conhecemos e a vida de alguns grupos, não deveríamos ter dúvidas em escolher a primeira opção. Para além das falas descabidas e negacionistas de alguns chefes de Estado e empresários honestamente preocupados com sua lucratividade, nos chama atenção o posicionamento de algumas organizações mundiais, que gozam de todo prestígio e seriedade no tratamento da atual crise. Em artigo conjunto, publicado pelo jornal britânico *The Telegraph* no dia 03/04/2020 e republicado em diversos jornais pelo mundo, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) Tedros Adhanom Ghebreyesus e a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) Kristalina Georgieva, convergem na defesa dos protocolos de segurança para resguardar vidas e afirmam que essa é a melhor maneira de se garantir a manutenção da economia. O posicionamento comum das duas organizações é uma mensagem endereçada diretamente aos países emergentes e em desenvolvimento, que diante do aumento dos casos de Covid-19 ainda lidam com contradições promovidas por grupos que relutam em reconhecer a gravidade da situação, ou que reconhecem, mas defendem um enfrentamento cínico da crise. OMS e FMI afirmam que

O curso da crise global da saúde e o destino da economia global estão inseparavelmente entrelaçados. Combater a pandemia é uma necessidade para a economia se recuperar. É por isso que a OMS e o FMI estão cooperando estreitamente entre si e com outras organizações internacionais para ajudar a atender às necessidades prioritárias dos países. (GEORGIEVA; GHEBREYESUS. 2020, tradução nossa)³

Sem intenção de provocar polêmicas descabidas, percebemos que tal afirmação revela a sutileza com que uma organização financeira e uma organização de saúde, ambas referências mundiais, dialogam com cumplicidade na defesa de projetos comuns que visam a proteção da vida e a manutenção da economia. Assim, fica ilustrado que a prioridade em resguardar vidas e a defesa da saúde econômica são concomitantes, revelando a velha tese de que a ordem regida pelo capital é um imperativo.

Ao despir a economia nacional de sua pretensa análise crítica, Marx elogia suas posições diante da teoria fisiocrata, mas pontua suas limitações e suas conseqüências nocivas ao homem.

³ The course of the global health crisis and the fate of the global economy are inseparably intertwined. Fighting the pandemic is a necessity for the economy to rebound. That is why the WHO and IMF are cooperating closely with one another, and with other international organisations, to help address countries' priority needs

Ao não perceber o estranhamento e reivindicar a propriedade privada como essência do homem, a economia nacional anula suas próprias pretensões de uma compreensão da natureza do trabalho.

A não percepção do estranhamento, que produz carências de todo tipo no gênero humano é apontado por Marx como o ponto alto da falha dos economistas nacionais. De acordo com Marx (2010) as análises dos economistas nacionais sobre o trabalho não percebem as contradições que engendram a atividade produtora, dessa forma naturalizando a exploração do trabalho e não percebendo a perversidade do estranhamento para o gênero humano.

No interior da sociedade amparada pela propriedade privada o que se têm é a constante criação de carências. Cada homem busca formas de desenvolver no outro uma nova carência, para com isso forçá-lo a um novo sacrifício; a fruição de um está condicionada a ruína econômica de outro. “Cada qual procura criar uma força essencial estranha sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta [...]” (MARX, 2010, p. 139).

Dessa forma, a partir de sua alienação, o homem produz a figura mais estranhada diante de si; o dinheiro. O dinheiro passa a ser aquilo que tem poder, que faz valer a vontade de quem o possui, que pode trazer reconhecimento, beleza ou qualquer outra qualidade que o homem careça. Os objetos estranhados, especialmente o dinheiro, passam a ter autonomia diante do homem contrapondo-se a ele; a criatura domina o criador, tornando-se hostil e exercendo poder sobre ele.

Formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, o conceito de Trabalho Decente propõe um novo paradigma na organização do trabalho. De acordo com a OIT (2020a) o Trabalho Decente é uma forma de trabalho produtivo calcado em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, sendo defendido como a receita para superação da pobreza e da diminuição das desigualdades sociais, garantido assim a democracia e o desenvolvimento sustentável. Tentativas de humanização das relações de trabalho - motivadas por compaixão diante da forma como muitos trabalhadores executam suas atividades ou das consequências que um trabalho superexplorado pode causar no trabalhador, em sua família e na sua comunidade ou até como estratégia para dinamizar a economia – perpassam toda a história e se tornam comuns a partir do advento da Revolução Industrial. Aqui nos interessa os limites de tal perspectiva, tentando compreender como estratégias que focam as consequências e não as causas do problema podem vir a se efetivar.

O conceito de Trabalho Decente, orientado por uma organização internacional que atua em quase todos os países,⁴ obviamente traz contribuições positivas em uma realidade em que trabalhadores convivem cotidianamente com graus de aviltamento impressionantes. De acordo com a OIT (2020b), em 2016 cerca de 40,3 milhões de pessoas eram vítimas de algum tipo de escravidão moderna, desse total ,71% (quase 29 milhões) eram mulheres. No mesmo ano, a OIT estima que 152 milhões de crianças entre cinco e dezessete anos foram submetidas ao trabalho infantil.

Números menos inquietantes, mas também preocupantes, são revelados sobre o aumento dos salários; segundo a OIT (2020c) o crescimento salarial no mundo passou de 2,5% em 2012 para 1,7% em 2015, se desconsideramos a China nesse mesmo período percebemos um crescimento de 1,6% para 0,9% respectivamente. Segundo os dados apresentados pela OIT (2020d) os 20% dos trabalhadores com renda mais baixa, correspondem a 650 milhões de pessoas e recebem o equivalente a 1% da renda global do trabalho. A organização ainda sustenta que esse número praticamente não mudou nos últimos treze anos.

Em uma conjuntura tão hostil ao trabalhador, compreendemos como positiva qualquer tentativa política para reverter as condições atroz do trabalho, porém nos atemos às reais possibilidades de reformar uma realidade que se alimenta dos desatinos apontados pela própria OIT. Assim, como pensar o trabalho produtivo de uma forma que se apresente como Trabalho Decente? É possível alcançar níveis equilibrados entre remuneração e intensidade da jornada de trabalho? É possível relacionar os pressupostos do Trabalho Decente com os fundamentos que movem a realidade do capital?

Em artigo sobre o microtrabalho por plataformas, Rosenfiel e Mossi (2020) indicam que a concepção de justiça que ampara o conceito de Trabalho Decente elenca quatro princípios; a liberdade, a equidade, a segurança e a dignidade. Segundo as autoras, ao apontar tais princípios nesta ordem, a definição de trabalho decente se furta de uma reflexão sobre a relação e a hierarquia entre esses princípios. No atual contexto, em que as políticas neoliberais vêm desconstruindo as regulações institucionais que em cada país permitiriam relações de trabalho mais dignas, torna-se necessário defender uma justiça que vá além do campo socioeconômico, avançando para uma dimensão moral. Portanto, diante das novas formas de superexploração do trabalho, o respeito à dignidade humana ganha destaque, não cabendo nenhum tipo de hierarquização que aloque a dignidade em posição que não seja de proeminência.

⁴ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) mantém 40 escritórios pelo mundo e é integrada por 187 países, sendo composta por governos, representantes dos empregadores e dos trabalhadores.

Ao problematizar o papel do trabalho, somos levados a reconhecer sua importância como formador e simultaneamente, no atual momento histórico, como deformador. O trabalho produtivo não é somente aquele que cria o necessário para suprir as carências humanas. No atual modo de produção, o trabalho alienado e estranhado é também produtor de mercadorias e gerador de mais-valor. A lógica sobre a qual se organiza a divisão do trabalho e que tem como pressuposto a propriedade privada dos meios de produção, cria as condições coativas que levam o indivíduo ao assalariamento. O desenvolvimento das subjetividades e a realização pessoal no momento do trabalho são condicionadas pela necessidade de se apresentar como sujeito produtivo dotado das capacidades necessárias para garantir a valorização do capital. Sobre a exigência do trabalhador se apresentar como produtivo, Marx nos lembra que tal determinação independe de qual setor do mundo do trabalho nos referimos, uma vez que o trabalho produtivo é condição sem a qual o capital não se valoriza

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalho produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de uma fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar [...] (MARX, 2013a, p. 578)

Dessa forma, percebemos como o conceito de Trabalho Decente, embora ocupando um lugar nobre na cena mundial na luta por melhores condições aos que vivem da venda da sua força e do seu tempo de trabalho, esbarra nos pressupostos impostos pela realidade concreta.

Quando compreendemos o trabalhador produtivo como aquele que garante a reprodução e valorização do capital, indiferente de qual ramo atue, importante não deduzirmos que tal compreensão indica indiferença com a realidade concreta com a qual cada trabalhador lida no seu cotidiano. Reconhecemos que nos momentos singulares em que cada indivíduo se põe em ação para a realização de suas funções no trabalho, ele se relaciona com o meio e com seus semelhantes de diversas formas. Tais relações podem assumir um caráter abnegado em nome do cumprimento obediente às exigências do ambiente em que se encontra como também podem

assumir um caráter de resistência, aberta ou velada, onde os trabalhadores se organizam e se orientam no limite dos seus próprios interesses. Vázquez (2011) nos aponta que o homem comum e corrente é um ser social e histórico, mas que não devemos negligenciar que sua própria cotidianidade também está condicionada histórica e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática, portanto não devemos tomar acriticamente a visão que os próprios sujeitos têm de si e de suas relações. Não negamos que subjetividades são criadas e modificadas concomitante ao ato de trabalhar, o que apontamos é que para além disso, em última instância, reconhecer a centralidade do trabalho no modo de produção capitalista implica em reconhecer que no exercício do trabalho, embora possa haver momentos de fruição, esse é condicionado pela necessidade de se alcançar os pressupostos do capital.

As contribuições de Vázquez (2011) sobre a práxis enriquecem a compreensão de trabalho, pois além de entendê-lo como meio do sujeito atuar sobre a natureza, também o percebe como meio de atuação sobre o próprio humano. A práxis, além de ser apontada como atividade que um agente exerce sobre uma matéria-prima natural para modificá-la e sobre produtos já modificados por uma práxis anterior, também é apontada como atividade que permite ação sobre o ser humano, enxergando assim a sociedade como objeto da práxis política ou revolucionária. Dessa forma, reforçamos a visão de que o trabalho não é só mediação com a natureza, mas também mediação com outros seres humanos, permitindo a construção dos meios materiais e espirituais da vida.

Importante destacarmos como algumas informações que revelam a visão dos trabalhadores sobre suas próprias atividades podem chocar e criar desconforto em setores que dependem da manutenção das atuais relações de trabalho. Em maio de 2013, em palestra⁵ apresentada em um evento da Associação Paulista de Supermercados, o consultor indiano e professor de Harvard Raj Sisodia, criou mal-estar nos presentes e repercussão midiática. O professor apresentou dados levantados no mundo todo, pela empresa de pesquisa Gallup, indicando que 72% das pessoas não gostam do próprio trabalho, desse total, 18% são considerados “ativamente desengajados”, definição usada para se referir aqueles que chegaram ao ponto de serem capazes de sabotar a própria empresa. Quando uma autoridade intelectual, que é ouvida pela classe empregadora, aponta que a maioria dos trabalhadores está insatisfeita e que quase 1/5 pode ser considerada um sabotador em potencial, notamos a expressão da contradição entre capital e trabalho tomando sua forma.

⁵ <https://valor.globo.com/carreira/recursos-humanos/noticia/2013/05/08/maioria-das- pessoas-nao-gosta-de-seu-trabalho.ghtml> acessado em 09/04/2020.

A concorrência e competitividade, pressupostos do funcionamento do sistema capitalista, obriga que empresas se articulem para conseguir produzir ou entregar seus serviços numa quantidade cada vez maior, com qualidade cada vez mais elevada, mas com custos cada vez menores. Tal lógica é irracional do ponto de vista do bem estar humano, mas condição essencial para sobrevivência de qualquer empresa que atue na economia de mercado.

Outro exemplo sobre a preocupação que os empregadores têm com a questão do trabalho se reflete em pesquisa⁶ divulgada em dezembro de 2017, onde o Instituto Locomotiva apresentou os resultados de um estudo feito sob encomenda pelo Grupo LTM. A intenção era demonstrar a forma como os trabalhadores enxergavam a reforma trabalhista que começara a valer havia um mês. O estudo revelou que 87% dos trabalhadores com carteira assinada temiam os efeitos da reforma, número que demonstra a preocupação com as condições de trabalho e prova que a grande maioria não foi convencida pela massiva campanha do Governo Federal, empenhada em persuadir os trabalhadores de que a reforma era essencial e positiva.

Outro número trazido pelo levantamento do Instituto Locomotiva é sobre a insatisfação dos brasileiros com seus empregos. Foi apontado que 56% dos entrevistados estavam descontentes em suas respectivas empresas, desse percentual, somente 8% estariam mais descontentes com o salário do que com os tratamentos que recebem. Tal constatação demonstra que para o empregado, além do salário, pesam outros fatores como o reconhecimento, que pode ser efetivado através dos benefícios que a empresa concede; do respeito nas relações do dia a dia etc.

Importante demonstrar que embora a insatisfação com a reforma trabalhista seja altíssima e o descontentamento com o emprego também seja um fenômeno que afeta a maioria dos trabalhadores, tais indicativos não revelam uma disposição dos trabalhadores para se organizarem coletivamente em torno das associações de classe. De acordo com IBGE (2019a) a taxa de sindicalização corresponde a 12,5% dos trabalhadores em 2018, o que representa um total de 11,5 milhões do total de 92,3 milhões, o menor número de sindicalizados desde 2012.

As constatações sobre a percepção de alguns trabalhadores sobre o mundo do trabalho, apontadas acima, nos autorizam a retomar mais uma observação sobre o fenômeno do estranhamento dentro da ordem do capital. Marx aponta que o estranhamento não é observado somente no resultado mas também no ato da produção, dentro da atividade produtiva, “Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*frend*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo

⁶ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/12/11/trabalhador-com-carteira-assinada-teme-mudanca-com-a-reforma-revela-pesquisa.ghtml>

da produção ele não se estranhasse a si mesmo?[...]” (MARX, 2010,p. 82). O trabalho não é um elemento natural do ser humano, mas historicamente desenvolvido como meio para solucionar contradições que o confrontam, portanto o trabalho é o momento de externalização do trabalhador, a mediação para sua efetivação com o mundo externo. Ao reconhecer tal exteriorização, dentro da ordem do capital, percebemos nas palavras de Marx uma tradução do sentimento que pode ser apontado naqueles que não se sentem realizados em seus empregos e, portanto, não gostam do trabalho que exercem:

Primeiro, que o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, fogue-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um de autosacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro [...] (MARX, 2010, p.82-83)

Essa interpretação do trabalho no contexto da ordem do capital evidencia a dimensão do estranhamento e, portanto, aspectos negativos vinculados à atividade. A abordagem proposta pela Ergologia tem revelado que, numa ordem estranhada, o trabalho como atividade humana é também espaço de fazer uso-de-si por si à medida que a atividade implica o sujeito com os seus valores numa perspectiva que não se abstém da dimensão política

A explanação de Marx vem no sentido de apontar que no sistema capitalista o estranhamento, como fenômeno histórico social, cria as condições para que o trabalhador não se reconheça no ato de produzir. Tal perspectiva nos esclarece sobre as condições gerais que orientam o desenvolvimento e a renovação do modo de produção orientado pelo capital, onde o trabalho é compreendido como meio e não como fim. Segundo Paro (1999), a centralidade do trabalho se encontra na possibilidade de explicar a história e o desenvolvimento social da sociedade, não representando, portanto, a razão de ser dela. Dessa forma, o trabalho é compreendido como o meio de dar sentido a história, permitindo que se perceba as possibilidades do homem poder usufruir da sua produção. Tal perspectiva nos orienta para

enxergar o papel do trabalho de uma forma que esclareça sua função histórica sem se limitar a ver apenas virtudes no esforço dos trabalhadores.

A partir dos apontamentos feitos até aqui, consideramos que o trabalho é fator central na vida do ser humano, sem ele não há a possibilidade da vida social, pois somente através dele garantimos a satisfação das carências materiais e espirituais do gênero humano. Isso afasta a hipótese de uma sociedade sem trabalho ou de uma sociedade emancipada do trabalho, mas ao mesmo tempo coloca a necessidade da superação da forma de trabalho atualmente predominante. O modo como o trabalho se expressa na sociedade atual assume um caráter estranhado, que afasta o sujeito da possibilidade de autorrealização no ato de produção da vida e nos seus produtos. A contradição existente no trabalho - quando este se apresenta como prática que simultaneamente é formadora e deformadora - nos coloca a questão de como criar condições de plena satisfação dentro de um sistema que aliena o trabalhador dos meios necessários de produção da vida e por consequência produz atrofiamentos e pauperismo.

Enfim, se a ordem econômica produz e reproduz as contradições indicadas, também é correto reconhecer que a existência de tal ordem fornece as possibilidades que podem se mostrar como saídas para sua superação, pois se o trabalho é fator ontológico do ser humano, desenvolvido historicamente, nada confirma que as tensões existentes atualmente, que afastam o indivíduo singular do seu gênero, devam perdurar eternamente. Portanto, se o atual modelo foi engendrado pelas contradições que movem os seres humanos na história, sua infinitude ou imortalidade não devem ser tomadas como imperativos.

2.2 Atuais condições do mundo do trabalho.

Após pontuarmos o papel central que o trabalho assume para o desenvolvimento humano e termos destacado seu caráter imprescindível na reprodução da vida, orientando-se pela tradição teórica indicada, também frisamos como o trabalho se expressa na atual fase histórica. Dando ênfase ao caráter alienado e estranhado do trabalho sob o modo de produção capitalista, indicamos como tal atividade se revela - em última instância - como formadora e simultaneamente como deformadora. A fim de compreendermos a realidade concreta em que o trabalho se expressa, acreditamos necessário um levantamento sobre as transformações que vem afetando o mundo do trabalho nos últimos anos. Dessa forma, se faz necessário demonstrar como o trabalho vem sendo confrontado pelo capital, como novas formas de racionalização dos espaços e do tempo vem se associando a reformas políticas e econômicas que fragilizam o trabalhador no mundo e especialmente no Brasil.

Reafirmamos que não propomos uma história do trabalho, por entendermos que tal ambição extrapolaria nosso propósito, além disso, uma análise histórica que abordasse a longa tradição de inovações e conflitos envolvendo os agentes implicados diretamente no mundo do trabalho acabaria por nos afastar do objeto de estudo. Assim, decidimos por delimitar o período a partir do início da década de 1970 até os dias atuais por compreender que esta etapa histórica concentra as transformações que melhor dialogam com nossa proposta, que visa compreender como a juventude periférica no âmbito do trabalho e educação vem lidando com as novas dinâmicas das relações de trabalho.

Diversos pesquisadores que investigam as transformações ocorridas no regime de acumulação capitalista chamam a atenção para as reformulações ocorridas dentro da forma taylorista-fordista de organização do trabalho a partir dos anos 1970, gerando inclusive novas interpretações sobre o papel da educação. Uma nova forma de organização que pode ser chamada de toyotista ou de acumulação flexível fica em evidência a partir de meados da década de 1980 nos países de capitalismo central, tal novidade aponta uma estratégia para reverter o declínio dos lucros das principais empresas monopolistas. Porém, deve-se lembrar de que esta reestruturação não acontece de forma homogênea nem simultânea nas diversas regiões do mundo. O quadro crítico de crise capitalista a partir dos anos 1970, expresso como crise de acumulação taylorista/fordista, fez com que o capital implementasse um vasto processo de reformulações.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. (HARVEY, 2016, p. 143.)

De acordo com Antunes (2009) o quadro crítico de crise capitalista a partir dos anos 1970, expresso como crise de acumulação taylorista/fordista, fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação, visando repor seu ciclo reprodutivo ao mesmo tempo que fazia a manutenção de seu domínio, que passava por um período de conflitualidades pelos diversos questionamentos que vinham acontecendo acerca de seus mecanismos de controle social.

O toyotismo, surgido no Japão, revitalizou o antigo modelo de produção - taylorista/fordista - que já não atendia às demandas do capital. Através de uma mudança na

concepção de produção, tal modelo passou a se apropriar das atividades intelectuais do trabalho. Não só a força física, mas além disso, habilidades que envolvem cooperação, iniciativa, participação em decisões, envolvimento em grupo, etc. passaram a ser estimuladas. Tal estímulo visava à criação de um modelo onde a totalidade das capacidades humanas fossem canalizadas à produção de valor.

De acordo com Antunes (2009), seguindo um receituário diferente do taylorismo/fordismo vigentes ao longo do século XX, o toyotismo promove uma transformação no modo de intensificar o trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração de mais-valor. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a partir da década de 1970, geram, portanto, consequências que ultrapassam o mundo do trabalho. Espaços como o da cultura, da educação, da política e da sociabilidade são diretamente afetados como consequências das transformações ocorridas na esfera produtiva industrial.

Para ilustrarmos apenas um exemplo de como as novas tendências de organização produtiva mexem com outras dimensões da vida além do trabalho, podemos pontuar algumas reflexões que revelam atualizações ocorridas no âmbito da educação. Segundo Santos (2008), a partir dessa dinâmica que exige do trabalhador um papel que vá além de simples executor, sendo necessário o desenvolvimento de habilidades que o tornem um ser pensante-executante, a educação passa a se encarregar de novas atribuições

Se o taylorismo-fordismo, com sua crença na racionalização científica que distingue concepção e execução, orientou políticas educacionais voltadas para a formação de uma elite “pensante” e de uma massa de “executantes”, a nova configuração produtiva vai demandar uma educação que desenvolva “competências” para a formação de um trabalhador flexível, responsável pelo sucesso da empresa, logo, um trabalhador “pensante-executante”, capaz de realizar tanto o trabalho manual quanto o intelectual. A chamada “sociedade do conhecimento”, aliada do processo de reestruturação produtiva, exige trabalhadores conscientes da necessidade de saber-pensar, saber-fazer, saber-ser, saber-agir. [...] (SANTOS, 2008, p. 152.).

A abordagem de Santos (2008) é feita em um contexto onde as reformulações do trabalho passam a exigir um posicionamento do trabalhador que vai muito além das atitudes repetitivas e pouco variadas que estávamos acostumados a ver durante a hegemonia do fordismo-taylorismo. Para destacar mais um exemplo de como a nova configuração produtiva reorienta o papel da educação, lembramos Friggotto (2006), que demonstra como a teoria do capital humano - enquanto uma teoria da educação que mascara as relações de produção ao mesmo tempo que se orienta pelos interesses de mercado - reforça a meritocracia como um pressuposto da educação. Dessa forma, assim como os homens são considerados livres e iguais

no mundo da produção, dependendo, portanto, puramente do esforço individual e da própria iniciativa para ascender socialmente, no mundo escolar a não-aprendizagem, a evasão ou a repetência são puramente vistos como problemas individuais, tratando-se de falta de esforço e/ou falta de vocação. Trataremos mais afundo a questão da escola e trabalho em outro momento, cessando, portanto, os exemplos de como a reorganização produtiva influí em âmbitos sociais além do trabalho.

Acreditamos ser interessante retomar brevemente a questão do estranhamento, que abordamos ao tratar da centralidade do trabalho, neste instante em que discutimos uma nova reorganização do trabalho. Sobre o modelo toyotista, devemos destacar sua natureza para compreender como o estranhamento se realiza nesse sistema.

Na tentativa de superação das limitações fordistas-tayloristas de acumulação de capital – que ainda vigoram em algumas regiões do mundo, inclusive no Brasil, às vezes de forma híbrida com o toyotismo - intensifica-se a exploração do trabalho em todos os sentidos. O sujeito que vive do seu trabalho é instigado a se empenhar ao máximo em suas atividades, inculcando ideias que visam fazer com que se perceba membro de uma “família”. Ele é cobrado a se vigiar, a se punir, a compreender-se como uma parte importante do todo. É chamado a assumir um compromisso com o trabalho, que visa lhe despertar a sensação de responsabilidade pelo meio onde está atuando. Dessa forma, não só a sua força física irá pertencer ao poder que detém seu tempo, mas todos os elementos que compõem a subjetividade do indivíduo – a criatividade, os sonhos, a sociabilidade, etc. – passam também a pertencer a quem o paga e são canalizados para a máxima produção de valor.

Ele é instigado a se autorrecriminar e se punir, se a sua produção não atingir a chamada “qualidade total” (essa falácia mistificadora do capital). Ele trabalha num coletivo, em times ou células de produção, e se um trabalhador ou uma trabalhadora não comparece ao trabalho, será cobrado pelos próprios membros que formam sua equipe. É assim no ideário do toyotismo. Tal como a lógica desse ideário é concebida, as resistências, as rebeldias, as recusas, são completamente rejeitadas como atitudes contrárias “ao bom desempenho da empresa”. Isso levou um conhecido estudioso, Coriat, a dizer positivamente que o toyotismo exerce um *envolvimento incitado*. Contrapondo-me fortemente a isso, caracterizo esse procedimento como o de um *envolvimento manipulado*. Trata-se de um momento efetivo do estranhamento do trabalho ou, se preferirem, da alienação do trabalho, que é, entretanto, levada ao limite, interiorizada na “alma do trabalhador”, levando-o a só pensar na produtividade, na competitividade, em como melhorar a produção da empresa, da sua “outra família” [...] (ANTUNES, 2009, p. 203).

O modelo toyotista de produção não submete somente trabalhadores manuais, que de acordo com a classificação do capital são os menos qualificados. Tal tendência também assume

papel determinante sobre o trabalho mais qualificado e especialmente as atividades de liderança, o que garante a perpetuação e legitimação dos ideais de tal modelo.

Pensando as reformulações do mundo do trabalho a âmbito nacional, Antunes (2018) lembra que as transformações que chegam ao Brasil com a onda toyotista, embora não possam ser generalizadas para todos os espaços de produção, representam o primeiro movimento no sentido de reestruturar a produção no país no final do século XX e início do XXI, tendo por consequência a flexibilização de leis, a informalidade e a precarização⁷ da classe que vive do trabalho.

A reestruturação produtiva fica mais evidente quando se analisa o crescimento do setor terciário⁸ nos últimos anos em detrimento dos setores primário e secundário. A crescente participação do setor de serviços para a economia mundial e nacional não permite concluir que o trabalho industrial esteja condenado ao perecimento ou que sua centralidade esteja próxima do fim. Para pensarmos como os diferentes setores da economia se combinam de forma a garantir a reprodução do capital ao mesmo tempo que geram empregos cada vez mais precarizados, Antunes (2009) propõem um alargamento do sentido de classe trabalhadora, afim de conseguir abarcar a atual dinâmica do mundo do trabalho. Segundo o autor, a expressão classe-que-vive-do-trabalho serviria para uma compreensão ampliada da classe trabalhadora nos últimos anos, pois ela mantém a centralidade do trabalhador produtivo, ligado à produção industrial segundo a tradição marxista e também ampara a imensa gama de trabalhadores improdutivos que são indispensáveis à valorização do capital e que a cada dia são mais numerosos. O trabalho improdutivo é assumido como aquele que não se constitui diretamente como produtivo, como capaz de produção imediata de valor de troca e de geração de mais-valor, mas que é imprescindível para o metabolismo do capital e do assalariamento. Assim, Antunes (2009, p.102) resume que “todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo”, dessa forma uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve abranger todos os assalariados.

Um exemplo interessante para constataremos a imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo é observarmos como o capital industrial depende da expansão da oferta de serviços

⁷ Compreendemos a precarização a partir do sentido atribuído por Ricardo Antunes, que a entende por dois lados “[...] por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural, podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática.” (ANTUNES, 2018, p.142).

⁸ De acordo com Brasil (2020a), no Brasil, a representatividade do setor terciário (comércio e serviços) passou de 69% do Valor Adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) em 1997 para 73% em 2018. De acordo com Brasil (2020b) a nível mundial, o setor de serviços representa mais de 60% da riqueza mundial, empregando ao menos um terço da mão-de-obra do planeta.

para seu crescimento. Em agosto de 2017, em São Paulo, foi lançada a Comissão de Políticas de Comércio da Câmara de Comércio Internacional, uma iniciativa da Câmara de Comércio Internacional (ICC) que contou com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na oportunidade, a CNI apresentou ao governo propostas que visam à eliminação de barreiras ao comércio de serviços; na ocasião o presidente do ICC, Daniel Feffer, destacou que “Economias mais abertas são mais produtivas e há mais conexão de suas indústrias com as cadeias globais de valor”. A defesa da expansão do setor de serviços como propulsor do desenvolvimento industrial também foi destacada pelo diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes, que ao dizer que os setores industrial e de serviços estão interligados, deu exemplos de indústrias como a Embraer, de aviação, e a Marcopolo, de carrocerias para veículos automotores, que embutem serviços como treinamento e capacitação nas exportações de seus produtos.

A crise econômica de 2008, gerada a partir dos EUA afetou praticamente todos os países em diferentes graus e momentos, o Brasil por exemplo só veio a sofrer tais consequências alguns anos depois. Crises econômicas historicamente representam momentos em que se acentuam as contradições que permeiam a economia e provocam disputas no âmbito do trabalho, em conjunturas onde a desarticulação da classe trabalhadora é flagrante, tais atritos resultam na perda de direitos que em conjunturas passadas foram conquistados ou concedidos. A reestruturação do capital para auferir suas margens de lucratividade passa pela reinvenção da dinâmica produtiva, como vimos no contexto dos anos 1970 com o surgimento do toyotismo ou - dependendo da correlação de forças do momento - pode reaver suas perdas através da diminuição dos custos produtivos. A eliminação de custos quase sempre pode significar um investimento maior no capital constante de forma a obter uma margem maior do mais-valor relativo, tal opção elimina postos de trabalho e conseqüentemente aumenta o desemprego, além de necessitar de investimentos em tecnologia, que em períodos de crise econômica muitas vezes não são possíveis. Dessa forma, a eliminação de direitos trabalhistas surge como meio de se manter as taxas de lucratividade, já que pelo olhar empresarial tais garantias são vistas como dispendiosas, representando empecilhos ao crescimento da produção.

A flexibilização de direitos ocorre a partir da confluência de diversos setores econômicos e agentes políticos interessados em alavancar vantagens, que se unem para atuar – nem sempre de forma homogênea - junto ao poder público através do lobby e das campanhas midiáticas. Tais ações, dependendo da correlação de forças e das inclinações ideológicas do governo vigente, podem causar mudanças, mais ou menos agudas, nas garantias trabalhistas.

Para ilustrar o avanço sobre direitos historicamente conquistados, utilizaremos como exemplo a conjuntura político-econômica a partir de meados de 2014. Tal escolha se deve por ser o momento em que após duas décadas de crescimento - com exceção do ano de 2009 - o Brasil se viu diante de uma recessão econômica que se desdobrou em crise política. A partir desse momento, o questionamento de alguns direitos trabalhistas que sempre foram vistos como estorvo por uma parte do setor empresarial ganha ampla adesão de grupos políticos, de setores econômicos e até da classe média, criando assim um movimento inclinado a atuar fortemente na revisão de garantias históricas.

Não debateremos as causas da crise econômica que se instala no Brasil a partir de 2014, portanto se a recessão econômica foi ocasionada por uma errônea condução da política econômica e fiscal ou se é fruto da conjuntura econômica internacional associada a desestabilização política pela qual passava o governo da presidenta Dilma – pressão que se acentua após sua reeleição culminando na sua derrubada em 2016 – para nós é indiferente. Nos interessa as ações que o governo Dilma toma na tentativa de superação da recessão e que afetam diretamente direitos que beneficiam principalmente os trabalhadores, sendo o primeiro passo para ataques mais profundos nos governos seguintes.

A conjuntura econômica a partir do segundo trimestre de 2014 passou a exigir da presidenta Dilma uma mudança na condução da política econômica. Reeleita com a promessa, entre outras, de “não mexer” em direitos trabalhistas, as acusações de estelionato eleitoral não demoraram a surgir no momento em que medidas que atingiam direitos sociais que beneficiavam principalmente os trabalhadores começaram a ser postas em prática a partir do início de seu segundo mandato. Importante lembrar que na tentativa de estimular o desenvolvimento de empregos e a competitividade da indústria nacional, Dilma já vinha realizando desde seu primeiro governo uma generosa política fiscal que implicava na redução da carga tributária e subsídios bilionários.

A partir do final 2014, as ações do governo reeleito para reverter a crise sinalizam medidas de revisão de direitos, com a apresentação das Medidas Provisórias 664 e 665. As duas medidas provisórias foram convertidas nas Leis 13.134/15 e 13.135/15 e trouxeram importantes mudanças na legislação previdenciária em desfavor dos trabalhadores. Segundo Dieese (2015, p.03) “as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros ao Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial, ao Seguro-Defeso e às Pensões, o que, na prática, significa privar a parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhes eram assegurados”. Para exemplificarmos uma profunda mudança ocorrida a partir da MP 665, lembremos que com a legislação anterior,

para um trabalhador requerer o seguro desemprego pela primeira vez, era necessário ter trabalhado com registro por pelo menos seis meses ininterruptos. A partir da nova regra, estipulada pela Lei 13.134/15, são exigidos no mínimo dezoito meses de trabalho nos últimos vinte e quatro meses anteriores à dispensa. Dessa forma, Dieese (2015) com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2013, demonstra que nesse ano houve 12,5 milhões de vínculos empregatícios formais sendo rompidos, desse total, 3,2 milhões (25,9%) não teriam direito aos benefícios do seguro-desemprego por terem menos de seis meses de trabalho antes do rompimento. Ainda de acordo com Dieese (2015), com as mudanças da MP 665, o contingente de trabalhadores que não poderiam requerer o benefício do seguro-desemprego aumentaria para 8 milhões, contabilizando 64,4% do total de demitidos.

Outra ação que marcou as relações de trabalho no Brasil e aponta um revés para a classe trabalhadora no decorrer do segundo governo Dilma foi o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), adotado a partir de julho de 2015 e de caráter temporário. O PPE⁹ foi desenvolvido a partir de um pacto envolvendo setores patronais, centrais sindicais e o governo, permitindo o acordo entre sindicatos, trabalhadores e patrões para redução da jornada de trabalho e salários em até 30%, com compensação de parte das perdas salariais garantida pelo governo através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹⁰, lembrando que a empresa que adere ao programa fica impedida de demitir seus funcionários durante o tempo que durar o acordo.

Através de seu canal oficial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em julho de 2015 expressou otimismo com o PPE, defendendo-o como medida adequada àquele cenário econômico. Além dos representantes patronais, o setor sindical em sua maioria também se engajou na defesa do PPE, marcando uma convergência entre diferentes centrais sindicais, que apontaram o programa como a saída mais razoável à crise econômica que ameaçava empregos, interpretando a implantação do programa como uma vitória dos trabalhadores, que apesar de terem seus salários reduzidos, garantiriam seus empregos. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, afirma em texto veiculado pelo site da Central Única

⁹ Segundo Dieese (2016), são elementos centrais do Programa: o limite de redução de jornada e salários de até 30%; a compensação ao trabalhador de 50% da perda de remuneração, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego; exigência de acordo coletivo específico aprovado em assembleia; estabilidade no emprego durante a participação da empresa no Programa e por mais um terço desse período; a comprovação de dificuldade econômico-financeira da empresa, por meio de indicador do emprego; o prazo máximo de benefício de 24 meses; o recolhimento de encargos patronais sobre a parcela de complementação pecuniária e a permissão de adesão a empresas de qualquer setor de atividades.

¹⁰ O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, sendo composto pelas contribuições trabalhistas de empregados e empregadores.

dos Trabalhadores (CUT) em maio de 2015 que “O PPE é bom, inclusive para as contas do governo federal. Porque mantém o trabalhador no posto de trabalho, preservando as relações trabalhistas e por conta disso, a arrecadação dos encargos”.

Sobre o apoio de diferentes setores à criação do PPE, importante lembrar que embora sua implantação fosse defendida pelas maiores centrais sindicais - mesmo que por uma questão de pragmatismo diante do momento economicamente adverso e politicamente desfavorável já que a crise política que culminou na derrubada da presidenta Dilma no ano seguinte já se acentuava - houve forte oposição de alguns sindicatos. Algumas centrais sindicais, através de seus boletins, jornais e chamados para mobilização dos trabalhadores, reagiram ao programa. Segundo boletim da Central Sindical e Popular - Conlutas “O programa não garante estabilidade nenhuma e vai aumentar ainda mais o arrocho das famílias brasileiras. Os patrões podem reduzir o salário do trabalhador e ainda vai ser usado recurso do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para ajudar o patrão” (CSP-Conlutas, 2015, p. 2), seguindo a mesma linha de denúncia, Intersindical (2015) afirma que o PPE além de garantir os lucros das empresas durante a crise, ao reduzir os salários dos trabalhadores também reduz o valor de direitos como as férias, o 13º salário, o FGTS e o INSS, que são calculados a partir do salário, resultando portanto em uma redução que não se restringe aos ganhos enquanto o trabalhador estiver trabalhando, mas também depois, quando se aposentar.

A agitação em torno das medidas que mexiam diretamente com os trabalhadores, durante o governo Dilma, demonstram como o sindicalismo é diverso na tratativa de temas que envolvem direitos trabalhistas em momentos de crise econômica e política. O momento seguinte, com a derrubada do Partido dos Trabalhadores do poder e a chegada de uma coalização de forças da direita política, apresenta um avanço mais intenso na revisão de direitos históricos. O governo Temer se incumbiu de aligeirar reformas que o governo Dilma - mesmo com seus acenos a favor dos setores patronais - foi acusado de retardar. A discussão nacional em torno do mundo do trabalho passa a ser pautada pela suposta necessidade de implementar medidas que venham renovar e modernizar as relações de trabalho no Brasil, assim, a reforma trabalhista, junto a diversas outras, se tornam objetivos centrais do governo empossado em agosto de 2016.

A reforma trabalhista, concretizada com a Lei 13.467/17 revê diversos pontos que estavam assegurados desde 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representando, portanto, garantias herdadas do Governo Vargas que sobreviveram ao período do regime militar e aos governos neoliberais dos anos 1990. A partir de uma retórica de

modernização e atualização, foram revistos diversos pontos como a jornada de trabalho, as férias, a contribuição sindical e os acordos coletivos. Além das mudanças em alguns pontos, também houve a regulamentação de formas não amparadas plenamente pela CLT, como o trabalho intermitente e o *homme office*.

O apoio às mudanças na legislação trabalhista mobilizou diversos agentes políticos, econômicos e midiáticos, que concedendo apoio ao presidente Temer, mobilizaram forças para apoiar a agenda de reformas do governo, em especial a reforma trabalhista, que foi apresentada como salvação para a crise econômica e para o problema do desemprego, que segundo IBGE (2017) entre fevereiro e abril de 2017 atingia 14 milhões de pessoas. Em balanço divulgado alguns meses após a aprovação da reforma, a Confederação Nacional da Indústria reconhece que “com a nova lei se abre um horizonte de mais segurança jurídica e cooperação, proporcionando a melhoria do ambiente de negócios, o que contribuirá com o crescimento econômico, beneficiando as empresas, os empregados, enfim, o Brasil” (CNI, 2018, p.8). Além do setor industrial, o setor bancário, representado especialmente pelos bancos privados, também prestou apoio estratégico à aprovação da reforma, apresentando estudos e opiniões que apontavam a necessidade de o Brasil atualizar sua legislação trabalhista; em relatório apresentado pelo banco Santander em junho de 2017 podemos perceber elementos que indicam alguns dos novos paradigmas do mundo do trabalho

Acreditamos que a aprovação de uma reforma trabalhista é fundamental para: 1) acelerar a saída da recessão (via confiança e investimentos), 2) reduzir estruturalmente o desemprego (através de melhora da competitividade da mão de obra brasileira) e 3) diminuir a desigualdade de renda via contenção da informalidade.

Estimamos que a aprovação da Reforma Trabalhista poderia levar a uma queda do desemprego de mais ou menos 1,5 p.p., o que corresponderia à criação de cerca de 2,3 milhões de empregos.

A excessiva regulamentação do mercado de trabalho brasileiro é considerada pelas empresas como o segundo fator mais problemático para fazer negócios no país. Isso sugere que bilhões de reais em investimentos deixam de ser realizados, e milhões de empregos deixam de ser gerados todos os anos, devido a uma legislação trabalhista anacrônica[...]. (SANTANDER, 2017, p.01).

A percepção da necessidade da reforma pela indústria e pelos bancos se alinha com a visão da maior parte da mídia. Analisando os editoriais de dois dos principais jornais que circulam no país – Folha de São Paulo e O Globo – Oliveira (2018?) demonstra que a defesa da necessidade da reforma por esses jornais foi constantemente abordada como solução para a crise econômica, para o desemprego e para retomada do crescimento econômico, alinhando o discurso com o do governo Temer, que apresentava a reforma como avanço e modernização da

arcaica legislação trabalhista. Ainda sobre a cobertura da mídia, em especial a abordagem do jornal de maior circulação do país – O Globo - Teixeira e Nascimento (2018) apontam que as publicações no período de janeiro a julho de 2017 foram na sua maioria de apoio à reforma trabalhista e usaram fartamente dos mesmos argumentos do governo, atribuindo o sentido de modernização, inovação e avanço à reforma trabalhista.

O apoio dos setores econômicos e midiáticos à reforma trabalhista ao longo de 2017, indica uma arremetida sobre garantias sociais asseguradas há décadas, mas que vem sendo desafiadas vigorosamente pelo menos desde os anos 1990. Antunes (2018) demonstra como o cenário da pragmática neoliberal no Brasil, que iniciada nos anos 1990 pelos governos Collor e FHC, gerou aumento da concentração de riqueza, expansão dos lucros, privatização de empresas públicas e desregulamentação de direitos trabalhistas. O avanço neoliberal continuou durante os governos do Partido dos Trabalhadores, porém com outra dinâmica, preservando os grandes interesses das diversas frações burguesas do país, através de uma exitosa política policlassista e conciliadora. Sobre a assimetria entre os governos do PT e seus antecessores, Antunes aponta: “Mas havia um ponto de diferenciação, dado pela inclusão de programas sociais, como Bolsa Família, voltado para os setores mais empobrecidos, além de uma política de valorização do salário mínimo limitada, mas real” (ANTUNES, 2018 p.267). Dessa forma, percebemos que o avanço na reformulação das leis trabalhistas a partir do governo Temer representa a retomada de uma campanha que há tempos vinha se desenhando, mas que foi atenuada devido a uma fase orientada por um governo de base popular-conciliador.

A Lei 13.467/17, que reorganiza as relações de trabalho em diversos aspectos é um dos pontos que atualiza a jurisdição trabalhista brasileira diante da nova tendência mundial de precarização do trabalho. De acordo com Fontes (2017) se a expansão do capital não consegue ser suficiente para conformar a força de trabalho aos níveis adequados de extração do mais-valor, as próprias empresas se utilizam das velhas táticas de revisão de direitos que posteriormente são legalizadas pelo Estado e apresentadas como novas necessidades para o crescimento. Importante lembrar que um dos principais argumentos dos apologistas da reforma trabalhista foi a necessidade de garantir a segurança jurídica das empresas, que diante das novas tendências, vinham tolhendo diversas garantias trabalhistas e, portanto, se sentiam ameaçadas pela legislação.

Segundo a Justiça do Trabalho (2018) as ações trabalhistas entre janeiro e setembro de 2018 apresentaram redução significativa comparadas à mesma etapa de 2017, período anterior à reforma. Assim, enquanto foram apresentadas 2.013.241 reclamações trabalhistas entre

janeiro e setembro de 2017, no mesmo período de 2018 foram apresentadas 1.287.208 ações. Brito Pereira - presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em 2018 – em breve balanço sobre a reforma trabalhista, assegura que, passado um ano de sua aprovação “até o momento, o principal impacto é a redução do número de reclamações trabalhistas, o que pode ser comprovado pelos dados estatísticos. Paralelamente, houve um aumento de produtividade” (Justiça do Trabalho, 2018.). Necessário lembrar que entre outros desfavores ao trabalhador, a reforma trabalhista prevê o pagamento de honorários em caso de derrota na ação, além de custas processuais, o que pode ter influenciado muitos trabalhadores na decisão de acionar a Justiça contra eventuais abusos ou omissões trabalhistas por parte dos empregadores. A redução das ações trabalhistas combinado com o aumento de produtividade lança luz sobre uma questão que afeta todos os trabalhadores em períodos de crise econômica; o medo do desemprego. Dessa forma, a percepção da conjuntura desfavorável leva algumas pessoas a se martirizarem, aceitando trabalhar e produzir em condições insalubres. De acordo com Antunes (2018), o assédio moral é parte integrante dos espaços de trabalho que exigem altos índices de desempenho e produtividade, com exigências que extrapolam as capacidades físicas e mentais, assim, a pressão institucionalizada é uma eficiente ferramenta de gestão para garantir o aumento constante da produtividade, além de garantir a exclusão ou isolamento dos que se colocam contrários a tal prática.

Ricardo Antunes resume em quatro exemplos a nova tendência estrutural de precarização do mundo do trabalho.

- 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”;
- 2) a criação das “falsas” cooperativas, visando dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, solapando seus direitos e aumentando os níveis de exploração de sua força de trabalho;
- 3) o “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa;
- 4) a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global. (ANTUNES, 2018, p.76).

Os pontos indicados acima nos ajudam a perceber a nova dinâmica do mundo do trabalho, marcada pela desregulamentação e precarização. Ricardo Antunes (2018, p.55) sustenta “que estamos presenciando a constituição e a expansão de um novo proletariado de serviço”. Grande contingente dessa nova parcela de trabalhadores precarizados é oriundo das classes médias, que ao contrário do passado, onde podiam se dedicar a modalidades de trabalho

intelectual, hoje se torna, pelas condições econômicas, a expressão do “novo proletariado de serviços”.

Conceitos como o de uberização¹¹ indicam a tendência que nos últimos anos vem desconfigurando as relações formais de trabalho e empurrando para a informalidade milhões de trabalhadores. De acordo com Pochmann (2016) o fenômeno da uberização representa uma nova fase da organização do trabalho, onde o trabalhador negocia sua remuneração diretamente com o empregador, assume todos os custos e riscos da função e somente recebe ao executar o trabalho. Dessa forma, são modificadas algumas bases garantidas pelo fordismo, como a garantia dos salários, considerados um custo fixo pela empresa e também são revistos alguns pontos do toyotismo, onde o trabalhador tornava-se associado do ritmo da produção e das vendas, tendo seus ganhos vinculados a esse fluxo. Com a uberização não há garantias trabalhistas, representando, portanto, uma constante instabilidade para o trabalhador, pois nesse formato não se garante o descanso, o pagamento da previdência, o salário etc.

De acordo com Pochmann (2016) a uberização representa uma novidade que necessita de mais tempo para se confirmar como um novo padrão, assim como foram o fordismo e o toyotismo, pois embora seja uma forte tendência, existem agentes políticos como partidos e movimentos sociais que reagem frontalmente contra sua ampliação. Pochmann ilustra de forma didática as diferenças entre a uberização, o fordismo e o Toyotismo, ao mesmo tempo que fornece elementos para se pensar suas consequências imediatas para o trabalhador;

Ela leva a uma intensificação do trabalho e a um acirramento da competição entre os trabalhadores. É um processo que vem se dando ao longo do tempo com as transformações que o capitalismo opera. Uma fábrica de margarina, por exemplo: no fordismo, em linhas gerais, havia uma esteira que ia passando e enchendo os potes com a margarina e os trabalhadores ficavam do lado, pegavam os potes e colocavam nas caixas. Havia supervisores que iam avaliando o trabalho de cada um. Se alguém precisa ir ao banheiro, o supervisor autorizava, ele ia, voltava e pronto. Com o toyotismo, essa produção passa a ser dividida em equipes de quatro ou cinco trabalhadores que concorriam entre si: as que enchiam mais caixas ao final de um período eram beneficiadas. Com isso, deixou-se de ter a necessidade de um supervisor – portanto o custo de alguém supervisionar – porque uma equipe concorria com outra. Se você está numa equipe e começa a ir muito ao banheiro, a sua equipe vai ter menos eficiência do que as outras com as quais ela está competindo. A equipe vai sugerir que você seja demitido e que seja trazido alguém que tenha condições de trabalhar no mesmo ritmo. Com a uberização, há uma competição ainda maior entre os trabalhadores e quem estabelece ou avalia a sua continuidade nesse tipo de trabalho é o cliente, o comprador. Ao

¹¹ Abílio (2019) aponta que embora o termo uberização possa ser sugestivo, tal forma de organização do trabalho não se inicia com a empresa Uber e nem se restringe somente a ela. Tal organização do trabalho deve ser pensada no contexto de flexibilização do trabalho e seu tensionamento pelas políticas neoliberais que tem avançando na revisão de direitos, na integração de mercados e na liberação de fluxos financeiros.

invés da união buscando o acordo coletivo, o trabalhador está orientado para o acordo individual, a competição com seus pares. Obviamente isso torna ainda mais fracos os trabalhadores diante daqueles que os contratam. Esse rebaixamento não é só econômico, mas também moral e ético. (POCHMANN, 2016, p.18).

As ressignificações das relações de trabalho pressionam ao limite alguns entendimentos que às duras custas foram sendo constituídos ao longo do séc.XX, fazendo com que empregados passem a se assumir como parceiros, trabalhadores precarizados sendo apresentados como empreendedores ou micro empreendedores individuais¹² e a imposição de trabalhar sem vínculo empregatício sendo exposta como liberdade. Tais mudanças apontam para o que Fontes (2017) compreende como uma realidade onde é possível haver mais trabalho e menos emprego, estimulada pelo uso de tecnologias que dispensam trabalhadores, por processos de deslocalização de empresas a nível mundial ou nacional e pelos ataques diretos aos direitos conquistados.

A situação do mundo do trabalho apontada até aqui, nos esclarece o cenário em que foi possível a aprovação de uma reforma que se apresentou como modernizante para rever direitos. A partir de 2017, com a sanção e vigência da Lei 13.467/17, o que percebemos é que os empregos prometidos não vieram, houve um aprofundamento da crise econômica com aumento do desemprego e da informalidade.

Com intuito de ilustrar o atual cenário do mundo do trabalho no Brasil, buscamos alguns dados anteriores ao período da pandemia. Atentar para os indicadores precedentes à crise sanitária, que abarca o país a partir de março de 2020, nos permite compreender que o agravamento do desemprego e do desalento já vinha alcançando patamares históricos.

Segundo IBGE (2019b) o trimestre maio-junho-julho de 2019 fechou com uma taxa de desocupação de 11,8%, o que representa 12,6 milhões de pessoas. Os desalentados, que são aqueles que desistiram de buscar emprego, bateram recordes alcançando 4,8 milhões. A população ocupada teve um ligeiro aumento de 1,3%, alavancado principalmente pelo crescimento de pessoas trabalhando por conta própria (24,4 milhões) e sem carteira de trabalho assinada (11,7 milhões), ou seja, mais de 10 milhões de trabalhadores sem as proteções mínimas garantidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. O grupo de pessoas subutilizadas é composto por desempregados, desalentados, os que estão subocupados, os que vivem de bicos

¹² A figura do Micro Empreendedor Individual (MEI) foi criado no Brasil em 2008 com a intenção de legalizar os trabalhadores informais e formalizar uma carga tributária reduzida. Em 30 junho de 2020, segundo dados do Portal do Empreendedor (2020) existem no Brasil 10.323.426 micro empreendedores individuais. De acordo com DataSebrae (2019) 33% dos MEIs em 2019 tinham buscado o empreendedorismo porque desejavam independência e 32% poque precisavam de alguma fonte de renda.

e qualquer pessoa que poderia estar trabalhando, mas por motivos diversos é levado a abandonar o emprego, por exemplo uma mãe que é pressionada a sair do emprego. De acordo com IBGE (2019b), no mês de julho de 2019 esse grupo compunha quase $\frac{1}{4}$ da população economicamente ativa, representando 24,6%, ou 28,1 milhões de pessoas.

Quando analisamos a condição dos jovens, a situação é ainda mais desanimadora. Ainda segundo dados apresentados por IBGE (2019b), em agosto de 2019, a desocupação entre jovens de 18 a 24 anos era de 25,8%, ou seja, mais do que o dobro da média geral de desocupados no mesmo período (11,8%).

Ao compararmos a taxa de desocupação do trimestre maio-junho-julho de 2019 com os do primeiro trimestre de 2020, percebemos uma alta de 0,4%, demonstrando que ao final de março de 2020 tínhamos no Brasil 12,9 milhões de pessoas desocupadas. Segundo IBGE (2020b), a taxa de desocupação é de 12,2% e a taxa de subutilização é de 24,4% no trimestre encerrado em março de 2020. Ainda comparando com os dados de 2019 apresentados acima, percebemos segundo IBGE (2020b), que a taxa de desalentados permaneceu estável com 4,8 milhões de pessoas, enquanto o contingente de empregados sem carteira assinada no setor privado teve uma ligeira diminuição, representando 11 milhões de pessoas. Importante destacar que de acordo com IBGE (2020b) a população fora da força de trabalho atingiu o número de 67,3 milhões - sendo o recorde da série iniciada em 2012.

Os dados apontados por IBGE (2021), abarcando o trimestre encerrado em novembro de 2020, portanto, demonstrando a condição do trabalho em meio a pandemia, aponta para mais uma série de números históricos. A taxa de desemprego foi de 14,1%, o que representa uma estimativa de 14 milhões de desempregados, sendo o número mais alto para esse trimestre móvel desde o início da série histórica da pesquisa em 2012. Ainda de acordo com IBGE (2021), o número de pessoas ocupadas aumentou 4,8%, indicando a entrada de 3,9 milhões de pessoas no mercado de trabalho, que chega a 85,6 milhões de ocupados. O crescimento das ocupações foi novamente provocado pelo mercado informal, que chegou a 39,1% da população ocupada, representando 33,5 milhões de trabalhadores

Os números de IBGE (2019b) indicavam uma estimativa de 33,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado em julho de 2019, o mesmo número foi estimado para março de 2020 (IBGE 2020b); de acordo com IBGE (2021) em novembro de 2020, esse grupo representa 30 milhões. Segundo IBGE (2021), a categoria de trabalhadores domésticos somava em novembro de 2020, 4,8 milhões de pessoas, enquanto os dados de julho de 2019 estimavam essa categoria em 6,3 milhões. Sobre os desalentados, no trimestre

encerrado em julho de 2019 eles representavam 4,8 milhões (IBGE, 2019b), permanecendo a mesma estimativa para o primeiro trimestre de 2020 e chegando ao número estimado de 5,7 milhões em novembro de 2020 (IBGE, 2021).

Assim, compreendemos que as medidas adotadas pelo atual governo na tentativa de reverter o desemprego não vem apresentando sucesso, uma vez que o quadro de desocupados continua em patamares elevados, o grupo de desalentados apresenta alta e a parcela fora da força de trabalho além de acusar níveis recordes, só consegue ligeira retração às custas do trabalho informal. Importante destacar que diversas previsões econômicas especulam sobre uma piora acentuada dessa conjuntura nos próximos meses devido à crise desencadeada pelo novo coronavírus, por enquanto nos abstermos de abordar tais previsões por ainda estarmos vivendo o momento da pandemia, o que gera previsões que ainda dependem de comprovação.

3 – JUVENTUDE E TRABALHO: SER JOVEM NA PERIFERIA

Para compreender a sintonia entre trabalho e juventude é fundamental destacarmos qual tipo de juventude estamos abordando. O modo de viver a juventude é muito diverso, variando sempre de acordo com a renda, a região, o gênero, a orientação sexual, a raça e a classe ao qual o jovem pertence.

Segundo Dayrell e Carrano (2014) a juventude é um momento determinado da vida, não sendo correto identificá-la como mera passagem entre a adolescência e a vida adulta. No mesmo sentido, Abramo (2005) ao analisar as mudanças históricas às quais a condição juvenil é submetida, aponta que ao longo do século passado, produziu-se uma extensão sobre a noção de juventude, onde a família e a escola deixam de ser as principais instâncias de socialização. Assim, o lazer e a cultura ganham espaço na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores, além disso variados processos de inserção em diferentes dimensões da vida social passam a ser valorizados, como a sexualidade, o trabalho, a política etc, “A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta” (ABRAMO, 2005, p.43).

Sobre a importância de compreender as especificidades da juventude, Miguel Arroyo (2017) aponta a necessidade de um projeto educativo que reconheça sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas de classe, gênero e raça. O autor indica que somente a compreensão concreta da vida pode nortear as investigações dentro dos novos tempos de segregação social, racial e sexual. Arroyo ainda pontua que a

tentativa de diluir sujeitos com tantas especificidades dentro de categorias muito amplas como “jovens” peca por desfigurar a concretude inerente à vida desses sujeitos.

Quando entramos na questão específica do trabalho, entendemos que as diferenças que marcam as várias formas de viver a juventude ficam mais explícitas. A diversidade na forma de viver a fase juvenil, segundo Pochmann (2004), tende a ser apagada em nossa sociedade, que obscurece a realidade em que cada jovem vive, criando no lugar uma idealização da juventude, que muitas vezes é um reflexo da condição daquele que pertence às camadas privilegiadas. A representação da juventude como uma fase dourada, repleta de descobertas, diversão e estudo é apontada por Pochmann (2004) como reflexo de uma sociedade de classes, que homogeneiza uma parcela tão diversificada da sociedade, tomando como referência o estilo de vida da parte mais abastada.

Como os sujeitos abordados em nossa pesquisa são jovens moradores de uma região periférica da cidade de Betim, estigmatizada como uma região de vulnerabilidade e violência, se faz necessário abordarmos a questão da periferia e como a juventude se configura em tais regiões.

3.1 A Juventude periférica

A crescente urbanização que vemos no Brasil a partir da segunda metade do século XX se dá “com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas” (SANTOS, 1993, p.121). Junto do êxodo rural e o conseqüente crescimento das cidades sem proporcional investimento em infraestrutura, surge o preconceito com regiões mais afastadas dos centros da cidade, associadas à violência, precariedade e carência de todo tipo. De acordo com Rolnik (2010) o conceito de periferia nasce de uma interpretação de cidade que surge a partir dos anos 1980. “Esse modelo de desenvolvimento privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Essa talvez seja sua principal característica, migrada de uma ideia geográfica, dos loteamentos distantes do centro” (ROLNIK, 2010, p.34).

Reconhecemos, como sustenta Rolnik (2010), que a periferia é atravessada por condições de precariedade, o que a faz ser lembrada muito mais pela falta de assistência e insegurança do que pela localização. Entendemos também que tal perspectiva não é suficiente para captar toda a dinâmica social das periferias, contribuindo mais com o estigma do que com uma compreensão abrangente das diferentes nuances que a perpassam. Se o desenvolvimento dos territórios urbanos se dá de forma desigual, como pontua Harvey (2013), como

consequência das disputas pela cidade e a da especulação sobre a terra que se acentuam com o desenvolvimento capitalista no final do século XX, devemos também atentar para a rica produção cultural, afetiva e de resistência que também emerge desses territórios e lhe atribuí outros sentidos e outras perspectivas.

De acordo com Almeida (2011) a expressão “cultura de periferia” passa a ser utilizada somente nos últimos anos do século XX, contexto em que o termo periferia passa por uma transformação semântica. Desde seu surgimento, as periferias foram associadas a estigmas que constringem o morador desse território a se assumir como pertencente a ele, durante os anos 1990 essa noção começa a se transformar principalmente a partir de movimentos culturais como hip-hop e o sucesso de artistas musicais, que saídos da periferia transmitiam seu cotidiano através da música, de forma crítica ou romântica. Os coletivos artísticos ou grupos de jovens que promoveram o grafitti, o rap, os grupos do pagode, o movimento punk e etc, ajudaram a recriar a noção de periferia como uma região pulsante e agitada. Além da produção cultural no campo musical, Almeida (2011) também destaca que a partir dos anos 2000 começam a despontar escritores, que partindo da periferia, chamam a atenção da grande mídia e colaboram para a ressignificação da periferia enquanto espaço de carências, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova noção, que enxerga tal território como dinâmico e culturalmente rico.

Segundo IBGE (2010a) em 2010 o Brasil possuía mais de 11 milhões de pessoas vivendo em 6.329 aglomerados subnormais¹³, o que equivalia a 6% da população naquele contexto. De acordo com pesquisa realizada¹⁴ pelos institutos Data Favela e Locomotiva e divulgada pela Agência Brasil em reportagem de Bohem (2020), em janeiro de 2020, o Brasil possui atualmente 13,6 milhões de pessoas morando em favelas, revelando que esses territórios além de movimentarem R\$119,8 bilhões por ano, tinham 80% da sua população otimista com a vida financeira. Percebemos que o potencial econômico das favelas favorece para que tal região seja percebida como espaço de investimento, disputando assim com outras noções sobre esse espaço, que cotidianamente atrelam sua realidade à violência e precariedade.

¹³ Como aglomerados subnormais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreende favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros locais de moradia precária.

¹⁴ A pesquisa realizada pelos institutos Data Favela e Locomotiva pretendeu identificar elementos como o perfil social, as expectativas e o perfil econômico dos moradores das favelas brasileiras. O estudo chama atenção para o potencial econômico dessas regiões, fazendo considerações sobre o potencial empreendedor desses territórios.

Para ouvir o que alguns jovens pensam sobre viver na periferia, a Casa de José em Belém-PA, através do seu programa Clube de Mídia¹⁵, em comemoração ao “Agosto - Mês da Juventude” de 2019 realizou diversas atividades, entre elas uma roda de conversa. O tema central girou em torno da seguinte questão: “o que é ser jovem? Ou melhor, o que é ser jovem na periferia?” Diante de tal proposta, consideramos relevante destacar pelo menos duas falas expostas em tal oportunidade:

“[...] Muitas pessoas dizem que ser jovem é fácil, que é só estudar e pronto. Aí o jovem tirou uma nota boa, ele não fez mais que sua obrigação. É desanimador! Mas a realidade pros jovens periféricos é muito diferente, porque além de estudar tem irmão pra cuidar e se não bastasse o jovem periférico ele não vive nas periferias. O jovem periférico ele sobrevive nas periferias. E ainda tem gente que diz que ser jovem é fácil[...]”
“Ah! Ser jovem na periferia não é só coisa ruim, não é só ser expulso da praça por estar reunindo com os amigos, não é só ficar com medo (não somente dos ladrões e sim também dos policiais). Ser jovem na periferia é união, é “vamo ali jogar uma pelada, irmão”. Ser jovem na periferia é soltar pipa da laje, voar a bola e ter que pular a grade. Ser jovem na periferia é resistência! E eu me orgulho disso e eu sobrevivo por isso.” (REIS, 2019).

As colocações feitas pelos jovens na roda de conversa da Casa de José demonstram os desafios com os quais a juventude periférica deve lidar no seu dia a dia e também os prazeres de se experienciar a juventude em tais territórios, apontando, portanto, a ambiguidade que envolve o cotidiano juvenil na periferia. A falta de reconhecimento dos seus esforços, o acúmulo de tarefas, a discriminação, o medo da violência, inclusive daquela cometida pelos agentes públicos e privados de segurança, ocorrem no mesmo espaço onde vivencia-se a união, a amizade e a conscientização sobre as próprias condições de vida.

As situações de risco ou recreação que são percebidas pelos jovens na periferia, apontam para a capacidade de reconhecerem as possibilidades e limites da região em que vivem além de se afirmarem em seu território. Em estudo sobre a produção cultural dos jovens da periferia de São Paulo, Almeida (2013) demonstra que a forma como esses sujeitos lidam com a região central da cidade ou com outras regiões do município indicam o sentimento de pertencimento a um lugar e identificação com um território. Tal identificação permite que situações consideradas muitas adversas para quem não é da região possam ser vivenciadas com certa normalidade por quem convive cotidianamente, “em relação ao resto da cidade, o bairro

¹⁵ Casa de José é uma unidade do Lar Fabiano de Cristo que atua na cidade de Belém-PA, junto a crianças e adolescentes que demandam por cuidados e proteção. O Lar Fabiano também atua no estímulo ao desenvolvimento artístico e cultural dos seus acolhidos através do seu programa pedagógico Clube de Mídia, que prioriza o atendimento a adolescentes e jovens de 13 a 15 anos.

apresenta-se para os jovens como uma referência, um espaço que proporciona certa segurança, mesmo que seja conhecido na cidade pelo alto índice de violência” (ALMEIDA, 2013, p.157).

A forma como se usufrui da cidade está diretamente ligada a condição de classe do jovem, portanto, seu acesso ao lazer, ao centro ou a qualquer possibilidade fora da comunidade em que vive muitas vezes fica comprometida, limitando as experiências culturais do jovem à região que habita, trabalha ou estuda. Em estudo sobre as relações de jovens pobres com a escola, o trabalho e a cultura, no Morro da Cruz em Florianópolis-SC, D’agostini; Junior e Marcassa (2017) apontam que na ausência de locais públicos que sirvam à recreação, a escola se configura como espaço de lazer enquanto o trabalho se demonstra simultaneamente como lugar de realização pessoal, distração e abstração dos problemas cotidianos surgidos das condições próximas a suas moradias.

Em pesquisa¹⁶ junto a jovens da região metropolitana de Belo Horizonte, Geraldo; Leão e Jesus (2018) ressaltam como a juventude de uma região estigmatizada pela violência e precariedade formam sua identidade a partir da atuação em coletivos culturais. O modo como estes jovens constroem suas relações com a família, a escola e o trabalho expressam variados desafios e estratégias para se afirmarem como negros e periféricos

Destacamos as trajetórias de Paula, Roberto e Felipe, que ressaltavam os desafios que o trabalho representou em termos de afirmação do pertencimento racial e da sua condição de morador(a) de um bairro como o Palmital. Em suas relações cotidianas no trabalho, o fato de serem negros trazia inúmeros desafios, o que fazia com que buscassem desenvolver uma postura que os diferenciava de outros moradores do Palmital, contrapondo-se ao estigma de ser negro(a) e morador(a) de periferia. Todos os três jovens faziam referências à própria experiência de familiares e amigos que encontravam barreiras para acesso a empregos pelo fato de se declararem moradores do Palmital. Uma estratégia comum entre a população do Palmital era utilizar endereço de familiares ou amigos que residiam em outros bairros, omitindo o endereço para os colegas de trabalho e pegando a condução para o Palmital em locais distantes do trabalho. (GERALDO; LEÃO; JESUS, 2018, p.70).

O relato apresentado acima ilustra alguns dos modos desenvolvidos por habitantes de regiões estigmatizadas para driblar e até manipular os vários preconceitos que perpassam o mundo do trabalho. Embora as experiências citadas se refiram aos habitantes do bairro Palmital em Santa Luzia, acreditamos que tais estratégias não são exclusivas dos sujeitos deste local. Entendemos que tais comportamentos podem ser generalizados para grande parte dos habitantes

¹⁶ O estudo é realizado com quatro jovens negros do bairro Palmital em Santa Luzia. Os jovens participantes são membros de dois coletivos culturais evangélicos: um coletivo de dança urbana e um coletivo de *rap*. A pesquisa é centrada em torno da seguinte questão: De que maneira jovens negros do Palmital constroem sua(s) identidade(s) como moradores do bairro?

de periferias e favelas brasileiras, que diante dos constrangimentos inerentes à sociedade de classe, preferem omitir seus verdadeiros locais de moradia.

Além das adversidades ligadas ao trabalho, Geraldo; Leão e Jesus (2018) ainda demonstram que as várias narrativas dos jovens entrevistados convergem quando se aborda as relações entre escola e a questão racial. Mesmo numa região em que a maioria dos estudantes são negros, as falas são unânimes ao apontarem a escola como um espaço que não cria condições para que se percebam positivamente como negros. Percebe-se que boa parte das experiências vivenciadas na escola foram marcadas por humilhação, medo e submissão em virtude de serem negros e/ou pobres. Assim, no processo de construção das suas identidades como jovens negros, fica evidente na fala dos entrevistados, que a escola reserva a eles uma posição de inferioridade, enfatizando uma perspectiva que os condiciona ao fracasso.

Os estudos sobre criminalidade no Brasil nos ajudam a pensar a condição da juventude a partir da perspectiva da violência, compreendendo o jovem como o seguimento mais exposto aos riscos de morte.

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017. (BRASIL, 2019, p.25)

De acordo com Brasil (2019) a partir de um balanço qualitativo dos dados de homicídios de 2007 a 2017, o assassinato é a principal causa de morte de jovens, especialmente entre os homens de 15 a 29 anos, alcançando um pico aos 21 anos.

No sentido de tentar entender a causa da alta letalidade de jovens, em especial a juventude pobre, Piveta e Carvalhaes (2017), partindo de uma abordagem foucaultiana, apontam que a construção das noções de “normalidade” e “anormalidade”, tende a pôr em ameaça determinados grupos sociais, entre eles a juventude periférica. A anormalidade é tomada como signo de perigo e, portanto, legitimadora das ações que visam validar as noções de normalidade, que tomam forma nas ações de disciplinamento, “neste viés, os ditos normais são historicamente correlacionados a noções de heterossexualidade, branquitude, classe média e alta, casamento, reprodução, regiões centrais, entre outros exemplos”. (PIVETA; CARVALHES, 2017, p. 282), enquanto os ditos anormais estariam ligados as “noções de homossexualidade, negritude, classes populares, juventude, selvageria, regiões periféricas, entre outros exemplos” (PIVETA; CARVALHES, 2017, p. 282). Dessa forma, a noção de

anormalidade distinguiria o desejado do indesejado¹⁷, aquilo que, portanto, seria cabível e justificável de ser punido ou exterminado a título de se garantir a manutenção da ordem vigente e da normalidade.

Em pesquisa sobre a abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro, Ramos e Musumeci (2005) apontam como diferentes variáveis como cor, gênero, território etc. influenciam na relação das autoridades policiais com os jovens. Entre os participantes da pesquisa, tanto os mais novos (15 a 18 anos) como os mais velhos (19 a 27 anos), moradores da região de classe média (Zona Sul) e moradores da periferia (Zona Oeste), apontaram que ser jovem é um fator-chave para ser considerado suspeito pela polícia, de forma que para além das variantes que distinguem as diferentes formas de ser jovem, a condição de jovem os coloca como suspeitos.

Em entrevistas com lideranças do AfroReggae (grupo que se caracteriza pelo trânsito tanto em ambientes sofisticados da cidade como nas favelas), fomos alertados para o fato de que não só o jovem negro levanta suspeitas quando transita por bairros ricos, mas o jovem de classe média também é considerado suspeito quando circula dentro ou próximo de uma favela, determinando uma espécie de código geográfico de classe e cor na cidade. (RAMOS e MUSUMECI, 2005, p.78).

Se o território já é forte influenciador das relações entre autoridades policiais e jovens, a cor, segundo Ramos e Musumeci (2005), é outra característica que os jovens identificam como elemento fundamental para ser considerado suspeito. Em entrevista com jovens universitários, as pesquisadoras apontaram que “ser negro” foi indicado como principal motivo de suspeita pela polícia; entre adolescentes da Zona Oeste (periferia), a “cor da pele” surge como terceiro fator responsável pelas abordagens policiais. Ao serem questionados se a abordagem policial se difere quando se trata de policiais negros ou brancos, os jovens entrevistados deixam claro o quanto esse tipo de diferenciação é irrelevante, revelando que ao se tratar de agentes de uma corporação, a cultura corporativa os iguala, fazendo com que a identificação pela farda se sobreponha sobre a diferença da cor.

Na tentativa de se criar uma hierarquia do “tipo ideal” de suspeito segundo a percepção dos jovens de diferentes realidades, Ramos e Musumeci (2005) fizeram o levantamento de

¹⁷O Atlas da Violência 2019 apresenta aumento do número de homicídios contra grupos historicamente discriminados. De acordo com Brasil (2019) o número de assassinatos de pessoas LGBTI+ apresentou aumento de 127% em 2017. No período entre 2007 e 2017 a taxa de homicídios de negros aumentou 33% enquanto os homicídios de não negros apresentou crescimento de 3%. O número de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos vem crescendo desde a década de 1980, apresentando aumento de 37,5% na última década e se tornando a principal causa de morte de jovens.

algumas características que envolvem aparência e atitude, que segundo a compreensão dos participantes, poderiam ser apontadas como as principais características para suscitar suspeitas por parte da polícia.

Tabela 1 - Ranking das características que formam um tipo suspeito

Adolescente Zona Oeste	Adolescente Zona Sul	Universitários multirracial	Universitários negros
1° Roupas de marca	Olhos vermelhos	Ser negro	Ser negro
2° Tênis de marca	Atitude (gestos)	Jeito de andar	Adolescente homem
3° Cor da pele	Ar desleixado	Roupa	Cabeça raspada
4° Camisa largona	Brinco e piercing	Corte de cabelo	Cordão de ouro
5° Cordão de ouro	Cabelo grande	Ser homem jovem	Cigarro
6° Cigarro	Sandália aberta	Local de moradia	Boné
7° Boné	Barba ou bigode	Cordão de ouro	Cabelo grande
8° Bermuda caída	Colar pensamento	Boné	Bermuda
9° Modo de andar	Bebendo cerveja	Relógio	Pacote na mão
10° Olhos vermelhos	Fumando cigarro	Tênis	Óculos escuros

Ramos e Musumeci (2005, p. 89)

A partir das informações contidos na tabela 1 é possível inferir que na concepção dos jovens da periferia (Zona Oeste) o principal elemento que desperta a desconfiança da polícia está associado a símbolos que exigem auto poder aquisitivo para serem adquiridos. Nossa hipótese é que tal estranheza pode ser associada ao estigma que conecta periferia à pobreza e a realidade que coloca o jovem como principal afetado pelo desemprego. Dessa forma, símbolos de prestígio na posse de jovens que provavelmente não teriam condição financeira para sua aquisição - uma vez que vivem em uma região que se julga pobre e a pouca idade que o liga ao desemprego - geraria na autoridade policial uma associação automática com o crime, entendendo ser esse o único meio possível para que tal jovem possua tais símbolos.

Ainda sobre os apontamentos da tabela 1, entendemos que é possível relacionar o avanço da escolaridade e a percepção das contradições que permeiam a sociedade. Assim, para os jovens universitários o racismo contra a população negra fica mais evidente na orientação policial, sendo capazes de perceber que a questão racial é um fator que predispõe o jovem negro à suspeita.

A insegurança vivida por parte dos jovens das regiões periféricas também se revela diante de fenômenos como o do novo Coronavírus. Segundo estudo¹⁸ realizado pelo Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP), 67% dos jovens não perceberam nenhuma mobilização sendo feita nas e pelas comunidades para conter o surto da doença, além disso, em uma escala de 1 a 5 - sendo 1 sem nenhum isolamento e 5 indicando o isolamento total - a média ficou em 2,84. Assim, segundo a percepção dos entrevistados, os cuidados com a proteção à Covid-19 são poucos.

Se a pandemia do novo Coronavírus desperta no jovem da periferia a insegurança e a preocupação com a saúde, ela também serviu para revelar profundas contradições em torno da do acesso à informação. Em uma sociedade globalizada marcada pela intensa produção e circulação de conteúdo dos mais variados, a internet se torna elemento essencial para o acesso à informação. Ao refletir sobre a conjugação de fatores globais e locais que constituem a questão juvenil do século XXI, Novaes (2009), há mais de uma década, destacava a seguinte questão

[...] é a presente geração que experimenta – justamente por ser jovem – mais intensamente as novas maneiras de estar no mundo, vivenciando as novas conexões entre tempo e espaço e a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. Os múltiplos usos do telefone celular, a socialização na cultura digital, enfim, o acesso – ainda que desigual e diferenciado – à internet fazem parte desta inédita experiência geracional. (NOVAES, 2009, p.17).

De acordo com TIC (2018) a proporção de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos que utiliza a internet no Brasil chegou a 90%, indicando que a internet se tornou ferramenta essencial no cotidiano destes sujeitos. Os dados de TIC (2018) ainda apontam que o telefone celular se tornou o principal meio de acesso à internet, superando o computador, além de demonstrar que os jovens a partir de 25 anos até os 35 anos do sexo masculino, instruído, economicamente ativo, com renda de até 4.865,00 são os que mais acessam a internet. Embora a proporção de jovens entre 16 e 24 anos que utilizam a internet seja alta, dados apresentados por TIC (2020) a partir de um levantamento com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos demonstrou que 4,8 milhões de crianças e adolescentes com essa idade vivem em domicílios

¹⁸O estudo foi uma iniciativa da Ong Visão Mundial e foi realizado por jovens entre 16 e 24 anos do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP). Foram entrevistados jovens de 15 a 29 anos de 24 cidades de seis estados brasileiros. Foi realizado entre os dias 24 e 25 de março de 2020, quando as Secretarias Estaduais ainda computavam 2.555 casos confirmados do Novo Coronavírus e 55 óbitos. Disponível em <<https://blog.visaomundial.org/mjpop-pesquisa-coronavirus/>> Acessado em 27 de jul. de 2020.

sem acesso à internet. Dessa forma, o ensino à distância, utilizado como saída por algumas escolas para manter em dia o processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, não pode atender satisfatoriamente ou de forma alguma milhões de jovens da educação básica.

Em reportagem do jornal Folha de São Paulo de 08 de maio de 2020 é apresentada a realidade de jovens moradores e estudantes da periferia paulista, que pela impossibilidade do acesso à internet ou de condições básicas para estudo, se encontravam sem condições de manter os estudos, que de forma improvisada, tentavam ser mantidos pelas escolas durante o período de pandemia. Em depoimentos colhidos pela reportagem, segundo Palhares (2020), os jovens destacam diversos problemas que impossibilitam os estudos e que vão muito além da falta de internet, como por exemplo; a ausência de espaço adequado para se concentrar, o desconforto com barulhos provocados pelos membros da família, a falta de materiais como lápis e a falta de alimentação.

O estado de Minas Gerais representa outro exemplo da federação que diante da excepcionalidade da pandemia não conseguiu garantir acesso mínimo aos estudos à grande parte de seus estudantes. Segundo Menezes (2020) em reportagem vinculada pelo jornal O Tempo, de 20 de abril de 2020, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) reconhece que 42% dos alunos das escolas estaduais não teriam acesso às aulas remotas disponibilizadas pelo governo, através da internet e da TV. Entre os 1,7 milhões de estudantes da rede estadual, 700 mil não tem acesso à internet de forma satisfatória para poder acompanhar os conteúdos, ou não vivem em regiões com cobertura do canal de televisão que transmitiria as aulas. Importante lembrar que os alunos que não dispõem dos meios necessários para acompanhamento das aulas a distância são sempre os jovens de baixa renda, quase sempre moradores das periferias, favelas e do campo.

Percebemos que a condição do jovem que habita a periferia é perpassada por diversas contradições que designam a sociedade de classes, constituindo-se por elementos diversos, onde o cotidiano é atravessado pela diversão, pela cultura, pela resistência, pela união, mas também pela precariedade e a violência. Diante da impossibilidade de se resumir a condição juvenil na periferia à uma definição acabada, reconhecemos que a realidade de ser jovem em tais territórios aponta para uma experiência dinâmica, que expressa ricas possibilidades para o desenvolvimento da sociabilidade e da subjetividade, mas também muitos obstáculos ao progresso e desenvolvimento material e social de milhões de jovens.

3.2 O papel da escola na perspectiva juvenil periférica.

Embora já tenhamos pontuado algumas mudanças no mundo do trabalho a partir da conjuntura pós anos 1970 e a condição do jovem estabelecido em regiões periféricas - muitas vezes de vulnerabilidade social e que se iniciam no trabalho ou já estão trabalhando - a proposta principal de nossa pesquisa gira em torno de compreender como as reformulações das relações de trabalho estão sendo percebidas ou sentidas pelos jovens estudantes. Portanto, entendemos ser fundamental discutir como a juventude da periferia vem se articulando com a escola e como a escola têm se apresentado a tais jovens no atual mundo do trabalho.

Compartilhamos da análise de alguns autores (ARROYO 2019, 2012; FREIRE 2011; PARO 2001; SODRÉ 2012; MÉSZÁROS 2008) que compreendem que a postura da escola deve ser coerente com a realidade em que se encontra e crítica da conjuntura socioeconômica em que está inserida. Dessa forma, embora estejamos priorizando a relação aluno-escola a partir da perspectiva dos jovens, não devemos nos furtar de abordar o papel da escola na orientação e contribuição para tal relação, especialmente se tratando de um momento político-econômico marcado por reformas e reinterpretações do papel escolar na sociedade. Portanto, em coerência com o referencial teórico já apontado no primeiro capítulo, buscamos compreender a relação de jovens concretos com a escola concreta

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex. trabalho assalariado, capital, etc. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação [...] (MARX, 2011, p. 54).

Dessa forma, ao buscar compreender as relações entre juventude periférica e escola, buscamos uma crítica radical de tal combinação; “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2013b, p.157).

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2018, apontados por QEdu (2020) o Brasil conta com 141.298 escolas públicas, destas, 17.569 ofertam o ensino médio regular em áreas urbanas e apresentam 6.426.171 alunos matriculados nesta etapa da educação básica. O país ainda conta com 2.899.589 alunos matriculados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em regiões urbanas, ofertado por 18.725 escolas. A partir do que já foi apontado

sobre a juventude periférica, podemos deduzir que uma parcela considerável destes matriculados no ensino médio e EJA, das regiões urbanas, tenham uma relação com a escola perpassada por precariedades, violência, preconceitos, mas também por laços de afeto e esperança que circundam suas comunidades.

Ao abordar o tratamento histórico que escolas dispensam aos jovens de origem popular, Arroyo (2019) aponta a moralização que marca a história do processo de ensino, indicando as normas disciplinares, que fazem emergir os recortes de gênero, raça e classe. Corpos historicamente marginalizados e, portanto, reprimidos, ao se revelarem nos espaços e momentos das escolas, como salas de aula e recreio, são percebidos como corpos mais temidos do que compreendidos. Assim, “ver mentes incorpóreas a iluminar e não ver corpos de opressão, de desumanização priva a docência e a educação de dar a centralidade requerida para perceber, reconhecer a desumanização que os corpos levam às escolas” (ARROYO 2019, p, 13).

De acordo com Ramos (2018)¹⁹ na visão dos jovens da periferia, a escola se revela como um espaço que se mantém distante dos problemas da comunidade em que se encontra e demonstra pouco interesse por problemas considerados juvenis. Entre os jovens ouvidos, 50% consideram que a escola está mais ou menos ligada nas questões da atualidade e somente 31,25% consideram que a escola está muito interessada pelos problemas da juventude. Quando a indagação é sobre a relação da escola com a região onde está inserida, a soma dos estudantes que responderam que ela se interessa nada, pouco ou mais ou menos pelo bairro, chega a 78%, enquanto apenas 10% responderam que ela entende muito os problemas da comunidade. Dessa forma, aos olhos dos jovens estudantes periféricos, a escola se mostra como instituição estranha, que não dialoga com sua realidade ou não demonstra interesse suficiente pela sua realidade.

Segundo Machado (2010) a maior parte das instituições escolares ou projetos educacionais são de alheamento em relação ao contexto e à problemática local, reproduzindo quase sempre uma ideia abstrata de indivíduos isolados e alheios a sociedade com necessidades meramente pessoais, legitimando assim a busca pelo sucesso individual sem maiores preocupações com o meio que o cerca. Dessa forma, se compromete a possibilidade de construção de atitudes solidárias, que se preocupem com o bem-estar geral e com a corresponsabilidade.

¹⁹ A pesquisa de Ramos foi realizada com jovens de 15 a 20 anos, estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual da periferia urbana de Salvador – BA.

Pensando a relação das escolas com os estudantes das classes populares, Freire (2011) chama atenção para a necessidade de se levar em consideração a realidade objetiva de tais educandos no processo de construção do conhecimento. Viver nas áreas mais desassistidas da cidade, permite que se perceba na prática cotidiana as contradições que permeiam a sociabilidade, assim, seria de responsabilidade da escola dialogar com tal realidade a fim de problematizar as causas das precárias condições da periferia.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? “Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos”. (FREIRE, 2011. P.32)

Em estudo que busca compreender os sentidos que os jovens do Ensino Médio atribuem à escola, Pereira e Lopes (2016)²⁰ apontam que 97,9% dos participantes responderam que vão à escola porque enxergam nela alguma relação com seus valores sociais, pessoais, familiares ou religiosos. A mesma pesquisa indica que dos jovens que participaram do estudo, 90,9% vão à escola porque gostam de aprender, 97,3% vão porque acham importante para conseguir um trabalho futuramente, 93,8% vão para poder entrar na faculdade, 88,8% vão para alcançar condições de vida que sejam melhores do que a de seus pais e 72% vão para fazer amigos. A pesquisa de Pereira e Lopes (2016) aponta para uma relação entre jovens e escola permeada por laços afetivos, expectativas de crescimento pessoal e perspectivas de futuro, desconstruindo simplificações que identificam na relação dos jovens com a escola uma combinação meramente imposta. A mesma pesquisa indica que somente 15,1% dos jovens responderam que vão à escola por obrigação.

Ao investigar as especificidades da juventude no ensino médio e tentar entender os conflitos que perpassam especialmente a relação dos jovens pobres com a escola, Dayrell

²⁰ O estudo foi realizado em São Carlos -SP, em 2013. Pesquisou 13 escolas públicas e 6 particulares, aplicando questionário à 861 alunos no último ano do Ensino Médio. Dos respondentes, 78% são das escolas públicas e 22% das escolas particulares. A coleta dos dados se deu em dois momentos; através de questionário estruturado e através de conversa coletiva com cinco estudantes.

(2007) aponta as contradições na tentativa de igualar as categorias de jovem e aluno, demonstrando que o tratamento das duas formas como sinônimas representa um anacronismo por parte da instituição escolar. Ao não reconhecer a qualidade de aluno como construção histórica, cria-se a noção de uma realidade natural e dada, associada à uma condição de menoridade de crianças e jovens, dessa forma, também não se percebe seu íntimo vínculo como uma determinada forma escolar que também é histórica. Assim, não há uma identificação imediata do jovem com a condição de aluno, portanto, o jovem precisa ser transformado em aluno. Tal transformação é perpassada pelos elementos que compõe a condição juvenil, resultando em um conflito entre novas tensões e velhos modelos.

Mesmo com as contradições que impossibilitam uma identificação imediata do jovem com o papel de aluno, segundo Ramos (2018) 80% dos alunos enxergam a escola como uma instituição muito importante para o futuro profissional, 85% reconhecem sua relevância para garantir acesso ao trabalho e 81,25% reconhecem sua importância para a formação pessoal. Assim, os conflitos que permeiam as relações da juventude pobre com a escola, não são suficientes para desconfigurar o papel, atribuído a educação escolar, de redentora e meio para acesso ao trabalho e a um futuro próspero.

A preocupação dos jovens com a educação é destacada por Sposito (2005) que ao analisar os dados levantado pelo Projeto Juventude percebe que a educação é um dos problemas que mais preocupam os jovens. Logo atrás da segurança/violência, emprego/profissional e drogas, a educação foi apontada pelos jovens que participaram do levantamento como um dos problemas que mais lhes afetam. Ainda de acordo com Sposito (2005) em outro momento da pesquisa, ao serem estimulados a indicar livremente os principais assuntos pelos quais se interessam, a educação e o emprego/profissional foram citados como os principais temas de interesse. Ao percebermos que educação e emprego ganham prioridade diante de temas como lazer, sexualidade, drogas e esporte, acreditamos que não se justifica a visão midiática e comum que muitas vezes associa a juventude a um estágio da vida marcado pelo hedonismo ou pela busca de prazeres.

Ao defender a reinvenção da educação sobre bases descolonizantes, Sodré (2012) afirma que a educação ocidental ao herdar da *paideia* grega a tradição dicotômica entre dimensão manual e dimensão intelectual da formação humana, gerou um tipo de preterimento da primeira em favor da segunda. O menosprezo pelo trabalho manual e a supervalorização do intelectual perdura da Antiguidade até a Modernidade, quando passa a ser orientada por novas necessidades.

Na Modernidade essa separação pertence obviamente à lógica do capital, entendida como lei estrutural do valor, que organiza o mundo segundo suas finalidades implícitas. Esta lei materializa-se na prática como um dispositivo que produz efeitos de poder por meio de uma gigantesca maquinaria de trabalho, salário e consumo, mas oferecendo sempre à consciência dominada oportunidades fictícias de resgate do poder, isto é, formas de reversibilidade simbólica das relações de dominação [...] (SODRÉ, 2012, p.69-70).

A respeito do controle exercido pelo capital a partir da Modernidade, Sodré (2012) também alerta sobre necessidade que a ordem econômica vigente tem de transparecer a possibilidade de mudança. Assim, Sodré (2012) aponta que no atual contexto histórico, onde as bases políticas e econômicas são orientadas pela lógica do capital, a educação empenhada em uma formação humana emancipadora, que rompa com todo tipo de exploração – sexual, racial, econômica - não consegue ultrapassar os limites da reforma, ficando muito aquém de práxis social revolucionária.

Em pesquisa que busca compreender como os jovens percebem a contribuição da escola para a realização de seus projetos de vida, Leão, Dayrell e Reis (2011) apontam para a forma insuficiente com que a escola é percebida pelos alunos do ensino médio. Embora os jovens reconheçam o empenho de alguns professores e gestores, no geral, as queixas contra o corpo docente e contra o currículo revelam uma escola que se demonstra alheia à realidade e anseios dos estudantes, como já apontado por Pereira e Lopes (2016) e Ramos (2018). Ainda de acordo com Leão, Dayrell e Reis (2011), os projetos de vida elaborados pelos estudantes variam de acordo com a realidade concreta de cada um. A forma como idealizam seu futuro está ligada à sua condição de vida, portanto, a intenção de ingressar na universidade imediatamente após a conclusão do ensino médio, a necessidade de fazer um curso de preparação para entrada na universidade, a visão genérica de continuar estudando através de um curso mas sem especificar maiores detalhes ou a priorização da conquista de um emprego para depois pensar na continuação dos estudos são perspectivas que revelam as nuances da condição juvenil.

Segundo Mészáros (2008), a possibilidade de transformação que a educação nos apresenta dentro do sistema capitalista está condicionada pelos limites naturais do próprio sistema capitalista, ou seja, mudanças são tangíveis apenas na franja e nas beiradas da dinâmica do capital. As alterações possíveis através da educação estão no campo daquilo considerado como distorções ou falhas que eventualmente ou constantemente emergem no seio da sociedade, mas que de modo algum compromete a base econômica - nas relações políticas, econômicas e culturais. Assim, qualquer projeto de transformação que proponha uma revisão profunda nos pressupostos do modo de produção capitalista está fora do alcance da educação,

que por existir como parte do sistema, fica impossibilitada de assumir formas radicalmente transgressoras que ataquem o que há de mais fundamental para o funcionamento do próprio sistema. Enfim, a educação existe como espaço de luta onde projetos alternativos podem se confrontar com o modelo atual, mas tais possibilidades encontram limites bem delineados.

Se uma mudança radical da sociabilidade somente através da educação se mostra improvável, percebemos que as esperanças depositadas nela ainda estimulam jovens e suas famílias a investirem em sua formação e a enxergarem na escola o caminho para um futuro melhor. Dessa forma, Leão, Dayrell e Reis (2011) destacam que para muitos jovens, a entrada na universidade – que tem a educação básica como fase anterior obrigatória - é vista como o caminho para se conquistar uma boa profissão que lhe permita estabilidade. A forma como este objetivo é formulado, segundo os pesquisadores, denota mais um sonho do que uma meta a ser alcançada. Ainda de acordo com os depoimentos, grande parte dos estudantes que almejam a estabilidade empregatícia através dos estudos, esperam com isso poder ajudar suas famílias, principalmente suas mães.

As esperanças depositadas na educação como meio de mobilidade individual, portanto, caminho para conquista da estabilidade econômica e profissional, revelam a inculcação do que Frigotto (2010) definiu como a ideia de capital humano;

Ou seja, a ideia de capital humano é uma ‘quantidade’ ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimento, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (FRIGOTTO, 2010.p 44).

A concepção da educação como meio de ascensão social vai se consolidando ao longo do século XX, onde o trabalho se normatiza enquanto mercadoria e portanto, a educação se mostra caminho para galgar melhores posições no mercado de trabalho, pois ela passa a ser enxergada como meio de valorização da força de trabalho. Assim, “vai-se à escola para ter um emprego mais tarde, e quanto mais tempo se tiver ido à escola, maiores serão as chances de ter um ‘bom emprego’” (CHARLOT, 2008, p.84).

De acordo com Silva (1999), o discurso educacional crítico, ao assumir determinadas posturas, se equipara ao discurso educacional do novo capitalismo, pois ao postular princípios que coincidem com a retórica da literatura empresarial, como a necessidade de flexibilidade, do espírito crítico e da capacidade de inovação, permite ênfase em meios que são centrais aos

novos processos de trabalho. Segundo Frigotto (2006), ao analisar o conceito de capital humano - princípio que também é contemporâneo das novas formas de organização do sistema econômico – explica que a meritocracia é reforçada dentro do processo escolar no contexto das reformulações das relações de trabalho.

Assim como no mundo da produção todos os homens são “livres” para ascenderem socialmente, e esta ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos, no mundo escolar a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais. [...] (FRIGOTTO, 2006, p.67)

O aumento da representatividade política e social vivido por grupos historicamente discriminados nas últimas décadas, foi apontado por Arroyo (2012) como motivo que levou a uma nova forma de tratamento destes sujeitos preteridos. A imposição de sujeitos historicamente marginalizados, se colocando como sujeitos de direitos, marcou a primeira década do século XXI a ponto de gerar resistências conservadoras que passaram a agir pela manutenção da forma inferiorizante como tais grupos sempre foram vistos. Como Arroyo (2012) indica, existiu uma estreita relação entre as formas negativas de pensar os grupos subalternos e os padrões de poder, de trabalho, de propriedade dos meios de produção e de negação da escola e da universidade. Assim, no momento histórico em que tais padrões passam a ser ameaçados pelo lento empoderamento de grupos tradicionalmente subalternizados, os grupos que se privilegiam de tais padrões se organizam e reagem.

Na medida em que os setores populares, os trabalhadores das cidades e dos campos se afirmam presentes, torna-se necessário reforçar esses imaginários negativos inferiorizantes: como não reprovar e selecionar nas escolas ou como entrar por cotas nas universidades e no trabalho se os jovens, adolescentes populares, pobres, negros, mestiços nunca tiveram e não têm mérito nem capacidades, nem valores do trabalho, se têm problemas de aprendizagem e não valorizam o estudo? Como manter a terra, o território em mãos de indígenas, quilombolas, camponeses sem instrução, sem valores do trabalho e do empreendedorismo? (ARROYO, 2012, p.123).

A tímida inclinação progressista que vinha se desenvolvendo nos últimos anos no seio educacional e a crise econômica vivida desde o fim da primeira década do séc. XXI colocaram desafios às forças políticas e econômicas, que sob o formato de reformas educacionais, atuação organizada de grupos políticos e disciplinamento mais intenso do espaço escolar, visam reformular os rumos das escolas e da educação. Entre as principais reformulações que diretamente afetam as escolas e os estudantes periféricos - que são os estudantes mais expostos

a precariedade e desigualdade - podemos citar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a expansão dos colégios militares, a reforma do Ensino Médio através da Lei 13.415/17 e o avanço de grupos conservadores que tem o intuito de influir dentro das escolas.

A forma como a escola e seu corpo docente vieram atuando nos últimos anos, gerou a reação de grupos conservadores, que de forma organizada vem tentando reorientar os rumos da educação, especialmente a pública. Um dos grupos mais destacados na confrontação de pautas progressistas no ambiente escolar é o movimento que ficou conhecido como “Escola Sem Partido” (ESP)²¹. Partindo do pressuposto que existe uma instrumentalização do ensino, com finalidade política e ideológica, o movimento defende, através de vários projetos²², alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (atual LDB), de forma a garantir que se extirpe aquilo que é visto como coação e afronta a liberdade de aprender do aluno.

Através de meios institucionais e de agitação pública, o ESP fez diversas campanhas contra pontos norteadores do atual modelo escolar, que segundo seus membros, seriam incoerentes com o que se espera de uma política educacional. A acusação de que alguns professores se aproveitam da sua posição para doutrinação e propaganda ideológica, foram artifícios utilizados para mobilização política a fim de coibir e intimidar a atuação de professores. Em 2019, um novo Projeto de Lei apresentou de forma mais detalhada alguns princípios do ESP. O PL 246/2019 além de versar sobre ações que seriam proibidas aos grêmios estudantis “Art. 8º É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária”, também detalha quais são as obrigações e limites do docente, estimulando inclusive a fiscalização das aulas por parte dos alunos.

ANEXO DEVERES DO PROFESSOR 1 – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. 2 – O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. 3 – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de

²¹ O movimento Escola Sem Partido (ESP) iniciou suas atividades em 2004 e anunciou o encerramento de suas ações em agosto de 2019. O presidente do ESP justificou junto a imprensa que o fim das atividades do movimento se dava por falta de condições financeiras e por falta de apoio do Governo Federal. Importante frisar que as pautas defendidas pelo governo eleito a nível federal e em diversos estados em 2018, se utilizaram fartamente das proposições do ESP.

²² O primeiro Projeto de Lei elaborado e levado à Câmara Federal é o PL 7.180/2014, que prevê uma alteração no art.3º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 LDB). Segundo o projeto, o art.3º da LDB passaria a vigorar acrescido do seguinte inciso: XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.” (AC)

manifestações, atos públicos e passeatas. 4 – Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria. 5 – O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. 6 – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

O PL 246/2019 se inicia enunciando seus nove princípios, dos quais destacamos; “I – dignidade da pessoa humana”; “III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”; “IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; “V – liberdade de consciência e de crença” e “VIII – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania”. Nos chama atenção que um projeto voltado às escolas, que elenque princípios que suscitam a pluralidade, a liberdade e o direito à conscientização, não cite nenhuma vez as palavras desigualdade, pobreza e racismo – elementos que perpassam a juventude periférica, como já citado - enquanto as palavras doutrinação e ideológica(s) são citadas 6 vezes e 19 vezes, respectivamente.

De acordo com Lucena, Lucena e França (2018) o movimento Escola Sem Partido ao defender uma escola sem partido, faz na prática, uma defesa da escola com partido, mas dotado de uma concepção que nega as contradições e os conflitos que perpassam a sociedade. Se a pretensão de um movimento ligado a educação é inibir os debates a respeito das contradições reais, nos cabe indagar como tal movimento pode beneficiar os estudantes da periferia, que são justamente os mais afetados pelas contradições raciais, econômicas e de gênero. Assim, acreditamos que os diversos projetos de lei, fundamentados na perspectiva do ESP e que tramitam nas Câmaras e Assembleias do país, não dialogam ou contribuem para o horizonte que muitos jovens, especialmente os que habitam territórios de vulnerabilidade social, anseiam para o seu futuro.

Além da fiscalização moral que algumas instituições de educação vêm sofrendo nos últimos anos, a busca pela ordem e disciplina como meio norteador da boa educação vem estimulando o crescimento de escolas militares e o surgimento das escolas cívico-militares. De acordo com Cunha (2019) existem no Brasil 120 escolas militares em 17 estados do Brasil, quase metade delas se concentra no estado de Goiás. De acordo com Camporez (2018) entre 2013 e 2018, houve um aumento de 212% na quantidade de escolas estaduais administradas pela Polícia Militar, saltando de 39 para 122 escolas em 14 estados, neste período. Já o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é um projeto federal que nasce de uma

iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa. O programa pretende levar apoio militar para pelo menos 216 escolas em todo país até 2023.

Sobre a implantação de escolas militares, Arroyo (2019) aponta que tal modelo de escola está atrelada as velhas inferiorizações da escola pública e das periferias, lembrando que a proposta de escola militar acompanha a criminalização de seus educandos. Santos e Pereira (2018) chamam atenção para o fato irônico das escolas militarizadas serem implantadas com a justificativa de diminuição da violência e estarem nas periferias com os mais altos índices de homicídios, ou seja, nas regiões onde a polícia não consegue desempenhar satisfatoriamente as atribuições que lhe são cabíveis, a garantia da ordem pública e da segurança. Assim, se no desempenho de suas funções a polícia vem demonstrando estar aquém do esperado, não cabe acreditar que ela demonstraria competência em uma atribuição para a qual não foi formada.

De acordo com Pinheiro, Pereira e Sabino (2019) a partir dos anos 1990 se acentua uma noção de qualidade atrelada aos resultados quantificáveis, que medem desempenho e servem como parâmetro para elaboração de índices. Assim, tais índices são base para elaboração de rankings e classificações utilizados como referencial para definir a qualidade da educação ofertada. Portanto, ao lograr bons resultados no ENEM e no IDEB, infere-se que a educação militar seria de qualidade, desconsiderando assim todos os elementos que contribuem para os resultados – investimento por aluno, realidade socioeconômica do aluno etc.

A despeito dos resultados obtidos em exames, a pedagogia aplicada em escolas militares é marcada pelo cerceamento individual e das formas de expressão da subjetividade, sempre com o intuito de garantia da ordem, revelando muito mais a condição de quartel do que de escola. Camporez (2018) em reportagem da Revista Época sobre a transferência de um colégio estadual para a jurisdição militar em Goiás, apresenta exemplos da ruptura que se aplica com a instalação da nova pedagogia.

A transferência de colégio estadual para jurisdição militar implicou uma linha dura, admitiu o diretor comandante Luzimário Guimarães. Uma das primeiras providências tomadas por ele foi o fechamento da rádio, que tocava funk e rap nos intervalos.

“O que acontece, com a nossa chegada, é uma quebra de cultura. Os alunos vinham de uma cultura de libertinagem. Tinha menina que chegava na hora do intervalo, abraçava o colega e enganchava nele com as pernas”, lembrou o tenente-coronel, tentando explicar as cenas com imitações e gestos. “Tinha homossexual aqui que pintava o cabelo de alaranjado, de vermelho, de roxo. Com a nossa chegada, a gente diz: ‘Rapaz, você pode ser homossexual, mas tem de manter a postura’. Dentro da razoabilidade, o que a gente cobra é o mínimo de moral.” (CAMPOREZ, 2018)

A escola militar ao atacar o modo de ser dos alunos, coagindo os jovens para não se afirmarem pelo corpo e pela arte, criminalizando algumas formas de ser e proibindo formas de expressão consideradas imorais e, portanto, indesejadas, afirma um tipo de doutrina que põe o desenvolvimento da subjetividade e da criticidade. A mesma reportagem de Época, assinada por Camporez (2018), ainda traz o relato de uma aluna que sugere a visão de muitos jovens sobre tal disciplina nas escolas

Uma aluna do terceiro ano do ensino médio do Waldemar Mundim, sem querer se identificar, disse que a permanência dos estudantes no colégio se dá por pressão dos pais, não por vontade própria, e que a liberdade de expressão e pensamento viraram palavras “proibidas” entre os alunos. “Aqui ninguém tem o direito de pensar livremente. Não podemos fazer nada que desagrade aos militares”, lamentou reservadamente. (CAMPOREZ, 2018).

Mesmo que a insatisfação com a doutrina militar nas escolas possa não ser um sentimento generalizado, tal depoimento revela como a institucionalização da censura é identificada e criticada por alguns alunos.

O reconhecimento, por parte de alguns grupos de jovens, dos prejuízos que a doutrina militar acarreta para educação, tornou possível algumas ações de resistência contra a militarização de suas escolas. Em Belo Horizonte, de acordo com Zinet (2016) a Escola Estadual Professor Ricardo de Souza Cruz, no bairro Nova Esperança, foi ocupada no dia 5 de janeiro de 2016 por estudantes em protesto contra a possibilidade de a escola ser entregue à administração militar. Após mais de 1 semana de ocupação da escola, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SSE) garantiu que o colégio não se tornaria militar e nem precisaria dividir seu espaço com um. A ocupação de uma escola, em período de férias, contra uma medida aceita por boa parte da comunidade, reflete a lucidez e o engajamento de jovens, que como já foi pontuado, compreendem a relevância da educação e se interessam por este assunto.

Percebemos uma aproximação entre o *modus operandi* das escolas militares e os fundamentos do Escola Sem Partido. No estabelecimento da ordem, por uma via moralista, conservadora e vazia de elementos progressistas, os colégios militares fazem a manutenção do *status quo*. Assim, se elimina a possibilidade de mudanças para uma parcela da população que demanda transformações profundas e imediatas ao mesmo tempo que cria uma simbiose com o ESP, “O que há de fato, nesse discurso de suposta neutralidade que empreende o ESP é o absolutismo, em última instância, a negação do diferente, a intolerância com o diverso” (SANTOS; PEREIRA, 2018, p.266).

A Reforma do Ensino Médio, através da Lei 13.415/17 propõe uma mudança na estrutura desta etapa da educação básica, incidindo principalmente sobre a organização curricular. Sob o pretexto de modernizar e tornar o ensino médio mais atraente aos estudantes, pretende-se reorientar o papel da etapa final da educação básica, garantindo que os alunos possam se aprofundar nas áreas de maior afinidade e prometendo a saída da escola direto para um emprego. O site do Ministério da Educação (MEC) indica que o intuito do “Novo Ensino Médio” é garantir “a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade”²³.

Uma das principais teses em defesa da reforma do ensino médio é a que destaca o caráter pouco atrativo desta etapa da educação básica e a consequente evasão e baixo rendimento dos alunos. De acordo com Freitas (2018), com a profissionalização precoce pretendida pelo “Novo Ensino Médio”, a parcela que normalmente evade pode ser desviada para o trabalho, diminuindo assim as estatísticas de abandono escolar. Se o abandono da escola denuncia a má qualidade da educação, a pretensa profissionalização que levaria o jovem do Ensino Médio para a empresa, elimina a necessidade de alterar a qualidade da educação para atender a todos.

De acordo com Freitas, Batista e Melo (2016)²⁴ 82,99% dos estudantes do segundo ano médio acreditam que conseguirão um bom emprego após a conclusão do ensino médio, o que aponta a expectativa com o trabalho por parte destes jovens periféricos e a confiança que depositam na escola como meio para alcançar este objetivo. A propaganda do Novo Ensino Médio dialoga com tais perspectivas, como podemos ver na apresentação do próprio site do programa; “Você poderá estudar todos os conhecimentos imprescindíveis para a vida em sociedade e ainda irá sair do ensino médio mais preparado para o mundo do trabalho!”

Assim, se a pretensão do Novo Ensino Médio é garantir que os alunos possam escolher entre áreas com as quais tenha mais aptidão e encaminhá-los para a continuidade dos estudos ou para o mundo do trabalho, na prática, percebemos a criação das bases para um novo ensino médio de caráter dualista. Os estudantes mais pobres, cujo a necessidade de trabalhar o quanto

²³Disponível

em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%20de%202017,flex%C3%ADvel%20que%20contemple%20uma%20base> Acessado em 08 de set. de 2020.

²⁴ O estudo foi realizado a partir dos questionários aplicados a 669 estudantes da segunda série do ensino médio, de 24 escolas estaduais de regiões de vulnerabilidade social. As escolas se localizam em 17 municípios dos estados do Ceará, Goiás, Pernambuco e São Paulo. Os questionários foram aplicados em 2015, para 352 alunos de escolas integrais e 317 alunos de escolas de período parcial.

antes é um imperativo, vão buscar a opção da formação técnica e profissional, por essa opção dialogar com suas demandas imediatas.

De acordo Freitas, Batista e Melo (2016) pelo menos 82% dos alunos de regiões de vulnerabilidade social acreditam que a escola se preocupa com seu futuro e, confirmando o que já foi apontado anteriormente, 80% afirmam que não mudariam de escola, demonstrando um razoável grau de satisfação dos jovens com suas instituições de ensino. A mesma pesquisa ainda aponta que “os colegas” é a opção mais mencionada pelos alunos - com 22,7% das respostas - quando perguntados sobre o que mais gostam na escola. Atrás da convivência com os colegas, os professores e as aulas, respectivamente, são lembrados como aquilo que os estudantes mais gostam no espaço escolar. As relações de amizade e a boa convivência com professores podem influir na avaliação que os jovens fazem da sua escola, justificando, portanto, a indicação de que não mudariam de instituição.

Percebemos que na perspectiva dos jovens moradores da periferia, a escola assume a qualidade de local para socialização ao mesmo tempo que representa o caminho para inserção no trabalho. Em comunidades onde o acesso a ambientes de convivência e lazer são restritos, a escola, por ser o local de encontro dos jovens que convivem na mesma região, acaba por assumir essa função de espaço recreativo. A competitividade do mercado de trabalho e a necessidade de acesso à renda, num contexto histórico em que a educação é apontada como redentora e meio para ascensão, faz da escola, na visão dos jovens, além de um lugar de convivência, também um espaço de esperança.

A partir da revisão da literatura de pesquisa, observamos que a escola demonstra pouca vontade de se envolver no cotidiano das comunidades de seus alunos, se mantendo distante dos problemas que mais afetam os jovens, embora estes acreditem que a escola se preocupa com seu futuro. Portanto, reformulações escolares que pretendem censurar debates, moralizar o comportamento através da disciplina de quartel ou reformas com promessas de formação para o trabalho sem investimento em infraestrutura e guiada pela lógica de mercado, não dialogam com as demandas e perspectivas apontadas pelos jovens periféricos, inclusive, se distância ainda mais daquilo que essa parcela da sociedade tem por objetivo.

3.3 Juventude e inserção no trabalho

Pelo que apontamos até o momento, a preocupação com o trabalho faz parte das inquietações dos jovens que ao longo do ensino médio demonstram vontade ou necessidade de trabalhar. Consta-se que muitos jovens da periferia vão à escola pois acreditam que assim

conseguirão um bom trabalho (PEREIRA; LOPES, 2016) e garantirão um bom futuro profissional (RAMOS, 2018). Embora uma grande parte dos jovens de territórios de vulnerabilidade reconheçam que a escola se preocupa com seu futuro (FREITAS; BATISTA; MELO, 2016), as pesquisas de Ramos (2018) apontam que na visão dos jovens, a escola se mantém distanciada dos principais problemas enfrentados pela juventude e sua comunidade. De acordo com Charlot (2008) tal compreensão que atribuí à escola o papel de garantidora do futuro profissional se justifica, uma vez que ao longo do último século a educação passa a ser concebida como a principal forma de valorização da força de trabalho.

Apesar da confiança depositada nas escolas como meio para inserção no mercado de trabalho, de acordo com IBGE (2020a) no segundo trimestre de 2020 entre as pessoas com idade para trabalhar²⁵, 50,6% haviam concluído o ensino médio e a estimativa de ocupação entre os jovens de 18 a 24 anos era de 42,2%. Ainda segundo IBGE (2020a) a ocupação dos jovens entre 18 e 24 anos no segundo trimestre de 2012 era de 59,3%. Assim, apesar do otimismo dos jovens com a educação enquanto meio para assegurar a entrada no mundo profissional, o que vem se concretizando é um mercado de trabalho que nos últimos anos se mostra cada vez mais excludente para esta parcela da população.

No segundo trimestre de 2020, de acordo com IBGE (2020a), a taxa de desocupação no Brasil foi estimada em 13,3%. Entre os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos a taxa de desocupação apontou 30% e 35,3% respectivamente. Como já havíamos indicado, a população jovem é a mais afetada pelo desemprego e a partir dos números mais recentes, percebemos um agravamento deste problema.

Sobre a questão da empregabilidade dos jovens, Corrochano (2014) chama atenção para a forma heterogênea como o desemprego se manifesta para a juventude, pois sofre influência da classe social, da cor/raça, do sexo, dos níveis de escolaridade e das regiões de moradia, podendo-se definir o desemprego juvenil como plural. Assim, é possível concluir que os jovens mais afetados pelo desemprego e os que mais reservam expectativas quanto sua entrada no mercado de trabalho, são aqueles que, pelos recortes indicados, correspondem aos grupos mais estigmatizados.

Em estudo que investiga como juventude, trabalho e escola em territórios de precariedade social estão associados, Marcassa e Conde (2017) apontam como a juventude pobre lida com a necessidade de assumir o papel de trabalhador quando ainda não abandonaram

²⁵ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) a idade limite mínima para definir as pessoas em idade de trabalhar é de 14 anos.

o de estudante. As condições econômicas impostas a determinadas famílias obriga uma parte da juventude – do final do ensino fundamental, ensino médio e EJA, o que indica a abrangência da pesquisa - a se dedicar ao estudo concomitante com o trabalho, em evidente prejuízo ao primeiro, ou simplesmente ao abandono da escola.

Ao analisar qualitativamente os dados coletados nas escolas pesquisadas, Marcassa e Conde (2017) concluíram que a maioria dos jovens observados são membros de famílias da classe trabalhadora, sendo mais da metade (69,2%) estudantes que trabalham ou precisam/pretendem trabalhar. As autoras apontam que a necessidade de trabalhar surge da condição familiar, onde o jovem é convencido pela sua própria realidade, da importância de se iniciar no mundo do trabalho para contribuir com as despesas domésticas e com suas próprias. O tipo de trabalho também é apontado, deixando claro que os empregos destinados aos jovens desse contexto são do tipo informal, inseguro e precarizado.

Sobre os motivos que levam o jovem a buscar trabalho, Corrochano (2014) lembra que para além da necessidade de renda, existem fatores que precisam ser levados em consideração como; a configuração familiar, o sexo - já que as chances de ser pressionado a trabalhar fora de casa é maior sobre os rapazes - a conotação moral que o trabalho assume na família, o grau de escolaridade dos pais, a quantidade de irmãos, a região onde se vive, a conjuntura econômica etc. Corrochano (2014) ainda lembra que sobre os jovens de 15 a 17 anos recaem a maior parte das condições de trabalho ilegal e mais precarizadas, sendo uma fase marcada pelo trabalho sem carteira assinada e muitas vezes sem remuneração.

Ao refletir sobre os jovens, residentes em bairros populares ou favelas das médias e grandes cidades brasileiras, Frigotto (2004) destaca que tais jovens tendem a sofrer um precoce processo de adultização. O autor aponta que os jovens de regiões vulneráveis ingressam muito cedo no mercado de trabalho formal ou informal, em condições de precarização. Sobre os sentidos que os jovens mais pobres atribuem ao trabalho, Corrochano (2014) destaca que a necessidade de ajudar a família é um dos principais sentidos, mas além desse, surgem também os sentidos de independência, realização pessoal e servidão.

Além de ajudar com as despesas do lar, o trabalho afirma independência, permitindo que os jovens tenham condições de circular pelos espaços da cidade e se realizarem pelo consumo. Também alimenta os sonhos e, diante da realidade concreta, onde os poucos empregos disponíveis são precários, surge o sentido de servidão. O relato a seguir, sintetiza alguns dos significados atribuídos ao trabalho pelos jovens

Trabalhar para mim significa independência, você ganha seu dinheiro e não fica com seu pai no seu pé. Estava cansado de ficar na cola dos meus pais. Mas trabalhar mesmo, para mim, é uma escravidão. Eu trabalho, mas não tem nada de bom no trabalho. Esse trabalho é mais para grana mesmo. (rapaz, 20 anos, trabalhando como Auxiliar de Produção e cursando o 3º ano do Ensino Médio). (CORROCHANO, 2014, p. 217).

Ao analisar a condição dos jovens que compõe as famílias mais pobres do país, Pochmann (2004) constata que estes estão condenados ao trabalho como uma das poucas possibilidades de mobilidade social. O autor também destaca que ao ingressarem prematuramente no mercado de trabalho o fazem com baixa escolaridade, estando destinados às funções de baixa remuneração em posições de subordinação. A entrada precoce no mundo do trabalho se faz ao mesmo tempo em que os jovens precisam continuar sua vida de estudantes.

De acordo com Ramos (2018), entre os principais aspectos que os jovens levam em consideração para aceitar um emprego, a viabilidade de conciliá-lo com a escola foi a opção mais apontada por 52,63% dos estudantes participantes do estudo. Além da possibilidade de conciliação com a escola, os riscos que vai correr, se saberá executar as tarefas previstas, se vai aprender coisas novas e o quanto vai receber completam os cinco principais aspectos indicados como fundamentais para aceitar um trabalho.

Ao analisar as políticas de emprego para a juventude e o desemprego juvenil, Gonzalez (2009) aponta que os postos de trabalho ocupados por trabalhadores muito jovens são aqueles com menor exigência de qualificação e também de pior qualidade. Ao comparar grupos etários mais velhos com mais novos, se percebe nos jovens mais velhos uma melhora nas condições de trabalho. Sobre tal constatação, Gonzalez (2009) percebe o erro em se deduzir que há uma sequência natural que o trabalhador deve enfrentar, partindo de ocupações piores, instáveis e mal remuneradas, até as melhores, com garantias trabalhistas e melhores salários. Embora esta ascensão possa ocorrer ao longo da vida do trabalhador, ela não explica completamente a situação

O que, de fato ocorre é que, nos grupos etários mais velhos, altera-se a composição dos jovens. Os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos não são formados apenas por jovens que entraram no mercado de trabalho e conseguiram mudar para ocupações melhores conforme envelheciam. Eles são formados, também, por jovens que protelaram sua entrada no mercado de trabalho, possivelmente aumentando sua escolaridade no processo, e que já conseguem como primeira ocupação um posto de melhor qualidade. (GONZALEZ, 2009, p.120)

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil)²⁶ é demonstrado que os principais afetados pela atual crise econômica no Brasil, que gera milhões de desempregados, são os mais pobres. Os dados de CNDL e SPC Brasil (2020) sobre o desemprego apontam que os jovens são os mais afetados. Ao analisar outros recortes da pesquisa, percebe-se que 61% dos desempregados são mulheres e ao se considerar a escolaridade, a pesquisa indica que 59% concluíram o ensino médio ou não terminaram a graduação e 31% não terminaram o ensino médio.

Ao analisar o desemprego a partir do critério de renda, segundo CDNL e SPC Brasil (2020) 95% dos brasileiros sem ocupação pertencem às classes C, D e E, enquanto apenas 5% são membros das classes B e A. Dessa forma, percebe-se que os mais afetados pelo desemprego hoje são os jovens, pobres e especialmente mulheres.

Na tentativa de remediar o problema do desemprego, sucessivas reformas foram implantadas ao longo dos últimos anos. Como já sinalizamos, a conjuntura político-econômica a partir do governo Dilma em 2014 orientou medidas que afetaram diretamente os trabalhadores. Os ataques contra garantias trabalhistas se intensificaram após o golpe de 2016, que despojou a primeira presidenta da história do país e o Partido dos Trabalhadores, no poder havia quatorze anos. Após a reforma trabalhista, oficializada através da Lei 13.467/17, os prometidos empregos não vieram e o governo eleito em 2018 aposta no aprofundamento das reformas e na regressão de mais direitos. Importante frisar que ao longo da campanha presidencial de 2018, o candidato vencedor por diversas vezes fez questão de bajular o setor patronal com declarações despudoradas;

“Questionado por William Bonner sobre quais direitos trabalhistas ele iria retirar em seu possível governo, Bolsonaro disse que é como a ‘classe empregadora’ diz: ‘O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego’, afirmou” (TOLOTTI, 2018).

Como apontamos, o terrível cenário empregatício que o país vive é ainda mais desfavorável para os jovens, o que exige, portanto, a ação do poder público. Assim, o poder público representado no atual governo, eleito com chantagens como a apontada acima, é incumbido de apresentar medidas que possam amparar o jovem em sua inserção no mercado de

²⁶ A pesquisa recolheu dados em todas as capitais do Brasil, ouvindo 604 participantes com idade a partir de 18 anos, de todas as classes sociais e de ambos os sexos.

trabalho. Entre as ações apresentadas pelo Governo Federal, chama atenção a Medida Provisória 905/2019²⁷, que criou o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (CTVA)

É importante situar a MP 905/2019 dentro de um contexto mais amplo de recrudescimento do neoliberalismo no Brasil, que envolveu, desde 2016, o congelamento dos gastos públicos por vinte anos (emenda constitucional n. 95/2016); as leis n. 13.429/2017 e 13.467/2017 (respectivamente leis de Terceirização e da Reforma Trabalhista); e, após a ascensão ao poder do Presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego; a edição da medida provisória da liberdade econômica (convertida na lei n. 13.874/2019); a edição da medida provisória n. 873/2019 (que dificultava o procedimento para arrecadação da contribuição sindical e que, ao fim do seu prazo de vigência, caducou sem ser convertida em lei); e a aprovação da Reforma da Previdência (EC n. 103/2019), com regressão de benefícios previdenciários e ampliação dos requisitos para a aposentadoria por idade. (DUTRA; JESUS, 2020, p.02)

A modalidade de contrato proposta pela MP 905/2019 “cria caso específico de contrato de trabalho por prazo determinado que se destina à contratação de jovens de 18 a 29 anos de idade, em primeiro emprego, para atividades permanentes ou temporárias da empresa” (DIEESE,2020, p. 02). Assim, o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (CTVA) se destinaria especificamente à juventude que está se iniciando no mercado de trabalho.

Entre alguns pontos que marcam a precarização da contratação pela modalidade CTVA, podemos citar, de acordo com Dutra e Jesus (2020), as alíquotas inferiores de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 2% ao invés dos normais 8%; a multa menor em caso de rescisão contratual - o valor pago aos celetistas é de 40% do valor do FGTS enquanto o modelo CTVA garante apenas 20% - e o parcelamento do valor das férias e do décimo terceiro salário, sendo pagos parceladamente a cada mês trabalhado. Sobre a questão da segurança, a CTVA contempla que o valor pago por adicional de periculosidade, caso necessário, corresponde a 5% do salário-base, o mesmo adicional pago ao celetista é de 30% do salário-base. Por fim, os míseros 5% pagos como adicional de periculosidade só contemplaria às situações em que o jovem trabalhador ficasse exposto ao risco por mais de 50% da jornada de trabalho.

O CTVA foi criado sob a justificativa de ajudar os jovens na conquista do primeiro emprego. Como já apontamos (IBGE 2019b) a juventude é o grupo mais afetado pelo

²⁷ A MP 905/2019 foi revogada no dia 20 de abril de 2020. Embora a Medida Provisória tenha sido aprovada com algumas modificações na Câmara de Deputados, ela não foi à votação no Senado dentro do prazo legal por não haver acordo entre os senadores sobre vários de seus pontos. Portanto, a MP 905/2019 foi anulada. Importante frisar que ao anunciar a revogação da medida, o presidente afirmou que editaria nova medida para tratar da desburocratização de contratações durante o período de pandemia.

desemprego hoje, portanto, a justificativa para a criação do CTVA era combater um problema que vem crescendo nos últimos anos (IBGE 2020a). A fórmula encontrada pelo governo para estimular a contratação dos jovens foi a desoneração do setor patronal. De acordo com DIEESE (2020), a questão do desemprego na juventude não é conjuntural, mas uma realidade estrutural do mercado de trabalho e destaca que a justificativa do CTVA aponta para o estímulo à demanda por trabalho. Assim, através de incentivos tributários espera-se que os empresários decidam contratar jovens.

Segundo DIEESE (2020) os dados sobre emprego formal no país, fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) não sugerem que exista problemas com demanda por jovens no mercado de trabalho. Ao final de 2019, a contratação de jovens foi responsável pelo saldo positivo de 644 mil postos de trabalho celetistas. Assim, mesmo que os números do desemprego geral sejam inquietantes e os jovens sejam os principais afetados, ainda é este grupo que mais atende à demanda por emprego formal, como sugere a tabela seguinte

Tabela 2 - Emprego celetista - Saldo entre admissões e desligamentos no Caged – 2019

Faixa Etária	Empregos gerados
Até 17 anos	179.975
18 a 29 anos	1.007.983
30 a 39 anos	- 65.694
40 a 49 anos	- 109.537
50 a 64 anos	- 301.741
65 anos ou +	- 66.907
Total	644.079

DIEESE (2020)

De acordo com DIEESE (2020), na prática, a modalidade de CTVA garantiria que os jovens que já seriam contratados, iniciem sua vida no trabalho de forma mais precarizada, acarretando ainda prejuízo fiscal para o Estado e deteriorando ainda mais as relações de trabalho, ao rebaixar salários e direitos, sem nenhuma garantia de geração de novos postos. Assim, percebe-se que os maiores beneficiários com a MP 905/2019 não são os jovens, mas o setor patronal, que ao ter os custos reduzidos com a desoneração da folha de pagamento, pode continuar a auferir lucros durante o período de crise.

Embora a MP/2019 tenha sido revogada e, portanto, perdido a validade, acreditamos que a exposição do seu conteúdo é importante por refletir os desafios com os quais a juventude

deve lidar para se inserir no mercado de trabalho atualmente. Compreender as imposições e garantias previstas pela CTVA, mesmo que tenham valido por poucos meses, permite enxergar quais adversidades estão colocadas para a parcela da população que chega ao mercado de trabalho em uma conjuntura marcada pelos ataques à direitos historicamente conquistados²⁸.

Além da conjuntura desfavorável à estabilidade econômica e geração de empregos, percebemos que a pandemia do novo Coronavírus foi mais um fator que agravou o tortuoso caminho dos jovens à inserção e permanência no mercado de trabalho.

A pesquisa realizada pelo Conjuve (2020) aponta que 6 a cada 10 jovens tiveram alteração em sua carga de trabalho. O estudo²⁹ indica que 14% dos jovens continuam trabalhando, mas com carga horária maior, enquanto 27% pararam de trabalhar. Importante frisar que entre os jovens que pararam de trabalhar durante a pandemia, 23% se declaram brancos, 29% se declaram pardos e 31% se declaram pretos. De acordo com a investigação, a renda familiar dos jovens foi mais afetada do que sua renda pessoal. Enquanto 4 a cada 10 jovens sofreram redução da sua renda pessoal, 5 em cada 10 indicaram a redução da renda da família. Ao analisarmos a diminuição ou perda da renda a partir do recorte racial, percebemos que 44% dos pardos e 45% dos negros foram afetados, enquanto a parcela de jovens brancos atingidos pelo mesmo problema foi de 37%. Os dados de jovens que perderam o emprego ou a renda pessoal durante a pandemia revelam mais uma vez a disparidade racial no mundo do trabalho em desfavor dos jovens negros.

Em pesquisa³⁰ elaborada pelo Idados em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgada em junho de 2020 é possível perceber as dificuldades enfrentadas pelos jovens para acessar e permanecer no mercado de trabalho. De acordo com Idados (2020) a consolidação do jovem no mercado de trabalho e,

²⁸ No dia 22 de outubro o governo de Jair Bolsonaro anunciou o programa “Descomplica Trabalhista”. Segundo o Ministério da Economia, o programa visa eliminar burocracias para gerar oportunidades para trabalhadores e empregadores. Para isso, o Ministério da Economia anunciou que dois mil documentos do extinto Ministério do Trabalho estão sendo revistos e transformados em menos de dez. O “Descomplica Trabalhista” também traz facilidades para o agronegócio, para os microempreendedores e já anulou 48 portarias da área do trabalho, consideradas obsoletas pelo atual governo.

²⁹ O levantamento dos dados da Pesquisa Juventude e a Pandemia, realizada pelo Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE, alcançou 33.688 jovens em todo o país por meio de um grupo focal de jovens. O estudo se debruça sobre a percepção dos jovens a respeito dos temas: saúde, economia, bem-estar, educação e perspectivas para o futuro. Importante afirmar que o período em que os dados foram coletados correspondem aos primeiros meses da pandemia.

³⁰ A pesquisa foi realizada pelo Idados em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Foram entrevistados 3527 jovens com idade entre 16 e 29 anos. A pesquisa teve o objetivo de responder três questões centrais sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho: 1- Quais seriam as principais dificuldades na transição do jovem para o mercado de trabalho? 2- Como a educação poderia facilitar a inserção e a adequação do jovem ao mercado de trabalho? 3- Após inserido, como reter o jovem no emprego e diminuir a rotatividade?

portanto, sua ocupação formal se dá ao longo dos anos, sendo os mais jovens os mais prejudicados e expostos à informalidade. Os jovens de 16 a 23 anos passam mais de 25% do tempo fora do mercado, enquanto a faixa etária de 27 a 29 anos ficam 22% do tempo não-ocupados.

Os dados divulgados por Idados (2020) destacam ainda as dificuldades para aqueles que ingressam no mundo do trabalho através da informalidade. O estudo aponta que os jovens que ingressam no mercado através de um emprego informal, tem mais chances de continuar na informalidade por muitos anos. Após cinco anos, 71% dos jovens que tiveram o seu primeiro emprego informal ainda continuavam na informalidade, enquanto somente 9% dos jovens que conseguiram seu primeiro emprego formal se encontravam na mesma condição dos primeiros. Assim, percebemos que a transição da informalidade para a formalidade não se dá naturalmente com o passar do tempo.

Apesar do trabalho informal ser um problema que atinge principalmente os jovens, os dados indicam que a informalidade vem se generalizando e abarcando a classe trabalhadora como um todo. As diversas reformas que já pontuamos, além de não garantirem mais postos de trabalho também não contribuíram para uma melhor qualidade dos postos já existentes. De acordo com IBGE (2020c) a taxa média de informalidade no Brasil em 2016 era de 39% e em 2019 de 41,1%. Ainda de acordo com IBGE (2020c) dezoito estados superaram a média nacional de informalidade, indo de 41,2% como Goiás até 62,4% como o estado do Pará. Os dados do IBGE (2020c) ainda demonstram que em vários estados a taxa de informalidade é superior ao crescimento da população, indicando a baixa qualidade das poucas ocupações que o país tem gerado.

Ao analisar o fenômeno da informalidade, Antunes (2018) destaca pelo menos três formas de sua manifestação. A primeira é apontada como a informalidade presente na figura dos trabalhadores informais tradicionais, definidos como aqueles que estão inseridos em atividades que requerem pouco investimento, que buscam renda para consumo familiar ou pessoal, estando presentes principalmente nos setores de serviços e possuindo o mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho. A segunda forma de manifestação da informalidade remete ao trabalhador assalariado sem registro, os que estão fora da legislação trabalhista e, portanto, descobertos dos acordos coletivos de sua categoria e desassistidos dos direitos garantidos àqueles que exercem trabalho registrado. O terceiro modo de informalidade se expressa nos trabalhadores informais por conta própria, que podem contar apenas com sua

força de trabalho ou com a de familiares, atuando na produção simples de mercadorias, podendo inclusive subcontratar outro trabalhador.

Para além da demonstração de alguns aspectos que definem a informalidade, Antunes (2018) aponta que tal ocorrência não se restringe ao Brasil, tomando aspecto de fenômeno mundial. De acordo com a hipótese de Antunes (2018), o caráter global da informalidade se dá pois o trabalho informal assume hoje função estratégica no aumento, na potencialização e na realização do mais-valor. Dessa forma, a informalidade não cresce apenas por ser um problema conjuntural, mas por sua eficiência na reprodução e expansão do capital.

A condição de trabalhador informal e/ou precarizado que vem se generalizando e se tornando regra principalmente para os jovens de famílias pobres, encontra justificativa teórica em teses que apregoam a meritocracia, o empreendedorismo e a liberdade. A matriz ideológica que transforma informalidade e precarização em independência e oportunidade merece atenção. Tal perspectiva representa hoje papel central na defesa de todas as reformas pontuadas ao longo de nossa exposição.

De acordo com Harvey (2016) a conformação do trabalhador aos propósitos da acumulação do capital, chamado pelo autor de “controle do trabalho”, se dá por uma sucessão de meios que se interligam. A familiarização dos trabalhadores com as normas que regem o sistema do capital precisa ser renovada constantemente, para que cada nova geração internalize os preceitos que orientam a produção e circulação de mercadorias. Assim, sobre a disciplinação da força de trabalho, Harvey indica que

Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelo vários setores do aparelho de Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY, 2016, p.119).

Ao examinar algumas características do liberalismo econômico, Paro (1999) indica o apego desta tradição ao conceito de liberdade, mas uma liberdade na acepção do senso comum, ligada a noção de espontaneísmo, de permissão para se fazer o que quiser, desde que se obedeça a algumas regras. As regras a serem obedecidas são as do mercado, entendido como

independente da ação dos homens e mulheres organizados ou representados pelo Estado. Assim, trata-se de uma liberdade natural; “é a liberdade do pássaro para voar, mas é também a liberdade do leão para devorar o cordeiro” (PARO, 1999, p.103).

De acordo com Chauí (2020) vivemos um momento histórico - definido pela filósofa como novo totalitarismo - em que os diferentes tipos de organizações tendem a ser reduzidos ao modelo de empresa. Todas as instituições passam a ser compreendidas como empresas; escolas, hospitais, centros culturais, enfim, o próprio Estado passa a ser compreendido como empresa e, portanto, regulado de acordo com as normas de mercado. Neste novo modelo, antigas categorias são encobertas ou redefinidas. O desemprego estrutural assume a forma da uberização, o indivíduo não é mais membro de uma classe, mas enxergado como um empreendimento, portanto uma empresa individual ou empresário de si mesmo. Assim, passa a predominar de forma mais intensa o princípio da concorrência entre instituições e indivíduos, legitimada pela perspectiva da meritocracia.

Como exemplo da normalização da informalidade e precarização travestidas de oportunidades, podemos citar os entregadores que trabalham para empresas de aplicativos, trabalho que inclusive vem se configurando como possibilidade de renda para milhares de jovens. Em reportagem do jornal Brasil de Fato de 30 de junho de 2020, assinada por Miranda e Deister (2020), o pesquisador Marco Aurélio Santana³¹ aponta que o Brasil possui cerca de 5,5 milhões de entregadores, sendo a maioria do setor de delivery. Ainda de acordo com Santana, a maioria dos entregadores é composta por homens, jovens e negros, representando 23% dos trabalhadores por conta própria do país.

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Conjunturais (2020)³² da Universidade Federal da Bahia aponta alguns números que ilustram o cenário dos entregadores de aplicativo pelo país. De acordo com o levantamento, 32,7% dos respondentes são jovens com idade entre 18 e 24 anos; 56,5% tem até 30 anos e 59,2% são negros. A prevalência masculina também é apontada, a pesquisa indica que 95% são homens e quase um terço (30,1) iniciaram a ocupação durante a pandemia, corroborando assim os dados que apontam o aumento da informalidade e do desemprego durante o período de isolamento social causado pela pandemia.

O Núcleo de Estudos Conjunturais (2020) ainda aponta a extensão das jornadas que os trabalhadores entregadores realizam. De acordo com o estudo, 70,5% trabalham 6 ou 7 dias por

³¹ Santana é coordenador do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ)

³² O Núcleo de Estudos Conjunturais - NEC é ligado à Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. O Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil foi realizado com 103 entregadores de 38 cidades de 19 estados, durante os dias 26 a 31 de julho

semana e 68,5% trabalham 9 ou mais horas por dia. Entre os trabalhadores que têm nesta atividade sua única fonte de renda, a jornada semanal chega a 64,5 horas, ou seja, 20,5 horas a mais do que o recomendado pela legislação trabalhista. Importante frisar que estas extensas jornadas de trabalho são exercidas em atividades que expõem o trabalhador constantemente a um grande risco de acidente.

As relações entre as empresas de aplicativos de transporte e alimentação com os entregadores e motoristas que prestam os serviços representam o que há de mais avançado no campo da precarização. Os trabalhadores não são compreendidos como empregados, mas como parceiros, o que garante às empresas total desobrigação com os direitos básicos de um funcionário. Tal compreensão evidencia a atual conjuntura, que segundo Chaui (2020) é tomada por uma noção empresarial que avança sobre todas as dimensões da vida, fazendo com que trabalhadores sejam interpretados como sujeitos livres e autônomos, os empresários de si mesmo.

De acordo com pesquisa realizada pela Aliança Bike (2019)³³ realizada junto a 270 entregadores de São Paulo que utilizam bicicletas para realizar a atividade, 75% trabalham até 12 horas por dia, 30% pedalam mais de 50 km diariamente e 59% buscaram a entrega por aplicativos por estarem desempregados, enquanto apenas 14% responderam que fazem o trabalho por gostarem de bicicleta. Sobre a faixa etária dos entregadores de bicicleta, a pesquisa revela que 25% tem até 19 anos, 50% tem até 24 anos e 75% tem até 27 anos de idade. Os ganhos médios destes entregadores eram de R\$ 936,00 por mês, portanto, menor que o valor do salário mínimo³⁴.

A informalidade do trabalho de entrega por aplicativos é vista como um ponto positivo por uma parcela relevante dos entrevistados. De acordo com 31% dos entregadores de bicicleta, a principal vantagem de fazer entrega para aplicativos é o “emprego rápido, sem processo seletivo” enquanto para 30% a principal vantagem é a “flexibilidade de horários”. Os dados apresentados pela Aliança Bike (2019) demonstram ainda que entre a principal motivação para iniciar a fazer entregas, somente 5% responderam espontaneamente “não ter patrão”.

³³ Criada em 2003 e formalizada em 2009, a Aliança Bike é uma associação que tem como missão fortalecer a economia da bicicleta e o seu uso por brasileiras e brasileiros, atuando em diversas frentes de trabalho para promover o uso de bicicletas como transporte, esporte e lazer. A associação organizou entre os dias 20 e 30 de junho de 2019 a pesquisa “Perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos”. O estudo se concentrou na cidade de São Paulo e realizou 270 entrevistas

³⁴ O valor do salário mínimo vigente a partir de janeiro de 2020 era de R\$1.045,00. A Medida Provisória nº 1.021/20, de 30 de dezembro de 2020, reajustou o valor do salário mínimo para R\$ 1.100,00 a partir de 1º de janeiro de 2021.

Acreditamos que a falta de oportunidades, refletida pelos altos índices de desemprego que afetam principalmente a juventude é um dos principais motivos que levam os entregadores jovens a enxergarem vantagem na precarização.

A pesquisa realizada pela Aliança Bike, além de demonstrar as condições de trabalho dos entregadores que utilizam bicicletas para sua função em São Paulo, também indicou seu perfil. “Ele é brasileiro, homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia, com ganho médio mensal de R\$ 992,00” (ALIANÇA BIKE, 2019, p.6).

Com base no que pontuamos até o momento, acreditamos que os jovens, em especial os de origem pobre, enfrentam maiores adversidades para se inserir no mundo do trabalho. A informalidade e a precarização marcam a realidade da juventude que necessita de renda para auxiliar suas famílias, para garantir sua independência, para ter acesso ao lazer, para se afirmar no território que habita, enfim, para exercer sua condição juvenil. Acreditamos que o problema estrutural do desemprego dos jovens é agravado em uma conjuntura de recessão e crise econômica. Tal agravamento, exhibe contornos trágicos em um contexto tomado por concepções de mundo individualistas, meritocráticas e regido por políticas de governo comprometidas em garantir reformas que fragilizam o trabalho diante do capital.

4 – TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA JUVENTUDE DO JARDIM TERESÓPOLIS

A proposta de compreender como os jovens estudantes do ensino médio, moradores de uma região periférica, estão percebendo e pensando às reformulações das relações de trabalho, nos faz buscar uma estratégia metodológica que consiga dar conta de tal objeto que pode ser caracterizado como diverso, abrangente e contemporâneo. Assim, percebemos que o estudo de caso exploratório com abordagem qualitativa é o que melhor se adequa ao objetivo da pesquisa.

Partindo de Alves (1991), compreendemos que não existem “boas” ou “más” metodologias, mas que algumas são mais adequadas do que outras para tratar de determinados problemas. A escolha pela abordagem qualitativa não determina uma oposição ao método quantitativo; a opção pelo qualitativo sugere destaque e não exclusividade. Segundo Patton (1986) conforme citado por Alves (1991, p.54), a pesquisa qualitativa é formada por três características fundamentais, que seriam a visão holística, a abordagem indutiva e a investigação naturalística. Entendemos que as abordagens holística, indutiva e naturalística

representam possibilidades de análises fundamentais, por nortear uma investigação que valoriza todo o contexto em que o objeto se encontra inserido, que capta o que emana espontaneamente durante as observações e que busca interferir o mínimo possível no objeto. Entendemos que tal norteamento é fundamental para investigar a percepção dos jovens a respeito do trabalho numa região com as características já apontadas.

Ainda sobre a abordagem qualitativa, Esteban (2010) define que os estudos qualitativos têm como característica a atenção ao contexto e o caráter interpretativo dos acontecimentos e fenômenos inerentes ao objeto de estudo. Além das características tradicionalmente atribuídas à pesquisa qualitativa, Esteban (2010) chama atenção para uma nova perspectiva, que se volta para o pesquisador, a pesquisa reflexiva, que busca dar foco a pessoa que pesquisa, reconhecendo as premissas teóricas e pessoais que marcam o pesquisador. Assim, buscamos durante os contatos com os jovens estudados, no decorrer das pesquisas de campo, sempre assumir as posições teóricas e pessoais que formam nossa visão de mundo, contudo, tendo o devido rigor e precaução para não criar nenhum tipo de influência nas respostas dos sujeitos estudados

A escolha do estudo de caso como estratégia metodológica segue algumas das orientações apontadas por Yin (2001), segundo o autor, a primeira condição para escolher qual estratégia de pesquisa é a mais adequada é identificar o tipo de questão que alicerça o problema. Questões do tipo “o que”, “quem”, “por que” “quantos”, “onde” “quanto” e “como”, exigem cada uma sua estratégia de pesquisa, podendo mais de uma servir como base para a mesma metodologia. Assim, alguns métodos de pesquisa como experimento, levantamento, análise de arquivos, pesquisa histórica ou estudo de caso, devem ser norteados a partir das questões elaboradas para investigação.

Ao pretender investigar como as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho estão sendo percebidas pelos jovens que estudam na periferia de Betim e como essas mudanças vem afetando suas vidas, partimos de uma questão que se inicia com o “como”, portanto, a partir daí já temos uma inclinação ao estudo de caso.

Em contraste, questões do tipo “como” e “por que” são mais explanatórias e é provável que levem ao uso de estudos de caso, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências (YIN, 2001, p. 25).

A escolha pelo estudo de caso em detrimento de alternativas como experimentos ou pesquisas históricas se dá pela natureza do objeto de pesquisa. Por se tratar de um tema contemporâneo, o método da pesquisa histórica pode não dar conta da dinâmica demandada. Além do estudo de caso contar com algumas das técnicas utilizadas pela pesquisa histórica, ele ainda permite utilizar da observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e contar com entrevistas das pessoas envolvidas. A utilização da estratégia de experimento é eliminada, pois embora possa ser útil para pesquisas contemporâneas, tal método exige a possibilidade de manipular o comportamento do objeto, como consideramos improvável a possibilidade de controlar eventos comportamentais, tal método também foi descartado.

As condições adversas impostas pela pandemia do Coronavírus tem exigido formas flexíveis para a coleta de dados. Os questionários aplicados e as entrevistas semiestruturada foram realizados à distância, utilizando-se do aplicativo de conversas *WhatsApp*. Quatro estudantes do ensino médio noturno e matutino da Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva, com idade entre 17 e 18 anos, participaram da pesquisa.

4.1 Juventude e escola: especificidades da educação na periferia

A Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva é uma das principais escolas da região do bairro Jardim Teresópolis em Betim. O colégio atende mais de mil alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

De acordo com IBGE (2010b) o município de Betim tinha 70 aglomerados subnormais, habitados por 43.713 pessoas distribuídas em 13.045 domicílios. A maior parte da população betinense residente em aglomerados se encontra na região do Jardim Teresópolis, sendo este um dos maiores aglomerados de Minas Gerais.

A aproximação com os jovens entrevistados foi mediada por uma professora da escola Professora Lourdes Bernadete da Silva, que se prontificou a indicar alguns alunos do turno da noite, posteriormente indicando também um aluno estudante do turno da manhã. Devido à excepcionalidade da pandemia e por atenção aos protocolos de segurança e distanciamento, toda a coleta de dados junto aos jovens foi feita através do aplicativo de conversas *WhatsApp*.

Aos jovens foram enviados um questionário com 30 perguntas e um conjunto de 20 questões que abordam os temas escola e trabalho. Por respeito à contribuição dos participantes e com o intuito de manter o sigilo de suas identidades, definimos nomes fictícios pelos quais nomearemos nossos sujeitos.

Os sujeitos da pesquisa:

Entre os sujeitos que participaram da pesquisa, respondendo ao questionário sobre dados familiares e pessoais e à entrevista semiestruturada, há alguns elementos que os aproximam. Além de todos serem moradores do mesmo bairro, estudantes da mesma escola e não estarem empregados, percebemos que todos são solteiros, não tem filhos, são de famílias que tem rendimentos de um a dois salários mínimos mensais e com a escolaridade dos pais variando entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo. Todos os nossos sujeitos tem pelo menos um irmão, são cristãos evangélicos, moram com suas mães e tem seus responsáveis legais (pai, mãe ou padrasto) como provedores do seu sustento.

Rosa é uma jovem de 18 anos, negra, moradora do Jardim Teresópolis há 2 anos e estudante do Lourdes Bernadete³⁵ há 5 anos, onde ingressou pela primeira vez em 2013. A jovem é estudante do horário noturno, está terminando o ensino médio e é filha de pais separados, sendo a primogênita de 4 filhos. Rosa mora com a mãe e o padrasto; a mãe de Rosa é dona de casa e seu padrasto é loneiro³⁶, a renda da família é de até dois salários mínimos.

João é um jovem de 17 anos, negro, morador do Jardim Teresópolis há 13 anos e ingressou no Lourdes Bernadete em 2015, no 6º ano. O jovem está na 3ª série do ensino médio no turno da manhã, vive com os pais e é o mais velho de dois irmãos. Os principais responsáveis pelo sustento da família de João são seu pai e sua mãe; sua mãe é empregada doméstica e seu pai é manobrista em uma grande empresa de transporte e armazenagem de veículos que atua principalmente junto à FIAT em Betim. A renda da família é de até dois salários mínimos.

Matheus tem 17 anos, se define como pardo, é morador do Jardim Teresópolis desde que nasceu e estuda no Lourdes Bernadete desde que iniciou a vida escolar, em 2009. Atualmente o jovem está na 3ª série do ensino médio noturno. Matheus vive com sua mãe, tem um irmão e é o filho mais velho pela parte materna; pela parte paterna tem mais dois irmãos, sendo o filho do meio. Matheus mora com a mãe e o padrasto, habitando uma casa alugada, onde os principais responsáveis pelo sustento da família são o padrasto, que é pedreiro e a mãe, que trabalha em uma lanchonete. A renda média da família é de até dois salários mínimos.

Guilherme é um jovem de 18 anos, morador do Jardim Teresópolis e estudante da 3ª série do ensino médio no Lourdes Bernadete no horário noturno, onde ingressou em 2018. Não

³⁵ Deste ponto até o final do subcapítulo, iremos nos referir à escola de nossa pesquisa apenas como Lourdes Bernadete. Percebemos que o nome completo da escola, Professora Lourdes Bernadete da Silva, quase nunca é utilizado. Entre os jovens de nossa pesquisa, funcionários da escola e a comunidade do bairro em geral, o nome da escola é sempre abreviado como “Lourdes” ou resumido em “Lourdes Bernadete”.

³⁶ Denomina-se “loneiro” o profissional que trabalha com lonas, seja vendendo, reformando ou fabricando esse material, muito utilizado por caminhoneiros e diversos outros profissionais para proteger as cargas.

temos mais informações biográficas sobre Guilherme pois o jovem preferiu não responder o questionário sobre dados pessoais e familiares. Guilherme apontou que o questionário era demasiado pessoal e optou por realizar apenas a entrevista semiestruturada.

Sobre a importância que os jovens atribuem à escola, percebemos ambiguidades similares às que demonstramos anteriormente nos estudos de Ramos (2018), Pereira e Lopes (2016) e os conflitos apontados por Dayrell (2007).

Ao ser questionada sobre a importância da escola, Rosa traz uma concepção que atribui à instituição seu papel clássico de detentora e reprodutora de saberes e também formadora para a vida, reconhecendo sua importância na socialização dos indivíduos. “Bom, a escola é a primeira passagem da vida né?! Acho que a escola é essencial pra qualquer pessoa. Além de conteúdos educativos, acabamos aprendendo também a conviver com as pessoas e como tratá-las”.

A visão de João se aproxima da de Rosa no que tange à importância da escola; “em minha opinião, a escola é uma instituição que tem a função de inserir as crianças e os jovens na sociedade, ajudando eles a ter o conhecimento e educação necessários para convivência social”. Ainda a respeito da relevância da escola, Matheus afirma: “super importante, é um lugar que você vai ter muito conhecimento, vai ter um ensino médio completo isso já é importante no currículo e sem falar que na escola você tem um convívio social que é bastante importante”. Assim, a escola é associada a dimensões que vão além dos conteúdos curriculares, realçando a convivência como valiosa.

Como já demonstrado nos estudos de Freitas, Batista e Melo (2016) a dimensão socializante é vista como parte fundamental da escola. Na intenção de escaparmos de reducionismos que atribuem à escola papéis pré-determinados, nos inclinamos à compreensão de Laval (2019), em que a escola, por unir todas as dimensões humanas - mesmo que seja especializada na transmissão de conhecimentos - é por excelência o espaço do complexo.

Caberia, em outras investigações, interrogar se a forma positiva com que os jovens percebem a dimensão socializante na escola - o que inclusive fica evidenciado como um dos elementos que os fazem se interessar pelo espaço escolar - é um fenômeno surgido do prazer em conviver com iguais e das possibilidades que tal experiência proporciona, ou se essa percepção estaria ligada às novas atribuições que a escola assume em um contexto que o mercado ganha cada vez mais influência sobre as políticas públicas, em especial sobre a educação. Como nos lembra Laval (2019)

A partir do momento que a “competência profissional” não se resume aos conhecimentos escolares, mas depende de “valores comportamentais” e “capacidade de ação”, a escola é obrigada a adaptar os alunos aos comportamentos profissionais que serão exigidos mais tarde. (LAVAL, 2019, p. 81).

Como já apontamos, o quadro de reestruturação do capital a partir dos anos 1970 compreendido como acumulação flexível (Harvey, 2016), toyotista (Antunes, 2009) ou pós-taylorista (Laval, 2019) implica em uma remodelação que não se restringe ao âmbito produtivo. A escola sofre influência das novas tensões advindas do mundo do trabalho e busca coerência com as novas demandas. Segundo Silva (1999), características como flexibilidade, espírito crítico, adaptabilidade a mudanças e capacidade de cooperação são elementos essenciais para o funcionamento da economia neoliberal. Assim, o convívio social que a escola proporciona e que é percebido pelos jovens da pesquisa como uma das qualidades do ambiente escolar, vai ao encontro de demandas da economia de mercado, que na sua forma neoliberal, exige cada vez mais trabalhadores que tenham competências afetivas, que saibam se socializar, se relacionar e que estejam preparados para um mercado de trabalho cada vez mais flexível, dinâmico, ou em outras palavras, precarizado.

O âmbito conflituoso e violento da escola também é apontado por Rosa. Além de lembrar que as brigas são um dos piores momentos, ao expor sua impressão sobre a escola em que estuda, a jovem pontua que “Eu estudo no turno noturno e, sinceramente, é horrível. Os professores são ótimos, mas a maioria dos alunos não levam a sério e atrapalham quem quer estudar de verdade”. A questão do desinteresse de alguns estudantes aparece como empecilho ao aprendizado, expressando o antagonismo entre alunos que desejam estudar e alunos que não desejam. Freire (2011) nos aponta que as distorções da liberdade podem levar à licenciosidade, o que pode culminar na impossibilidade da atividade docente. Ao tentar compreender os mesmos conflitos, Charlot (2008) a partir de uma interpretação da alienação em Marx, atribui a origem dos atritos que impedem o processo de ensino e aprendizagem à falta de sentido que os alunos conferem ao que se passa na escola.

Ao buscar entender a causa dos conflitos dos jovens com a escola, Dayrell (2007) pontua que a ação por parte da instituição em igualar de forma automática as categorias de aluno e jovem colabora para o surgimento de atritos. A condição de aluno implica em uma série de normas e condutas que precisam ser internalizadas, que exigem tempo e inculcação, sendo uma construção história e não uma condição natural. Assim, o jovem não se identifica imediatamente com a condição de aluno, precisando ser transformado em aluno. Tal transformação é atravessada pelos elementos que compõe a condição juvenil, podendo em muitos casos resultar

em contendas ou tumultos, que atrapalham a dinâmica esperada por professores ou alguns alunos, como apontado por Rosa.

Ao expor suas impressões sobre a escola, Matheus a definiu como “ótima, o estudo é bom principalmente no turno da manhã, tem grandes momentos divertidos entre nós alunos as vezes os professores brincam com a gente é isso era ótimo pra quebrar o gelo. E sobre a direção lá é muito responsável”. Matheus e Rosa estudam no período noturno e ao comparar a fala dos dois, mesmo não tendo sido questionados sobre qual horário considerariam melhor para estudar, fica evidente a comparação do horário matutino com o noturno e uma crítica ao último. Nos chama atenção também o cuidado de exaltar o papel do professor e a ênfase das estratégias utilizada pelos docentes para tornar o clima da sala mais aprazível.

Tanto Guilherme como João também demonstraram um olhar positivo sobre a escola em que estudam, se limitando a destacá-la como “boa” e “ótima” e se referindo à relação entre alunos e professores também como ótima. A respeito destas relações, Matheus às destacou como “ótima, a maioria dos professores são bem pacientes e tenta ter uma boa relação com nós alunos”. Segundo Rosa, por parte dos professores, há “uma ótima relação com a grande maioria dos alunos. Todos os professores são muito educados e simpáticos. Gosto de todos eles”. O destaque aos professores pode revelar um dos motivos que levaram os jovens à uma avaliação elogiosa da escola. Paro (2001) ao comparar o trabalho no sistema capitalista com o processo educativo, revela a necessidade da motivação para construção de um espaço efetivamente de aprendizado.

Em outras palavras, diferentemente da produção material em geral, em que o produto pode ser realizado com base exclusiva em motivações extrínsecas, isso não se dá com a educação porque esta supõe a motivação intrínseca como um de seus componentes. Além disso, se, na produção material, motivações extrínsecas violadoras da condição de sujeito do produtor (autoritarismo, ameaças, punições) podem não comprometer a qualidade do produto, na produção educativa isso é inimaginável. Um trabalhador na indústria, por exemplo, pode não ter nenhum interesse no produto que realiza e, mesmo assim, por sua condição de submissão ao capital e pela necessidade do salário para sobreviver, ser compelido (de forma autoritária e sob coerção) a produzir bens cuja qualidade é controlada pela gerência. Obviamente, sua falta de motivação e seu descontentamento podem levá-lo a certa ineficiência, desperdiçando tempo ou recursos – e, sabendo disso, a própria gerência moderna procura métodos menos autoritários (ou mais aliciadores) para motivá-lo. Mas o alcance da qualidade do produto é sempre possível e sempre detectável pelo exame de suas propriedades. Diferentemente disso, no caso da produção educativa, não apenas a motivação intrínseca deve estar necessariamente presente – porque, pelas características do produto educativo que vimos analisando, o querer aprender compõe o próprio produto que se

deseja plasmar -, mas também a natureza de possíveis motivações extrínsecas não é indiferente à qualidade do produto. (PARO, 2001, p. 44-45).

Entre as ações que motivam os jovens participantes da pesquisa a se interessarem pela escola, os momentos lúdicos, especialmente ligados a atividades fora da sala, foram ressaltados. Ao serem pedidos para que apontassem algumas experiências boas que já vivenciaram na escola, Rosa e Guilherme lembraram das gincanas. Segundo Rosa “as gincanas são ótimas e bastante divertidas”, enquanto Guilherme frisou que a “gincana é algo que a escola faz e deixa a maioria dos alunos animados, já que fugimos da rotina escolar para ‘brincar’”. Nos chama atenção que as gincanas foram citadas espontaneamente, como um momento que proporciona diversão e brincadeiras, permitindo escapar de uma rotina que parece enfadonha.

O fato de os bons momentos da escola estarem ligados a atividades recreativas, que permitem fugir do rigor conteudista das salas, foi lembrado no estudo de Freitas, Batista e Mello (2016) quando apontado que o papel socializante da escola é lembrado como um dos elementos que demonstram a satisfação dos jovens com o ambiente escolar. Lembramos que o estudo citado indicou que o relacionamento com os colegas foi a opção mais lembrada quando os jovens foram perguntados sobre o que mais gostam na escola, logo em seguida foi citado o relacionamento com os professores.

Ao apontar algumas experiências boas que vivenciou na escola, Matheus nos indica que “são as turmas, fiz grandes amigos sempre tive boas relações com a maioria tanto que quando encontro eles a gente sempre lembra o passado. Curtia muito as gincanas nos finais do ano, os campeonatos de futsal entre as salas, as aulas de debate, curtia muito”. A fala de Matheus revela que a escola mantém uma regularidade na realização das gincanas, o que se mostrou positivo diante dos apontamentos afetuosos dos alunos sobre esse evento. Além de exaltar as atividades que envolvem ações dinâmicas fora da sala, como as gincanas e campeonatos de futsal, a fala de Matheus revela uma característica pessoal, de quem é frequentador do mesmo espaço há muito tempo.

Matheus nos alertou no início da entrevista que sempre estudou na mesma escola, onde ingressou há quase 11 anos. Indicando as boas experiências vivenciadas no ambiente escolar, o jovem destacou as amizades construídas nesse espaço e as conversas sobre o passado que surgem quando esse círculo se encontra. Percebemos que as recordações dos bons momentos são compartilhadas por amigos de Matheus, certamente não pela mesma perspectiva, mas demonstrando que os anos na escola servem para construir laços que se mantêm por longos períodos, tendo nas experiências compartilhadas um ponto de convergência. O estudo de Pereira

e Lopes (2016) apontou que 72% dos jovens vão à escola para fazer amigos, demonstrando que para além das expectativas de futuro e crescimento pessoal, o espaço escolar é associado à construção de laços afetivos.

Ainda sobre as boas experiências vivenciadas na escola, Matheus destacou as aulas em que ocorriam debates e João apontou “os momentos com meus colegas, trabalhos que já apresentei e etc”. Cabe aqui observar que embora os momentos fora da sala sejam os mais lembrados, quando os momentos dentro da sala são indicados, se revela uma postura ativa dos jovens, distanciando-se da posição de ouvintes passivos. É revelador que quando as boas experiências vivenciadas na escola são remetidas ao espaço interno das salas de aula, se traduzam em momentos que o jovem está participando de debates ou apresentando trabalhos. Dessa forma, as exigências que culminam na obrigatoriedade de uma postura receptora, onde o jovem se porta como aluno ouvinte, não parecem resultar em uma experiência aprazível.

Não faz parte do esforço de nossa pesquisa, buscar compreender quais os objetivos da coordenação escolar ao promover atividades que colocam os jovens fora da sala e proporcionam situações de interação e diversão. Portanto, não afirmamos que tais ações sejam estratégias para motivar os jovens a se envolverem ou se sentirem mais acolhidos dentro da escola. Fato é que, momentos recreativos, de competição, que possibilitam brincadeiras, que priorizam o espaço extra-sala ou que permitem ao jovem uma posição ativa dentro de sala, foram os mais lembrados quando os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre as experiências boas que vivenciaram na escola.

Buscamos levantar informações sobre as relações entre a escola e o bairro em que está inserida. Ao serem questionados sobre como percebem o papel da escola na sua comunidade, os jovens foram unânimes em considerar que a escola se envolve com os problemas do bairro. Assim, sobre a percepção dos jovens sobre o envolvimento de sua escola com a comunidade, chegamos a uma conclusão diferente da apontada por Ramos (2018).

De acordo Ramos (2018), na visão dos jovens da periferia, a escola se revela como um espaço que se mantém distante dos problemas da comunidade em que se encontra e demonstra pouco interesse por problemas considerados juvenis. Neste estudo, metade dos jovens entrevistados alegaram que a escola está mais ou menos ligada nas questões da atualidade, enquanto apenas 10% dos participantes alegaram que a escola entende muito os problemas da comunidade. Tais dados são coerentes com as observações de Machado (2010), quando aponta que a maior parte das instituições escolares são alheias às problemáticas sociais da região onde estão inseridas.

Ao contrário do que indicam os dados de Ramos (2018) e as reflexões de Machado (2010) sobre a indiferença das escolas com suas respectivas regiões e a negligência com os problemas da comunidade, percebemos, a partir de nossas entrevistas, uma perspectiva diferente. Todos os nossos entrevistados consideraram que a escola se envolve com os problemas do bairro.

Segundo Rosa, “Como é uma das únicas escolas no bairro, o Lourdes tem um papel essencial na comunidade. Sim, temos uma matéria especial na escola chamada Diversidade, ela envolve problemas sociais e fazemos vários debates.” Diante a mesma questão, Matheus explicou “as vezes recebíamos palestras, falando sobre à vida, educação sexual, quando estudei à noite nós tínhamos aula de diversidade que falava sobre relação do dia à dia, geralmente tínhamos bastantes conselhos dos professores, sempre me sentir bem lá”. Dessa forma, temos alguns elementos que nos dão algumas pistas de como os jovens percebem a relação escola-comunidade.

As atividades que a escola promove com o intuito de debater “problemas sociais” ou exposições “sobre a vida”, sobre educação sexual, sobre a “diversidade” e “relações do dia a dia” são assimiladas como formas da escola se envolver com os problemas da comunidade. Embora todos os jovens concordem que a escola se envolve com os problemas do bairro, ao serem perguntados sobre como descreveriam o papel da escola na preparação dos jovens para o trabalho, Guilherme afirmou: “Miserável. A escola não se preocupa em nos ensinar sobre o mercado de trabalho e nem sobre educação financeira”. Rosa e João ao serem questionados se conversam com professores sobre trabalho e emprego, afirmaram “não muito”.

Como já analisamos no primeiro capítulo, o desemprego é um dos principais problemas sociais hoje e de acordo com IBGE (2020a) e IBGE (2019b) afeta principalmente os jovens de 18 a 24 anos. Dessa forma, nos chama atenção que ao mesmo tempo os jovens reconheçam que a escola se envolve com os problemas da comunidade, inclusive afirmando que ela aborda problemas sociais, mas também reconheçam que a mesma escola não se preocupa em abordar o tema do trabalho e emprego, ou que esses assuntos apareçam pouco nas conversas com professores.

Segundo Corrochano (2014), o desemprego para a juventude sofre influências da classe social, da cor/raça, do sexo, dos níveis de escolaridade e das regiões de moradia, podendo-se definir o desemprego juvenil como plural. Se concluirmos que os jovens mais afetados pelo desemprego e os que mais reservam expectativas quanto sua entrada no mercado de trabalho, são aqueles que, pelos recortes indicados, correspondem aos grupos mais estigmatizados, como;

moradores da periferia, negros, pobres e mulheres, identificaremos uma similaridade com o perfil dos nossos sujeitos.

Mesmo sem adentrar nas especificidades abordadas quando os jovens participam das ações promovidas pela escola para debater “problemas sociais”, fica claro que um dos principais problemas que aflige a juventude - o problema estrutural do desemprego dos jovens que é agravado em uma conjuntura de recessão e crise econômica – não parece fazer parte das prioridades abordadas pela escola. Assim, embora os jovens acreditem que a escola se preocupa com os problemas do bairro, falta por parte da escola aquilo que Freire (2011) chama atenção ao pensar a relação das escolas com os estudantes das classes populares; a necessidade de se levar em consideração a realidade objetiva de tais educandos no processo de construção do conhecimento.

Enfim, ao lembrarmos as características dos sujeitos de nossa pesquisa - jovens entre 17 e 18 anos, moradores da periferia, negros, que não trabalham e pertencem a famílias de baixa renda – acreditamos ser urgente que os debates sobre problemas sociais que acertadamente a escola já realiza, sejam reorientados para abarcar de forma mais densa e abrangente um dos principais problemas que afetam a juventude periférica hoje, a saber, a necessidade de trabalhar e a contradição do desemprego.

4.2 Juventude e trabalho: perspectivas dos jovens do Teresópolis sobre o mundo do trabalho.

O objetivo geral de nossa pesquisa é investigar a percepção dos jovens em relação às transformações operadas no mundo do trabalho, bem como na escola de ensino médio situada num bairro periférico da cidade de Betim. Para tanto, buscamos através de entrevista semiestruturada indagar os jovens sobre como tem percebido o trabalho e as contradições que o envolvem.

Os apontamentos feitos no item anterior nos permitem ter uma primeira impressão sobre como o mundo do trabalho surge para nossos sujeitos no ambiente escolar. A escola foi apontada como um ambiente de afetividades, socialização e aprendizado, que exerce um papel importante na comunidade em que está inserida. Conseguimos inferir que mesmo a escola sendo enxergada como envolvida com os problemas do bairro, a temática do trabalho tem pouca ou nenhuma inserção em suas abordagens junto aos alunos. Ao analisarmos os dados sobre trabalho no país, principalmente se nos atermos às informações sobre o desemprego de jovens, acreditamos pouco razoável que este não seja um dos problemas mais relevantes que afligem a

população do Jardim Teresópolis. Portanto, chama atenção, que mesmo deixando de lado um problema central, a escola ainda seja percebida como envolvida com os problemas do bairro.

Já apontamos, de acordo com DIEESE (2020), que a questão do desemprego na juventude não é conjuntural, mas uma realidade estrutural do mercado de trabalho. Além desse fato, ao atentarmos para a conjuntura atual, percebemos a partir dos estudos já indicados que os principais afetados pela atual crise econômica no Brasil, que gera milhões de desempregados, são os mais pobres. No segundo trimestre de 2020, de acordo com IBGE (2020a), a taxa de desocupação no Brasil foi estimada em 13,3% e entre os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos a taxa de desocupação apontou 30% e 35,3% respectivamente. De acordo com IBGE (2021) o trimestre encerrado em novembro de 2020 aponta para o recrudescimento do desemprego. Neste período, a taxa de desemprego foi de 14,1%, o que representa uma estimativa de 14 milhões de desempregados. Como já havíamos indicado, a população jovem é a mais afetada pelo desemprego e a partir dos números mais recentes, percebemos um agravamento deste problema.

Ao atentar para os sujeitos de nossa pesquisa, percebemos que a condição de jovens, negros, da periferia e pertencentes a famílias de baixa renda os coloca no grupo mais exposto ao desemprego. Assim, o fato de a maioria não estar trabalhando no momento da entrevista não indica apenas uma coincidência, mas uma consequência da sua condição juvenil que reflete o momento histórico pelo qual passam. Importante frisar que embora desempregados, a maioria dos jovens da pesquisa tem experiência com o mundo do trabalho.

Matheus e Rosa afirmaram já terem trabalhado. Ambos têm experiência como jovens aprendizes na FIAT, em setores administrativos. Matheus destacou que trabalhou durante dois anos, enquanto Rosa informou que trabalhou por 23 meses e os dois enfatizaram que a experiência foi muito boa. Guilherme não informou se já exerceu algum trabalho remunerado no passado, mas atualmente é proprietário de uma loja online e está se organizando para se cadastrar como Micro Empreendedor Individual (MEI). João é o único que não tem experiência em atividade remunerada.

Indagamos os jovens sobre suas perspectivas sobre o trabalho e obtivemos respostas que revelam um pouco sobre como se projetam diante da necessidade de trabalhar e a importância dessa atividade.

Ao ser perguntado sobre como compreende a importância do trabalho, Matheus indicou que “é ótimo pra ganhar experiência, ter uma relação social com pessoas diferentes, e fora que dá pra ter uma vida financeira”. Diante à mesma questão, Rosa afirmou “eu acho

muito importante, até por questão de saúde mental. No meu caso, depender ‘dos pais’ com 18 anos é muito ruim”, enquanto Guilherme se restringiu a responder que o “trabalho é importante pelo o aperfeiçoamento em uma função”. Ainda sobre a importância do trabalho, João, que ao contrário dos outros entrevistados não tem experiência com o mundo do trabalho, respondeu que “o trabalho é importante para ter uma boa renda financeira e além disso adquirir experiências sociais de vida”. Assim, percebemos alguns elementos de convergência entre jovens que viveram as experiências proporcionadas pelo trabalho e outro que desconhece os elementos empíricos dessa prática.

As falas dos nossos sujeitos sobre a importância do trabalho abarcam alguns sentidos já pontuados anteriormente, quando indicamos que o trabalho é compreendido pelos jovens periféricos como atividade que está além de uma forma garantidora de renda. Sobre os significados que os jovens de baixa renda atribuem ao trabalho, Corrochano (2014) nos lembra que para além da necessidade de contribuir com a manutenção da família, está a possibilidade de independência e realização pessoal. O trabalho é pressuposto para que o jovem possa se realizar através do consumo, sem depender do aval ou do auxílio dos pais.

As indicações de que o trabalho garante “uma vida financeira” ou de que ele permite se desprender da dependência dos pais “com 18 anos” são indicativos de que o trabalho é condição prévia para a independência. Importante frisar que Rosa e Matheus tiveram experiências como jovens aprendizes³⁷, atuando na FIAT através de diferentes instituições. Rosa trabalhou na FIAT através do Instituto Ramacrisna³⁸, enquanto Matheus atuou na mesma empresa através do Instituto Árvore da Vida³⁹.

Matheus trabalhava no setor conhecido como Diretoria de Administração e Finanças (DAF), onde era encarregado da recepção e da organização do setor. Rosa era auxiliar administrativa no setor de Vendas e Empregados, responsável pela venda de carros novos com descontos especiais para empregados da própria FIAT. Ao narrar um pouco de sua rotina, Rosa

³⁷ A Lei 10.097/2000 impõe que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens de 14 a 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar até dois anos, caso o jovem seja estudante, as condições de trabalho devem ser compatíveis com os estudos e são assegurados todos os direitos da CLT.

³⁸ O Instituto Ramacrisna é tradicional na cidade de Betim. Funcionando no município desde os anos 1960, o instituto que atua também em outras cidades da região metropolitana de Belo Horizonte trabalha junto a comunidades em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de projetos profissionalizantes, culturais, de esportes, de lazer e de geração de trabalho e renda.

³⁹ O Árvore da Vida nasceu em 2004 como um programa de responsabilidade social do grupo FIAT, junto à comunidade do bairro Jardim Teresópolis, oferecendo atividades socioeducativas e fomentando a geração de emprego e renda. Em 2017 esse programa de relacionamento se transformou no Instituto Árvore da Vida, sendo gerido por pessoas que o acompanhavam desde seu início e por representantes da comunidade. O Instituto deu continuidade às iniciativas do antigo programa, atuando no desenvolvimento de atividades socioeducativas e no incentivo à geração de emprego e renda na região do Jardim Teresópolis.

destaca “eu mexia muito no computador e telefone. Checava e-mails, cuidava da papelaria do setor, ordem de manutenção em geral, ligava para os clientes, cuidava das planilhas. Buscava café. No mais era isso mesmo”.

A rotina de Rosa como auxiliar administrativa exige uma movimentação maior do que a de Matheus como recepcionista; um posto fixo que pode colocá-lo em contato com diferentes pessoas, mas que limita a diversidade das práticas que vivencia no ambiente de trabalho. Embora possamos perceber uma diferença no grau de polivalência exigido de cada um, quando questionados se gostaram da experiência que vivenciaram, ambos foram assertivos em elogiar o tempo que passaram trabalhando. Após explicar sua rotina, Matheus foi perguntado se gostou de trabalhar naquele espaço, ao que respondeu imediatamente “demais”. Após narrar suas tarefas, também questionamos Rosa se ela gostou da experiência de estar ocupada com aquelas atividades, afirmando: “Eu amava. Eu aprendi tanta coisa e evolui muito, tanto no quesito profissional como no pessoal também. Foi incrível”.

O reconhecimento por parte de Rosa e Matheus de que a experiência de trabalho foi positiva e que os engrandeceu tanto profissionalmente como pessoalmente, demonstra a dimensão edificante que o trabalho concentra. Se atentarmos especialmente para o relato de Rosa, onde o trabalho exercido foi indicado como experiência que proporcionou aprendizado pessoal, encontramos ali coerência com o caráter já apontado por Marx (2013a), que assinala o trabalho como momento da objetivação da subjetividade humana, onde homens e mulheres constroem suas condições materiais e espirituais de vida.

Como já esboçamos no primeiro capítulo, o trabalho na concepção marxista não deve ser compreendido fora do seu momento histórico, o que nos obriga a reconhecer a dimensão alienante e estranhada dessa atividade central dentro da atual realidade orientada pelo capital. Mas se a alienação - ou seja, a negação de si mesmo - é fato que compõem a existência humana por toda a história e de forma mais contundente dentro da sociedade capitalista, como interpretar os relatos apontados pelos jovens, que ilustram a experiência de trabalho como momento de realização e satisfação?

Segundo Vázquez (2011) Marx corrobora Hegel quando compreende que o ser humano é produto do seu próprio trabalho, mas também o confronta, apontando que a tradição hegeliana não percebe o aspecto negativo do trabalho, exaltando somente seu lado criador. Assim, interpretando Marx, Vázquez (2011) indica que a produção de objetos e relações sociais tem sim uma dimensão alienante, onde o ser humano se nega, mas também conserva uma grandeza onde ele se afirma, de modo que não se deve pensá-lo como pura negação ou

afirmação.

Se o trabalho humano fosse marcado por uma negatividade absoluta – perda total do humano, degradação em um sentido total ao nível de animal ou de coisa -, não poderíamos conceber o modo como pode produzir o homem enquanto homem. Pode-ser-á objetar que Marx fala justamente da perda do humano, entendida como animalização da existência – transformação do humano em animal -, mas essas expressões devem ser tomadas no sentido de um descenso ao nível mais ínfimo do humano, não no sentido de que o homem tenha literalmente o estatuto ontológico do animal ou coisa. Mesmo estando alienado, o homem continua sendo um ser consciente, ativo; se bem que consciente não no sentido humano – propriamente criador – de sua atividade. Ainda que em um plano impróprio, alienado, ainda que em nível íntimo, está do lado humano. Só o homem se aliena, e apenas ele, porque é o produto do seu próprio fazer, de seu trabalho; justamente por que ele faz o seu ser – em poucas palavras, por ser um ente histórico -, o homem se encontra em um processo de produção de si mesmo, isto é, de humanização, dentro do qual pode encontrar-se em níveis humanos tão ínfimos como o do homem alienado ou coisificado. (VÁZQUEZ, 2011, p.127)

Para compreendermos melhor a contradição apontada, onde o trabalho se apresenta como momento de realização e negação do ser humano, acreditamos necessário um breve esclarecimento sobre as distinções entre objetivação e alienação. Segundo Vázquez (2011) a objetivação torna possível a alienação, pois o ser humano só se torna ser humano quando objetiva suas forças essenciais e genéricas, às empregando através da práxis. A objetivação é o momento em que os seres humanos estabelecem relação uns com os outros, pois para afirmar sua humanidade, o ser humano não pode se restringir à sua subjetividade, ele precisa objetivar-se, e nesse momento ele se faz presente como ser social, entrando em contato com outros através da produção. Desse modo, o comportamento humano diante essas forças objetivadas como objetos, como se fossem alheios ou indiferentes a seus criadores, torna possível a alienação.

Assim, como apontado pelos jovens, o trabalho se conserva como ensejo de realização, de criação de sentido pra vida e meio edificante do espírito, mesmo que conserve intrinsecamente uma dimensão alienante, como a tradição teórica marxista sustenta.

Nos chama atenção que os dois jovens de nossa pesquisa que vivenciaram a experiência de trabalhar em uma grande empresa, tenham obtido essa oportunidade através de instituições que tem como foco principal a preparação de jovens para o mercado de trabalho. Foram citados o Instituto Ramacrisna e o Instituto Árvore da Vida, duas instituições famosas e atuantes na capacitação dos jovens carentes da cidade de Betim. Entre as duas importantes instituições, acreditamos interessante analisar um pouco mais o Instituto Árvore da Vida, pois além de ser uma instituição que se originou no interior da comunidade do Jardim Teresópolis, por

iniciativa da FIAT, percebemos ao conversar com várias pessoas da comunidade que se trata de uma instituição que goza de prestígio e respeito diante os moradores do bairro, inclusive sendo bem quista pelos jovens.

Importante frisar que não faz parte das pretensões de nossa investigação analisar as especificidades ou pretensões das instituições que atuam na capacitação de jovens e adolescentes para o mercado de trabalho. Porém, ao perceber que uma instituição em específico tem grande inserção na comunidade que estudamos, inclusive tendo sido formadora e responsável pelo primeiro emprego do jovem Matheus, decidimos por esboçar algumas breves informações e indagações a seu respeito.

A obra “O Mundo pode ser melhor - Árvore da Vida: a experiência da Fiat Chrysler” é um relato do idealizador da instituição, Marco Antônio Lage, que foi diretor de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade do grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA)⁴⁰ para a América Latina. O livro aponta as causas que levaram Lage, em 2004, a propor junto ao grupo FCA a criação de uma instituição que atuasse diretamente dentro da comunidade do Jardim Teresópolis e como os valores do grupo FCA serviram de norteadores para a implantação e expansão do projeto.

O Árvore da Vida nasce de uma estratégia que desviou vários investimentos que o grupo FCA mantinha em comunidades espalhadas pelo país, para concentrá-los somente no Jardim Teresópolis, em Betim. Em outras palavras, a montadora de veículos que mais crescia no Brasil no início dos anos 2000 e se tornou a líder de vendas no mercado automobilístico em 2004⁴¹ – mesmo ano em que se inicia o Árvore da Vida - decidiu por não expandir seus investimentos na área social e descontinuar vários projetos, a fim de criar um único programa que servisse de vitrine nacional.

O dinheiro que a FIAT investia na área social não era pouco. Seria suficiente para começar a grande aventura que propus, o que só ocorreu de fato a partir do segundo ano. A princípio, era preciso fazer uma escolha e interromper programas culturais e de educação no trânsito que a empresa realizava em escolas públicas das principais capitais do Brasil. Eram ótimos projetos, empreendidos com grande competência, mas tímidos e de pouco alcance.

⁴⁰ A Fiat Chrysler Automobiles – FCA, nasce em 2014 após a incorporação do Grupo Chrysler pelo Grupo FIAT. Embora a absorção do grupo americano pelo grupo italiano tenha transformado a sigla FIAT em FCA, no âmbito comercial a marca FIAT conservou sua identidade e continuou se apresentando da mesma forma. O Grupo FCA perdurou até janeiro de 2021, quando se fundiu com outro grupo de montadoras, fazendo surgir o Grupo Stellantis, composto por 14 marcas e ocupando o quarto lugar mundial na venda de automóveis. Utilizaremos a sigla FCA ou Stellantis no lugar de Fiat somente quando estivermos nos referindo a alguma obra ou autor que tenha feito essa escolha.

⁴¹ A FIAT foi a montadora de veículos líder do mercado entre 2004 e 2015. O período de liderança nas vendas de carros novos no Brasil coincide com o momento em que foi lançado o Árvore da Vida e com os balanços de uma década do programa, esboçados na obra aqui analisada.

Naquele momento, eu estava convicto de que era melhor atuar para fazer a diferença em um lugar específico do que privilegiar uma maior amplitude territorial de forma difusa, sem capacidade de mensuração. Era preciso ser decisivo e fazer diferença na educação e na qualidade de vida das pessoas vizinhas à fábrica da Fiat em Betim. (LAGE, 2015. p. 49-50).

Dessa maneira, os fundamentos que orientaram a fundação do *Árvore da Vida* partem de uma concepção voluntarista, que enxergam a periferia como território de risco, reproduzindo estigmas que a princípio impossibilitariam a compreensão da dinâmica real da comunidade. Entre os objetivos que motivaram a criação do programa, seu idealizador assume

Na prática, meu objetivo era acolher um menino sem esperança e levá-lo a descobrir o melhor sentido para a sua vida. Ser engenheiro, educador, empresário ou jardineiro. Cantor, ator ou jogador de futebol. O céu seria o limite para um garoto cuja mais fácil opção de ascensão social era ser protagonista do tráfico de drogas (LAGE, 2015. p. 58-59).

Percebemos que as contradições históricas que culminam na constituição das periferias, como apontado anteriormente por Santos (1993), Rolnik (2010) ou Harvey (2013) são ignoradas na idealização do *Árvore da Vida*, criando uma interpretação que naturaliza um fenômeno que é calcado na concentração e distribuição desigual da riqueza. Ao ignorar as raízes que constituíram o espaço, os sujeitos que o habitam também são enxergados de modo a-histórico e destinados a uma realidade dicotômica, onde emergem preconceitos, impossibilitando a percepção do que Almeida (2011) chama de “cultura de periferia”. Assim, resta um território precário, habitado por jovens que por não poderem realizar seus sonhos, serão protagonistas da criminalidade.

[...] Essas crianças são facilmente cooptadas pelo tráfico de drogas. [...] Esses meninos são moldados pela opressão das condições sociais e fadados a reproduzir o estigma que o bairro carrega de ser um lugar violento onde o tráfico impera, onde o único caminho de visibilidade na sociedade é trilhado por meio de atividade ilícitas. (LAGE, 2015. p.106).

Ao identificar o pauperismo da principal comunidade adjacente à FCA e após reavaliarem as ações mantidas pela empresa ao redor do país, os idealizadores do *Árvore da Vida* iniciam os primeiros contatos com o bairro, através de conversação com algumas lideranças locais. Interpretamos que o projeto foi orientado por uma compreensão redentora da educação, como apontado por Charlot (2008) e pelo que Frigotto (2006) define como teoria do capital humano, ou seja, uma teoria da educação que esconde a dinâmica das relações de produção ao mesmo tempo que se orienta pelos interesses de mercado.

O projeto, além de propor o estímulo de variadas vocações, como apontado acima,

pretende principalmente a formação para o trabalho. Nesse ponto, a indicação de seu principal inventor expõe a forma como o projeto planejou sua articulação junto aos jovens do bairro “o sonho era educar e qualificar jovens da comunidade para mais tarde recebê-los como profissionais do polo automobilístico em pleno funcionamento” (LAGE, 2015. p. 50). Ao prever para os jovens do bairro um futuro de pobreza e delinquência, a empresa assume papel filantrópico, agindo na formação desses sujeitos para que assimilem as características exigidas para compor o efetivo da própria empresa. Assim, a possibilidade de vender sua força de trabalho para a maior montadora de veículos do país é apresentado como redenção para os jovens que têm uma vida marcada pela pobreza, com grandes chances de se inclinarem à delinquência.

Segundo Lage (2015), com base em pesquisa de impacto realizada pelo Instituto Polis entre 2004 e 2014, mais de 21 mil pessoas foram diretamente beneficiadas pelo *Árvore da Vida*. Foi ofertado capacitação profissional para 1.578 alunos, 952 jovens se formaram como jovens aprendizes, 1.442 pessoas do Jardim Teresópolis se inseriram no mercado de trabalho e foi ofertado cursos e oportunidades de profissionalização a 561 empreendedores da região. Ainda de acordo com Lage (2015), entre todas as famílias do Jardim Teresópolis, 74% apontaram a qualificação profissional como a atividade de maior potencial transformador na vida dos moradores do bairro e em 2013, 44,3% das famílias com algum membro participante do *Árvore da Vida* disseram que o programa colaborou para o aumento da renda familiar

A forma como os preceitos dessa e de outras instituições moldam o olhar do jovem a respeito do trabalho e influem no modo como se vivencia as experiências do mundo do trabalho é um problema que ultrapassa a alçada de nossa pesquisa, embora seja tema oportuno para investigações futuras.

Entre os sujeitos que entrevistamos, que contam com alguma experiência de trabalho, Guilherme não vivenciou o trabalho formal, mas iniciou por conta própria um negócio, se inserindo no setor de serviços. O jovem nos contou que é dono de uma loja virtual que comercializa produtos eletrônicos há mais de um ano e que estava no processo de organização para se formalizar como micro empreendedor individual (MEI).

De acordo com Datasebrae (2019) entre os jovens empreendedores de 18 a 29 anos, 41% buscaram empreender pois queriam ser independentes, enquanto 28% buscaram essa opção pois precisavam de uma fonte de renda. Segundo o levantamento sobre

empreendedorismo no Brasil no ano de 2019, organizado por GEM (2020)⁴², a principal motivação para iniciar um negócio entre os empreendedores iniciais⁴³ seria “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”. Essa opção foi apontada por 86% dos pesquisados, seguida por “fazer a diferença no mundo”, indicada por 49,6% dos participantes da pesquisa.

O estudo GEM (2020) indica que no ano de 2019, entre os empreendedores iniciais na faixa etária de 18 a 24 anos (grupo que abrange o exemplo de Guilherme) 88,8% responderam que buscaram iniciar um empreendimento “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, enquanto “fazer a diferença no mundo” foi apontado por 57% dos jovens participantes. A pesquisa ainda aponta que 90% daqueles que têm o ensino fundamental incompleto até o ensino médio responderam que a falta de emprego foi o que motivou a abertura de um empreendimento, enquanto no grupo com ensino superior completo ou mais, esse motivo representou 77% das respostas. Assim, entre os jovens, a iniciativa de começar um negócio para garantir alguma renda é quase 3% superior à média geral e quanto menor o grau de escolaridade maior a necessidade de improvisar algum ganho.

Ao perceber que a necessidade de arranjar alguma fonte de renda é agravada pela escassez de empregos e que esse problema incide principalmente sobre os jovens de 18 a 24 anos, identificamos a confirmação dos dados sobre desemprego já apontados anteriormente. Segundo IBGE (2019b), IBGE (2020a) e IBGE (2021) os jovens de 18 a 24 anos são os mais afetados pelo desemprego no Brasil e os números de GEM (2020) corroboram a tese de que a pouca oferta de emprego para os jovens é um problema estrutural DIEESE (2020), que pode se agravar em conjunturas adversas, como a enfrentada pelo país nos últimos anos.

Anteriormente, já apontamos algumas considerações a respeito da precarização, que travestida de liberdade e empreendedorismo, afeta principalmente os jovens de origem pobre. Acreditamos que os dados apresentados por GEM (2020) reforçam a intenção eufemística por trás do conceito de empreendedorismo, pois se propõem a reinterpretar uma condição de pauperismo, transformando-a em uma situação positiva.

⁴² O Global Entrepreneurship Monitor – GEM é um consórcio de grupos de pesquisadores sobre empreendedorismo vinculados à diversas instituições acadêmicas e de pesquisa de mais de 100 países. O GEM se define como a única pesquisa de âmbito global que recolhe seus dados diretamente com os empreendedores. A pesquisa analisada aqui foi realizada no Brasil através do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) com apoio do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

⁴³ De acordo com as definições do GEM, empreendedores iniciais são aqueles que estão à frente de um empreendimento por menos de 42 meses de existência e são divididos em empreendedores nascentes e empreendedores novos. Os empreendedores nascentes são proprietários ou envolvidos na criação do empreendimento que ainda não remunerou seus proprietários por mais de três meses. Os empreendedores novos são os donos e administradores do novo negócio, que já remunerou de alguma forma seu proprietário por um período superior a três meses e inferior a 42 meses.

A pesquisa GEM 2019/20 é a maior e mais importante pesquisa feita sobre empreendedorismo no mundo. Em duas décadas de realização no Brasil, os dados de 2019 mostram que este foi um ano de resultados extremamente positivos para o universo do empreendedorismo. Podemos dizer que o maior deles é que o Brasil atingiu a sua 2ª maior Taxa de Empreendedorismo Total. Isso significa dizer que 38,7% da população adulta estava envolvida de alguma forma com a atividade empreendedora. Verificamos também maior Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA, do inglês, Total Early - Stage Entrepreneurial Activity) desde o início da série histórica, em 1999. Estimular o empreendedorismo no país sempre foi um dos objetivos do Sebrae e estão aí alguns resultados: em 2019, 23,3% da população adulta estava à frente de um negócio com até 3,5 anos e/ou envolvido na criação de um (a maior TEA, em 20 anos). Em 2002, apenas 13,5% da população adulta fazia parte dos Empreendedores Iniciais. (GEM, 2020, p. 9).

Demonstramos que Harvey (2016) e Paro (1999) ajudam a ilustrar o modo como acontece o processo de assimilação da precariedade e da informalidade que, transformadas em oportunidades, permitem a internalização dos preceitos que orientam a sociedade de mercado. Confirmando essa constatação, o exemplo insinuado no trecho citado acima é esclarecedor, pois sinaliza que o aumento do número de empreendedores seria positivo para o país, mesmo que as pesquisas apontem que a origem desse fenômeno está no desemprego e na urgência dos mais pobres em garantir sua sobrevivência. Segundo Antunes (2018) a nova tendência estrutural de precarização do trabalho pode ser demonstrada em quatro exemplos; a erosão do trabalho regulamentado, a criação de falsas cooperativas, a degradação intensa do trabalho de imigrantes e o “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa” (ANTUNES, 2018. p. 76).

Já apontamos que os jovens mais pobres são aqueles levados a se iniciar mais cedo no mercado de trabalho e essa iniciação se dá quase sempre através da informalidade e da precariedade. Destacamos que a ostensiva propaganda empreendedora, que hoje é insistentemente promovida nos veículos de comunicação, nas escolas, nas redes sociais etc. cumpre o papel de normalização das novas relações degradantes de trabalho, ao mesmo tempo que serve ao convencimento dos sujeitos mais expostos ao desemprego. Tal inculcação pode ser percebida quando os sujeitos mais vitimados pela falta de emprego normalizam essa situação e incorporam ações e saídas individuais como único modo de mitigar sua condição.

A tabela abaixo ilustra o perfil econômico daqueles que iniciaram um negócio no ano de 2019 e nos permite inferir o grau de precarização a qual está sujeitado boa parte dos que são conformados como empreendedores no Brasil.

Tabela 3 – Percentual dos empreendedores iniciais⁴⁴ (por renda familiar) segundo as motivações para começar um novo negócio – Brasil - 2019

Motivação	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 3 salários mínimos	Mais de 3 até 6 salários mínimos	Mais de 6 salários mínimos
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	100,0%	94,1%	85,9%	84,1%	75,7%
Para fazer diferença no mundo	37,2%	45,5%	54,1%	58,8%	55,1%
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	20,6%	23,1%	37,7%	48,6%	52,0%
Para continuar uma tradição familiar	37,5%	26,5%	26%	20,3%	25,4%

GEM (2020, p.70)

Os dados da Tabela 3 junto aos elementos apontados até o momento a respeito da precarização e do empreendedorismo nos indica um cenário caótico. Percebemos que as pretensões de sucesso com o novo investimento tendem a diminuir conforme se reduz a renda dos novos empreendedores, levando a crer que quanto mais pobre for o empreendedor mais seu empreendimento tem caráter precário e destinado a suprir necessidades urgentes. Outro fator revelado é que quanto menor a renda familiar dos novos empreendedores, mais o seu negócio tem papel de substituir o trabalho formal, surgindo como solução para aqueles que não encontram forma de se alocar no mercado de trabalho. Inclusive, devemos destacar que 100% dos empreendedores iniciais com renda familiar de até 1 salário mínimo estão nessa atividade pois não encontraram emprego.

Retomando rapidamente o exemplo do *Árvore da Vida*, lembramos sua atuação junto à comunidade do Jardim Teresópolis para estimular o empreendedorismo. Inclusive, a instituição reconhece o caráter fragilizado do empreendedor do bairro, expondo um perfil que traduz a realidade de boa parte desse seguimento precarizado, que ao buscar alguma alternativa

⁴⁴ Empreendedores iniciais que responderam afirmativamente a cada uma das questões. As questões não são excludentes, ou seja, o empreendedor pode ter respondido afirmativamente a mais de uma.

de renda é eufemisticamente tratado como empreendedor

Uma característica brasileira muito forte é o empreendedorismo. Em comunidades como o Jardim Teresópolis, esse traço da nossa sociedade revela-se no comércio e nos pequenos serviços. Muita gente tem um bico para fazer, um biscate, vai para a rua vender alguma coisa ou montar pequenas casas comerciais, pensando em atender uma clientela que mora no próprio bairro. No entanto, esse comércio local se organiza frequentemente de maneira informal, sem base técnica ou estética. Em um território em que o clima é hostil por causa dos altos índices de violência, esse aglomerado de pequenos negócios costuma carecer também de ética. (LAGE, 2015, p. 141)

Como já citamos, dentre os quatro jovens entrevistados, três tem experiência com o trabalho e enquanto estavam empregados ou administrando seu negócio também eram estudantes. Ao observar que se tratavam de jovens que precisaram conciliar a vida de trabalhador com a de estudante, lhes questionamos sobre tal concomitância.

Propusemos a seguinte questão aos entrevistados; “caso você tenha exercido algum tipo de trabalho durante o período em que estava estudando, fale um pouco da experiência de conciliar trabalho e estudo”. Identificamos que a forma como compreenderam o período de estudo e trabalho foi diferenciada, pois alguns perceberam essa experiência como fácil e outros como difícil. Pontuamos anteriormente, segundo Marcassa e Conde (2017) e Frigotto (2004), que a conciliação entre escola e trabalho é um traço comum da juventude pobre e oriunda da classe trabalhadora, que ainda muito cedo é forçado por sua realidade a buscar trabalho, para contribuir com as despesas domésticas ou para assegurar as suas próprias. Importante frisar que esse tipo de arranjo entre escola e emprego quase sempre acarreta nítidos prejuízos ao primeiro, prejudicando o aprendizado ou levando a evasão escolar.

Diante nossa questão, Guilherme respondeu que achou a experiência de conciliação difícil, pois “são duas coisas que tomam bastante tempo e precisam de dedicação e esforço”. Já indicamos que Guilherme foi o jovem que apresentou mais desconforto com a entrevista, sendo evasivo em muitas perguntas e se negando a preencher o questionário com as características socioeconômicas. Mesmo sem se aprofundar na questão, as poucas palavras do jovem conseguem transmitir elementos sem os quais é impossível desenvolver o aprendizado na escola ou mesmo realizar um trabalho bem feito, lembrando que Guilherme não trabalhava registrado, mas administrando seu próprio negócio.

A dedicação é um elemento fundamental para o sucesso em qualquer atividade, seja no esporte, na arte, na educação, no trabalho etc. e não é possível se dedicar sem que haja tempo disponível para isso. Portanto é compreensível que o estudante entenda como “difícil”

a conciliação entre escola e trabalho, pois tratando-se de obrigações que demandam tempo para serem realizadas com sucesso, o jovem se vê forçado a desenvolver mecanismos para distribuir suas energias entre duas atividades que demandam pelo mesmo recurso escasso e que não podem ser realizadas com excelência caso se disponibilize um tempo menor do que aquele exigido pela natureza da tarefa. Assim, o “difícil” ganha contornos de algo complexo e ao mesmo tempo penoso.

Diante a mesma questão, o jovem Matheus respondeu que “trabalhei dois anos de menor aprendiz na Fiat, era bem corrido, quando tinha dever pra entregar era mais corrido ainda, chegava do trabalho fazia o dever e ia pra escola, era cansativo, mas eu gostava me fazia sentir vivo, me fazia sentir que eu tinha um propósito”. A resposta de Matheus destaca os infortúnios da conciliação entre escola e trabalho, pois entre o tempo na escola e o tempo da jornada de trabalho ainda precisava despende algum momento para a realização das atividades extraclasse. Se as atividades enviadas pelos professores para serem realizadas em casa cumprem o papel de ajudar a fixação dos conteúdos estudados em sala, inferimos que a falta de tempo para se dedicar à realização de tais exercícios é um dos sinais mais claros do quanto o jovem é prejudicado ao ter que manter a concomitância estudo e trabalho.

Embora Matheus destaque o quanto era cansativo se organizar para conseguir cumprir sua jornada de trabalho e os compromissos escolares, ele também afirma que gostava dessa rotina. Pontuamos anteriormente que o estudo de D’agostini; Junior e Marcassa (2017) demonstra que muitos jovens periféricos e trabalhadores identificam a escola como espaço de lazer, ao mesmo tempo que o trabalho é apontado como lugar de realização pessoal e abstração dos problemas com os quais convivem em suas comunidades.

A afirmação de Matheus, que demonstra realização com uma jornada tão extenuante nos provoca algumas questões que precisariam ser confirmadas ou descartadas em pesquisas posteriores. Apontamos algumas interrogações sobre sua disposição a fim de especular sobre as causas de seu posicionamento e principalmente expressar algumas pistas que possam inspirar investigações futuras.

Acreditamos que tal afirmação não se justifica apenas por se tratar de um jovem morador de uma comunidade com parca oferta de lazer e que, portanto, busca ressignificar outros espaços, como o trabalho ou a escola. Assim, pressupondo as características intrínsecas do trabalho sob a ordem do capital, mas em uma conjuntura marcada pelo avanço da precarização, do desemprego e da pobreza, estar formalmente empregado em uma grande empresa, mesmo que por contrato temporário, poderia influir na autoestima do jovem? Estaria

o jovem se sentindo realizado, mesmo em uma rotina fatigante, pois conseguiria perceber que no seu círculo de convivência - abarcando a escola, a família e a comunidade – elementos como o desemprego, a falta de dinheiro e o desalento são a condição de grande parte das pessoas, levando o jovem a uma espécie de gratidão por não se sentir afetado por problemas comuns ao seu meio? Matheus nos afirmou que é religioso e se descreve como evangélico, assim, qual seria o grau de influência religiosa na forma como o jovem compreende uma rotina tão exigente, apto de interpretá-la como gratificante e edificante? Como já indicamos, a pertinência dessas interrogações se encontra no interior do fenômeno observado, portanto acreditamos ser relevante indicá-las, mesmo que não venhamos analisar suas possibilidades

Ainda sobre a experiência de conciliação entre trabalho e estudo, Rosa indicou certa aproximação com a fala de Matheus ao afirmar “pra mim era fácil, eu trabalhava meio período de manhã. De tarde eu fazia trabalhos e deveres da escola e de noite eu ia pra aula”. O comedimento na resposta de Rosa se contrapõe ao entusiasmo de Matheus, embora a jovem também revele não se sentir pressionada pelo cumprimento de uma rotina que mantinha todo o seu dia ocupado.

Lembramos que de acordo com Corrochano (2014) entre os motivos que levam o jovem a procurar emprego, para além da necessidade de garantir alguma renda está alguns fatores elementares, como o sexo, pois os rapazes são mais pressionados a buscarem trabalho fora de casa; a relação moral que a família estabelece com o trabalho; o grau de escolaridade dos pais; a região onde se vive etc. A autora ainda aponta que o trabalho garante um certo grau de autonomia, permitindo ao jovem poder circular e se realizar pelo consumo sem a anuência dos pais, além de alimentar sonhos ou se sentir útil, podendo auxiliar nas despesas domésticas e se afirmando como sujeito ativo na família.

O perfil dos jovens trabalhadores que entrevistamos é coerente com os levantamentos apontados por Pochmann (2004) para quem os jovens das famílias pobres não se defrontam com o trabalho como opção, mas como obrigação. O trabalho seria uma das poucas esperanças de ascensão social para esses jovens que ingressam no mercado de trabalho em cargos subordinados, com baixos salários e sendo obrigados a manter a frequência na escola.

Ao serem questionados se acreditam que sua região oferece condições de emprego, todos os quatro jovens afirmaram que sim, mas destacamos a fala de Rosa. A jovem ponderou o seguinte “Sim e não. Se a pessoa quiser um emprego com condições melhores e um salário melhor aqui não dá. Mas se a pessoa não faz questão, aqui é muito fácil de achar emprego”.

Mesmo com altos índices de desemprego no país, os dados do Novo Caged⁴⁵ sobre a região de Betim apontam aumento no número de postos de trabalho. Segundo o Novo Caged (2021) entre admissões e desligamentos, o mês de janeiro de 2021 em Betim fechou com o saldo positivo de 1.035, e entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2021 constam 33.301 desligamentos e 36.888 admissões, acusando um saldo de 3.587.

Compreendemos que a fala de Rosa e os números do Novo Caged (2021) evidenciam o modo como a precarização vem avançando e se manifestando principalmente para jovens da periferia. A jovem enfatiza que a região é carente de vagas que ofertem bons salários e boas condições, mas que para postos precarizados a escassez não é a mesma, podendo sempre encontrar algum trabalho desde que se sujeite a baixa remuneração e más condições. Essa percepção nos dá algumas pistas sobre como os números do Novo Caged (2021) transmitem uma falsa sensação de melhora do mundo do trabalho. O Novo Caged lançado em 2020 é marcado por coletar dados de forma mais abrangente, contabilizando postos de trabalho que até então não tinham a obrigação de serem indicados, como por exemplo os postos de Trabalho Temporário. O Trabalho Temporário é marcado por não se converter em permanente na maioria das vezes, além de ser aleijado de alguns direitos garantidos ao trabalhador permanente, como o direito a indenização de 40% sobre o FGTS, o seguro-desemprego, o aviso prévio e a estabilidade provisória caso a trabalhadora seja gestante.

Todos os jovens afirmaram conversar com seus familiares sobre trabalho, demonstrando que esse assunto emerge no cotidiano dos seus lares. Sobre essa questão, Marcos afirmou que diversos aspectos do trabalho são discutidos entre ele e seus familiares e destacou “o assunto surge por necessidade de dinheiro e realizações pessoais”. Rosa por sua vez indicou que não é atuante nas conversas, participando delas somente como ouvinte “Na verdade, eu só escuto eles falando sobre como é a experiência deles no trabalho deles. Não

⁴⁵ Através da Portaria nº1.127 de 14 de outubro de 2019, o Governo Federal instituiu mudança na metodologia de recolhimento de dados para levantamento de estatísticas sobre o trabalho. Com a alteração, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, criado em 1965 e a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, criada em 1975, foram substituídos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial. A modificação foi realizada sob o pretexto de modernização na coleta de dados e diminuição da burocracia para os contratantes, mas na prática serviu para inflar os números de empregos gerados. O Caged foi criado com finalidade trabalhista, enquanto o eSocial tem caráter tributário, previdenciário e trabalhista, portanto o eSocial compreende um número muito maior de registros. O “Novo Caged”, como foi batizado, exige por exemplo o registro de trabalhadores temporários, o que era opcional no antigo modelo. Assim, desde 2020, mesmo com dados do IBGE apontado aumento do desemprego, documentos e discursos oficiais do Governo Federal vêm comemorando o aumento do número de empregos gerados, conforme aponta o Novo Caged. Importante frisar que com a mudança de metodologia é impossível a comparação dos números recentes com a série histórica de criação de novos postos de trabalho.

tenho a palavra”. Ambos são jovens que tem experiência com o trabalho, mas que atuam de forma oposta quando esse assunto emerge na família, indicando as especificidades familiares que também influenciam na relação do jovem com o trabalho.

Ainda sobre o surgimento do trabalho como um assunto que emerge na família, Matheus se limitou a dizer que este não é um assunto muito falado, enquanto João, o único jovem sem experiência de trabalho demonstrou ser o que mais aborda esse tema com sua família. De acordo com João, as conversas giram em torno de “oportunidades de emprego, profissões que desejo seguir e experiências. Conversamos sobre essas questões, sobre experiências também que o trabalho proporciona e questões como, qual profissão eu desejo seguir e quais profissões meus pais/parentes já seguem ou seguiram”.

Importante frisar que além de ser o único sem experiência de trabalho, João também é o único que não estuda a noite e foi um dos que mais se prontificou a participar da pesquisa quando foi convidado. Embora o jovem tenha uma renda familiar média parecida com a dos outros jovens participantes da pesquisa, entre os que aceitaram responder o questionário com dados pessoais e familiares, ele é o único que mora com o pai e a mãe. Seu pai é manobrista em uma grande empresa que atua no estoque e transporte de carros novos em Betim, sua mãe é empregada doméstica e ambos têm o ensino médio completo.

Compreendemos que as entrevistas com os jovens a respeito do trabalho, intercaladas com o referencial teórico e os dados aqui indicados para contextualizar suas posições, nos autoriza algumas conclusões sobre suas perspectivas a respeito do mundo do trabalho.

Percebemos que entre jovens que experimentaram o trabalho formal, com direitos assegurados, existe o sentimento de entusiasmo com a atividade realizada, mesmo quando precisam relacioná-la com a escola e se submeter a rotinas extenuantes. Não elucidamos as causas desse sentimento, mas reconhecemos que os jovens enxergam no trabalho a possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Os institutos de formação profissional cumprem um papel importante no auxílio ao primeiro emprego e no Jardim Teresópolis diversos jovens são contemplados por essas iniciativas. Embora a principal instituição desse seguimento tenha sido implantada a partir de um olhar voluntarista e estigmatizante, que olhava com estranheza para a realidade do bairro em que pretendia se inserir, a partir de suas ações práticas conseguiu envolver jovens e suas famílias, gozando de prestígio junto à comunidade hoje em dia.

Observamos que a transfiguração da precarização em atividade empreendedora é uma tendência por parte de pesquisas e instituições que fomentam o empreendedorismo e que tal

disposição pode ser observada no Jardim Teresópolis como paliativo para o desemprego. Também constatamos que a falta de trabalho é marcante na realidade dos jovens do bairro, e que os próprios jovens percebem que a região não oferta empregos de qualidade. Enfim, mesmo havendo alguns dados que apontam o surgimento de novas vagas na região - como indica o controverso Novo Caged - o que prevalece na visão dos jovens é que a opção mais comum para assegurar renda são as atividades precarizadas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das referências analisadas e problematizadas, identificamos que o caráter central do trabalho é elemento fundante da sociabilidade humana. Isso afasta a hipótese de uma sociedade sem trabalho ou de uma sociedade emancipada do trabalho, mas ao mesmo tempo coloca a necessidade da superação da forma de trabalho atualmente predominante. As contradições que envolvem a sociedade de classes, marcada atualmente pela economia de mercado, revelam que o atual modelo econômico foi engendrado pelas contradições que movem os seres humanos na história, portanto, sua infinitude ou imortalidade não devem ser tomadas como imperativos.

Percebemos que entre as atuais condições do mundo do trabalho, se intensificam características intrínsecas ao capitalismo que confrontam diretamente o gênero humano, como a alienação e o estranhamento. Da mesma forma, percebemos que a atual conjuntura, marcada pela crise econômica e sanitária, tensiona outros elementos estruturais do sistema, como a desigualdade e o desemprego.

Na tentativa de compreender o jovem estudante da periferia dentro da sociedade do capital, recorreremos a literatura especializada sobre juventude e a pesquisas que buscam compreender a condição juvenil e como ela se expressa em territórios periféricos. Assim, percebemos jovens que habitam regiões onde o cotidiano é atravessado pela diversão, pela cultura, pela resistência, pela união, mas também pela precariedade e a violência. Dessa forma, compreendemos que ser jovem em tais territórios indica uma experiência dinâmica, que aponta ricas possibilidades para o desenvolvimento da sociabilidade e da subjetividade, mas também muitos obstáculos ao desenvolvimento material e social de milhões de jovens.

Nossas análises sobre a impressão dos jovens periféricos a respeito da escola, apontou que o espaço escolar assume a qualidade de local para socialização ao mesmo tempo que representa o caminho para inserção no trabalho. O caráter socializante pode estar ligado ao fato

de que em comunidades onde o acesso a ambientes recreativos é restrito, a escola, por ser o local onde jovens que habitam a mesma região se encontram por vários dias e horas, se torna espaço de desfado. Percebemos ainda, que além de um lugar de convivência, a escola também se mostrou um espaço de esperança. Tal visão pode ser compreendida quando atentamos para a atual competitividade do mercado de trabalho e a necessidade de conseguir dinheiro, num contexto histórico em que a educação é apontada como redentora e meio para ascensão.

Analisando as condições de inserção no mercado de trabalho, percebemos que os jovens de origem pobre, enfrentam maiores adversidades para se inserirem no mundo do trabalho. Apontamos ainda que a informalidade e a precarização marcam a realidade da juventude que necessita de renda para contribuir com suas famílias, para garantir sua independência, para ter acesso ao lazer, para se afirmar no território que habita, enfim, para exercer sua condição juvenil. Apontamos ainda que o problema estrutural do desemprego dos jovens é agravado em uma conjuntura de recessão, de crise econômica, de crise sanitária, marcada por concepções meritocráticas e por reformas governamentais que fragilizam o trabalhador diante o capital.

Ao relacionar os elementos da parte teórica com os dados colhidos junto aos jovens do Jardim Teresópolis, podemos apresentar algumas considerações.

Primeiro, consideramos que as entrevistas revelaram que no Jardim Teresópolis temos jovens que experimentam sua condição juvenil de uma forma muito próxima ao de outros jovens moradores de regiões periféricas pelo país. As pesquisas de Ramos (2018), Pereira e Lopes (2016) sobre a forma como os jovens enxergam a escola na periferia, coincidiu em grande medida com o que apreendemos das entrevistas. Assim, foi possível perceber que a escola é associada a um espaço de aprendizado e de socialização, tendo a possibilidade de convivência com colegas como seu maior atrativo. Resultado similar é apresentado na pesquisa de Pereira e Lopes (2016), quando indicam que a maioria dos jovens buscam na escola a possibilidade de fazer amigos.

Percebemos que mesmo fazendo críticas pontuais, a avaliação geral dos jovens sobre a escola em que estudam é positiva. Todos enfatizaram de forma elogiosa os momentos recreativos fora das salas, como as gincanas e campeonatos de futsal e, os momentos em que assumem posição ativa dentro da sala, quando debatem ou apresentam trabalhos. Essa constatação se aproxima dos resultados da pesquisa de Freitas, Batista e Mello (2016), quando apontam que os bons momentos da escola são associados a atividades que permitem fugir da dimensão conteudista.

Ao pensar a primeira constatação, nos deparamos com um novo problema, que escolhemos registrar por considerar sua relevância, mas que não nos aprofundamos por ir além dos limites de nossa pesquisa. Os apontamentos de Laval (2017), Harvey (2016), Antunes (2009) e Silva (1999) demonstram que as reconfigurações pelas quais o modo de produção capitalista passou a partir dos anos 1970 extrapolam a dimensão produtiva, influenciando outras áreas da sociabilidade, como a educação. Dessa forma, nos chamou atenção que as qualidades identificadas na escola pelos jovens coincidam com as competências afetivas que a fase neoliberal do capitalismo demanda dos trabalhadores.

Os conflitos na escola também emergiram nas nossas entrevistas. Os jovens que não se interessam pela escola foram apontados como responsáveis pela importunação dos que se interessam e causadores de situações que impedem o andamento das aulas. Pensamos que as contendas devem ser interpretadas a partir de pelo menos dois apontamentos. A indicação de Dayrell (2007), ao demonstrar que a associação automática feita pela escola entre a condição de aluno e a condição de jovem não leva em consideração o tempo necessário para internalização dos elementos que conformam o aluno, ignorando, portanto, a construção histórica que resulta no alunato, provocando assim a reação dos jovens. Consideramos que tal perspectiva é complementada pela visão de Charlot (2008), quando este indica que os conflitos brotam da falta de sentido que os alunos conferem ao que se passa na escola, sendo a balbúrdia uma das formas de expressar de seu alheamento ao espaço.

Também observamos que a impressão dos nossos sujeitos sobre o envolvimento da escola com sua comunidade diverge dos apontamentos de alguns estudos analisados, como os de Ramos (2018). Todos os jovens avaliaram que a escola se preocupa com os problemas que afligem sua região, inclusive indicando ações realizadas pela escola no sentido de dialogar com alguns problemas que perpassam o bairro. Ao problematizar essa percepção dos jovens, percebemos que o desemprego, mesmo sendo um dos principais embaraços vividos hoje pela juventude, não aparece entre as abordagens que a escola realiza.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que o desemprego é uma das adversidades que afeta principalmente a juventude pobre, negra e periférica. Portanto, sendo o perfil dos mais afetados pelo desemprego coincidente com as características dos sujeitos de nossa pesquisa, nos intrigou que mesmo apontando a indiferença da escola diante esse problema, todos os jovens ainda constatem que a instituição se envolve com os problemas do bairro.

Percebemos que a escola Lourdes Bernadete da Silva acertadamente já realiza debates sobre alguns problemas que afligem o bairro, além de desenvolver meios lúdicos e interativos

que mantém os jovens cativados. Porém, nossos resultados sugerem, que uma das principais características da escola, a saber, a produção e transmissão de conhecimentos formais, não fazem parte das boas experiências que os jovens vivenciam na escola. Assim, nossas conclusões também apontam para a necessidade de reorientação dos debates promovidos pela escola, com intuito de abarcar de forma mais densa e abrangente um dos principais problemas que afetam a juventude periférica hoje, a saber, a necessidade de trabalhar e a contradição do desemprego.

Sobre as perspectivas dos jovens do Jardim Teresópolis a respeito das relações de trabalho, nossa pesquisa revelou similaridades com jovens de outras periferias do país e especificidades que traduzem a condição singular dos entrevistados. As contradições que geram a necessidade de buscarem emprego tão cedo, enquanto pertencem a faixa etária mais vulnerável ao desemprego, são agravadas quando atentamos para outros elementos que compõem suas identidades. Além de serem jovens, outros fatores estigmatizantes como a raça, o gênero, a classe, o território em que vivem e a pouca ou nenhuma experiência profissional são agravadas numa conjuntura de crise econômica, intensificada por uma crise sanitária.

Entre os elementos que se destacaram em nosso estudo, está a forma como o trabalho formal é visto como gratificante. Mesmo em condições onde o jovem se desdobra também como estudante, precisando conciliar as tarefas escolares com a rotina do trabalho, ter um salário regular e alguns direitos nos pareceu uma condição apreciada pelos entrevistados. Os jovens também ressaltaram que percebem o trabalho como uma possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Os estudantes entrevistados que vivenciaram a experiência do trabalho formal, foram trabalhadores sob a condição de menores aprendizes. Assim, conviveram com a insegurança e a ansiedade de serem efetivados após o término do contrato, possibilidade que não se confirmou no caso dos dois jovens. O saudosismo com que lembram da experiência na FIAT, traduz a vontade de voltar a trabalhar em condições similares às que mantinham, não só por terem boas lembranças daquele cotidiano, mas principalmente porque hoje são jovens saídos da educação básica e que não tem emprego, num cenário de precarização e informalidade generalizadas.

A figura do jovem empreendedor também foi identificada nos sujeitos da pesquisa. Um dos jovens administrava uma loja virtual e buscava se enquadrar como Micro Empreendedor Individual – MEI. Ao longo da pesquisa, identificamos que a figura do jovem empreendedor é um fenômeno que vem crescendo no cenário nacional e, na maioria dos casos, surge mais por necessidade do que por opção. A falta de emprego e renda impõem a improvisação de arranjos para alcançar objetivos e contornar privações, assim, vem se tornando comum que muitos

desempregados busquem solução em atividades informais, sem vínculo empregatício e sem rendimentos regulares, na forma dos populares “bicos”. Como os jovens, especialmente entre 18 e 24 anos, são o grupo mais prejudicado pelo imperativo do desemprego, é compreensível que muitos jovens venham buscado tais remendos, que eufemisticamente vem sendo nomeados de empreendedorismo.

A apologia empreendedora obscurece as contradições que levam os jovens à essa atividade, prejudicando a elucidação das reais causas que estimulam tantos jovens a buscarem essa solução para o desemprego. Percebemos que no Jardim Teresópolis, atuam algumas instituições que tem como prática principal a formação profissional dos jovens e o incentivo ao empreendedorismo.

Analisamos brevemente o Instituto Árvore da Vida, por ele ter sido criado por disposição da FIAT, por gozar de prestígio junto à comunidade, por ter como uma de suas finalidades a formação profissional de jovens e a articulação para que seus assistidos se empreguem na FIAT, na condição de jovens aprendizes - inclusive um dos nossos entrevistados ingressou nessa empresa através desta instituição - e por estimular a ação empreendedora no bairro. Não conseguimos verificar se a atividade exercida pelo jovem que participou da nossa pesquisa e mantém a loja virtual também recebeu apoio desta instituição, mas é possível constatar um aumento das iniciativas empreendedoras no Jardim Teresópolis após o início de suas ações.

Por fim, acreditamos que nossa proposta de compreender como as dinâmicas das relações de trabalho se dão na perspectiva dos jovens estudantes da periferia de Betim, não se esgotou. O tempo diminuto, associado à crise desencadeada pela pandemia, colocaram obstáculos difíceis de transpor. Assim, reconhecemos que ao longo da pesquisa, além da interpelação do nosso problema central, surgiram novas questões e problemáticas que precisariam de uma abordagem mais aprofundada.

Finalizamos nossa diligência com a constatação de que os problemas intrínsecos à sociedade orientada pela lógica do capital, que aflige principalmente os jovens da classe trabalhadora, são ainda mais devastadores quando pensamos esse sujeito de forma concreta. As categorias que atravessam a juventude, como a raça, o gênero, o território e a classe, ao serem articuladas, podem revelar uma forma de vida marcada por sonhos, alegrias, violência, exploração e precariedades. Como tratamos esse fenômeno de forma histórica, acreditamos que tal contradição também guarda em seu interior a possibilidade de sua superação.

6 - REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas, Valparaíso, vol.18, n.3, nov. 2019. Disponível em <<https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/1674/1079>> Acessado em 05 de jul. 2020.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In. ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ALIANÇA BIKE, Associação Brasileira do Setor de Bicicletas. **Pesquisa do perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos**, 2019. Disponível em <https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf>. Acessado em 29 de nov. de 2020.

ALMEIDA, Renato Souza de. **Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/68994/71472>>. Acessado em 25 de jul. de 2020.

_____. **Cultura de periferia na periferia**. Le Monde Diplomatique Brasil, Brasil, n. 49, ago. 2011. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/cultura-de-periferia-na-periferia/>>. Acessado em 09 de ago. de 2020.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cad. Pesq., São Paulo (77), maio 1991, p. 53-61.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel. **Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência**. Petrópolis: Vozes, 2019

_____. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOHEN, Camila. **Moradores de favelas movimentam R\$119,8 bilhões por ano**. Agência Brasil. São Paulo, 27 de janeiro de 2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano>>. Acessado em 09 de ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **A importância do setor terciário para a economia**. Brasília: ME, 2020a. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs/406-programas-e-acoes-scs>> Acessado em 26 de abr. de 2020.

_____. **Negociações internacionais de serviço**. Brasília: ME, 2020b. Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/800-negociacoes-internacionais-de-servicos> > Acessado em 26 de abr. de 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**, 2019. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acessado em 26 de maio de 2020.

CAMPOREZ, Patrik. **Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos**. Revista Época, 2018. Disponível em < <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768> > Acessado em 29 de ago. de 2020.

CHARLOT, Bernard. Educação, trabalho: problemáticas contemporâneas que convergem. In. NOZAKI Izumi (Org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2008. p. 77-92.

CHAUÍ, Marilena. **O totalitarismo neoliberal**. Anacronismo e Irrupción, v.10, n° 18, p. 307-328, maio/out. 2020. Disponível em <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>>. Acessado em 20 de nov. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO BRASIL (SPC BRASIL). **Desempregados estão, em média, há um ano e três meses sem trabalho, aponta pesquisa CNDL/SPC Brasil, 2020**. <Disponível em <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7257>>. Acessado em 14 de set. de 2020.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no ensino médio: qual o lugar do trabalho? In. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. cap. 3, p. 205-228.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE – CONJUVE. **Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**, 2020. Disponível em <https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf>. Acessado em 22 de nov. de 2020.

CNI. **Modernização Trabalhista Lei nº13.467, de 13 de julho de 2017 – Panorama anterior e posterior à aprovação - Redação vigente após a perda da eficácia da MP 808/2017**. Brasília, 2018. Disponível em <<https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/publicacoes/detalhe/trabalhista/modernizacao-e-desburocratacao-trabalhista/modernizacao-trabalhista-lei-n-13467-de-13-de-julho-de-2017-panorama-anterior-e-posterior-aprovacao/>>. Acessado em 20 de jun. de 2020.

CSP-CONLUTAS. **É preciso preparar a greve geral. Demissões, terceirizações, redução do seguro desemprego e do PIS. Os trabalhadores devem barrar esses ataques**. Julho de 2015. Disponível em < <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-851917651.pdf> > Acessado em 20 de jun. de 2020.

CUNHA, Carolina. **Educação - número de escolas públicas militarizadas cresce no Brasil**. UOL. 2019. Disponível em <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/educacao---numero-de-escolas-publicas-militarizadas-cresce-no-brasil.htm>> Acessado em 31 de ago. de 2020.

D'AGOSTINI, Adriana; JUNIOR, Gilberto N. n.; MARCASSA, Luciana P. **Juventude e periferias urbanas: perfil, cultura e outros aspectos da vida social e afetiva**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 137-153, maio./ago.2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i41.3785>>. Acessado em 30 de jul. de 2020.

DATASEBRAE. **Perfil do MEI**. 2019. Disponível em < <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/#infografico> > Acessado em 04 de jul. de 2020.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>. Acessado em 23 de ago. de 2020.

DAYRELL, Juarez; CARRANO Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. cap. 2, p. 101-135.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A reforma trabalhista sem fim e a “bolsa patrão” do Contrato Verde e Amarelo**, 2020.

Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec221carteiraVerdeAmarela.html>>. Acessado em 24/10/20.

_____. **Avaliação do Programa de Proteção ao Emprego – PPE**, 2016. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/outraspUBLICACOES/2016/ProgramaProtecaoEmpregoPPE.html>>. Acessado em 04 de jun. de 2020.

_____. **Considerações sobre as medidas provisórias 664 e 665 de 30 de dezembro de 2014**, 2015. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/outraspUBLICACOES/2015/subsidiosConsideracoesMPs664665.pdf>>. Acessado em 07 de jun. de 2020.

DUTRA, Renata Q.; JESUS, Selma C. S. **Medida provisória nº 905/2019 Programa Verde Amarelo: a reforma dentro da reforma trabalhista**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462020000200201&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado em 25 de out. de 2020.

ESTEBAN, Maria Paz Sandin. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Pâmela Félix; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; MELLO, Hivy Damasio Araújo. **Juventude(s) e ensino médio: relação dos estudantes com a escola e com o saber em territórios de vulnerabilidade social**. Cadernos Cenpec, São Paulo, v6, n.2, p. 80-105, jul./dez. 2016. Disponível em <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/371>>. Acessado em 09 de set. de 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez editora, 2006.

_____. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR EMPREENDEDORISMO NO BRASIL (GEM). **Empreendedorismo no Brasil – 2019**. Curitiba: IBQP, 2020.

GERALDO, Moisés Ferreira; LEÃO, Geraldo Magela; JESUS, Rodrigo Ednilson de. Trajetórias identitárias de jovens negros de um conjunto habitacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In. MIRANDA, Shirley Aparecida de; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos entre sujeitos, práticas e conhecimentos**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. cap. 1, p. 59-74.

GEORGIEVA, Kristalina; GHEBREYESUS, Tedros Adhanom. **Some say there is a trade-off: save lives or save jobs – this is a false dilemma**. The Telegraph. Londres, 03 de abr. de 2020.

Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/global-health/science-and-disease/protecting-healthandlivelihoods-go-hand-in-hand-cannot-save/>>. Acessado em 09 de abr. de 2020.

GONZALEZ, Roberto. In. CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 109-128.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 26ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. **O direito à cidade**. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/22/o-direito-a-cidade/>>. Acessado em 01 de ago. de 2020.

IDADOS. **Transição da Escola para o Trabalho**, 2020. Disponível em <<https://idados.id/pesquisa-escola-para-trabalho/>>. Acessado em 20 de nov. de 2020.

Indústria defende maior participação do Brasil em acordos internacionais de serviços. Agência de notícias CNI. 14 de ago. de 2017. Disponível em <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/industria-defende-maior-participacao-do-brasil-em-acordos-internacionais-de-servicos/>>. Acessado em 01 de jun. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: Desemprego fica em 14,1% no trimestre encerrado em novembro**, 2021. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro>>. Acessado em 07 de fev. de 2021.

_____. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020**, 2020a. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf> Acessado em 13 de set. de 2020.

_____. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,2% e taxa de subutilização é de 24,4% no trimestre encerrado em março de 2020**, 2020b. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27534-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-4-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2020>>. Acessado em 01 de maio de 2020.

_____. **Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde**, 2020c. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>>. Acessado em 20 de nov. de 2020.

_____. **PNAD Contínua: Taxa de sindicalização cai para 12,5% em 2018 e atinge menor nível em sete anos**, 2019a. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26423-taxa-de-sindicalizacao-cai-para-12-5-em-2018-e-atinge-menor-nivel-em-sete-anos>>. Acessado em 12 de abr. de 2020.

_____. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrado em julho de 2019**, 2019b. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019>>. Acessado em 30 de out. de 2019.

_____. **PNAD Contínua: Desemprego atinge 14 milhões de pessoas em abril**, 2017. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10000-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-em-abril>>. Acessado em 18 de jun. de 2020.

_____. **Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais**, 2010a. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2057&busca=1&t=censo-2010-11-4-milhoes-brasileiros-6-0-vivem-aglomerados-subnormais>>. Acessado em 09 de ago. de 2020.

_____. **Censo Demográfico: aglomerados subnormais - informações territoriais**, 2010b. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf>. Acessado em 12 de jan. de 2021.

INTERSINDICAL. **Seguimos firmes na luta contra o plano de proteção ao empresariado**. 07 de Jul. de 2015. Disponível em < <https://www.intersindical.org.br/2015/07/07/seguimos-firmes-na-luta-contra-o-plano-de-protecao-ao-empresariado/> > Acessado em 20 de jun. de 2020.

JUSTIÇA DO TRABALHO: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Primeiro ano da reforma trabalhista: efeitos**. 2018. Disponível em < <https://www.tst.jus.br/web/guest/-/primeiro-ano-da-reforma-trabalhista-efeitos?inheritRedirect=true> > Acessado em 04 de jul. de 2020.

LAGE, Marco Antônio. **O mundo pode ser melhor – Árvore da Vida: a experiência da Fiat Chrysler**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude, projetos de vida e ensino médio**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out-dez. 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/es/v32n117/v32n117a10.pdf>>. Acessado em 29 de ago. de 2020.

LUCENA, Carlos; LUCENA, Lurdes; FRANÇA, Robson Luiz de. O Projeto Escola Sem Partido: Considerações Preliminares. *Diversa Prática*, v.5, n.2, p.136-154 - 2º semestre 2018. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica/article/view/51354>>. Acessado em 30 de ago. de 2020

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 80-95.

MARCASSA, Luciana Pedrosa; CONDE, Soraya Franzone. Juventude, trabalho e escola em territórios de precariedade social. In: 38ª Reunião Nacional da Anped – PNE: **Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência**. São Luiz: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2017. Disponível em

<http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT09_302.pdf> Acessado em: 01 de jun. de 2020

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES, Bruno. **Em Minas Gerais, 700 mil alunos devem ficar sem acessar aulas remotas.** O Tempo. Belo Horizonte, 20 de abril de 2020. Disponível em <https://www.otempo.com.br/cidades/em-minas-gerais-700-mil-alunos-devem-ficar-sem-acessar-aulas-remotas-1.2326670>. Acessado em 08 de ago. de 2020.

MÉSZÁROS, Itsván. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Eduardo; DEISTER, Jaqueline. **“Muito trabalho para receber pouco”, destaca entregador de aplicativo sobre rotina.** Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020. Disponível em <<https://www.brasildefatorj.com.br/2020/06/30/muito-trabalho-para-receber-pouco-destaca-entregador-de-aplicativo-sobre-rotina>>. Acessado em 21 de nov. de 2020

NOVAES, Regina Celia Reys. Prefácio. In. CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. p. 13-22.

NOVO CAGED. **Estatísticas mensais do emprego formal.** 2021. Disponível em <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/novo-caged-2021/novo-caged-janeiro-2021>>. Acessado em 01 de jun. de 2021.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONJUNTURAIS – NEC. **Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por aplicativos no Brasil,** 2020. Disponível em <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Aplicativos-no-Brasil.pdf>>. Acessado em 27 de nov. de 2020.

OLIVEIRA, Lucy. **O trabalho em “tempos de crise”: enquadramentos da mídia sobre a Reforma Trabalhista no Brasil.** [2018?]. Disponível em <https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_12/Lucy_Oliveira_GT12.pdf> Acessado em 20 de jun. de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho Decente,** 2020a. Disponível em <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acessado em 10 de abr. de 2020.

_____. **Mundo tem 40 milhões de pessoas na escravidão moderna e 152 milhões de crianças no trabalho infantil,** 2020b. Disponível em <

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_575482/lang--pt/index.htm>. Acessado em 09 de abr. de 2020.

_____. **Crescimento de salários desacelera no mundo para nível mais baixo em 4 anos**, 2020c. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/crescimento-de-salarios-desacelera-no-mundo-para-nivel-mais-baixo-em-4-anos/>>. Acessado em 09 de abr. de 2020.

_____. **OIT mostra que apenas 10% dos trabalhadores recebem quase metade do salário global**, 2020d. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679002>>. Acessado em 10 de abr. de 2020.

PALHARES, Isabela. **Na periferia, faltam internet, computador e até mesmo papel e lápis para aulas a distância**. Folha de São Paulo. São Paulo, 08 de maio de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/na-periferia-faltam-internet-computador-e-ate-mesmo-papel-e-lapis-para-aulas-a-distancia.shtml>>. Acessado em 08 de ago. de 2020

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, João Celso; JUNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PEREIRA, Beatriz Prado; LOPES, Roseli Esquerdo. **Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00193.pdf>>. Acessado em 27 de ago. de 2020.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. **Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação**. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95957/55502>>. Acessado em 31 de ago. de 2020.

POCHMANN, Marcio. **A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores**. [Entrevista concedida a] André Antunes. Revista POLI: saúde, educação e trabalho – Ensino médio abaixo da idade média? Rio de Janeiro, ano IX, n.48, p. 16-19, nov./dez. 2016.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241

PIVETA, Ruth T. Aparecida; CARVALHAES, Flávia F. de Carvalho. **A Juventude das periferias como alvo da violência: uma análise sobre enunciados difundidos pela sociedade brasileira**. Psicologia Política. vol. 17. nº 39. pp. 277-292. mai. – ago. 2017

Portal do Empreendedor. Estatísticas. 2020. Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>> Acessado em 04 de jul. de 2020.

Programa de Proteção ao Emprego é medida adequada para atual momento econômico, diz CNI. 08 de jul. de 2015. Disponível em < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/programa-de-protecao-ao-emprego-e-medida-adequada-para-atual-momento-economico-diz-cni/> > Acessado em 13 de jun. de 2020.

Programa de Proteção ao Emprego poderá ser realidade. 26 de maio de 2015. Disponível em < <https://www.cut.org.br/noticias/programa-de-protecao-ao-emprego-ppe-podera-ser-realidade-no-brasil-da8a> > Acessado em 14 de jun. de 2020.

QEDU. **Matrículas e infraestrutura 2020.** Disponível em <https://www.qedu.org.br/estado/113-minas-gerais/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=> > Acessado em 15 de ago. de 2020.

RAMOS, Renata Fornelos d’Azevedo. **Juventude da periferia: do estigma ao modo de vida.** Curitiba: Appris, 2018.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2001.

REIS, Cristina. **O que é ser jovem? Ou melhor, o que é ser jovem nas periferias? – Clube de Mídia da Casa de José. Lar Fabiano de Cristo, 2019.** Disponível em <<http://www.lfc.org.br/2019/08/30/e-ser-jovem-ou-melhor-e-ser-jovem-nas-periferias-clubede-midia-da-casa-de-jose/>>. Acessado em 26 de jul. de 2020.

ROLNIK, Raquel. **Espaços em transformação.** [Entrevista concedida a] Mariana Sgarioni e Rafael Tonon. Revista Continuum – Itaú Cultural, n. 26, p. 34-35, jun. 2010

ROSENFELD, Cinara; MOSSI, Thays Wolfarth. **Trabalho decente no capitalismo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas.** Revista Sociedade e Estado – v.35, n.3, p.741-764, set./dez. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922020000300741&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em 12 de dez. de 2020.

SANTANDER. **Reforma Trabalhista. Informalidade e Insegurança jurídica.** 14 de jun. de 2017. Disponível em < https://cms.santander.com.br/sites/WPS/documentos/arq-estudos-macro-junho-2017_v2/19-01-23_120725_arq-estudos-macro-junho-2017.pdf >. Acessado em 19 de jun. de 2020.

SANTOS, Catarina de Almeida; PEREIRA, Rodrigo da Silva. **Militarização e Escola Sem Partido.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v.12, n.23, p.255-270, jul./out. 2018. Disponível em <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/884/pdf>>. Acessado em 31 de ago. de 2020.

SANTOS, Eloisa Helena. Uma perspectiva de análise sobre os saberes no trabalho. In: NOZAKI Izumi (Org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2008. p. 147-160.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: FERRETI, João Celso; JUNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 75-84

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação. Diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre a relação entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

TIC Domicílios. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros**. 2018. Disponível em <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028tic_dom_2018_livro_eletronico.o.pdf> Acessado em 27 de jul. de 2020.

TIC Kids Online Brasil. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil 2019 -Principais resultados**. São Paulo, junho de 2020. Disponível em <https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acessado em 20 de set. de 2020.

TOLOTTI, Rodrigo. **Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego**, INFOMONEY, 2018. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego/>>. Acessado em 19 de out. de 2020.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZINET, Caio. **Belo Horizonte: após ocupação, governo desiste de dividir escola com Colégio Militar**. Centro de Referência em Educação Integral, 2016. Disponível em <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/belo-horizonte-apos-ocupacao-governo-desiste-de-dividir-escola-colegio-militar/>>. Acessado em 31 de ago. de 2020.

7 – ANEXOS

7.1 – Questionário para traçar o perfil socioeconômico.

QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS ESTUDANTES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA LOURDES BERNADETE DA SILVA

Trabalho e Educação: as dinâmicas das relações de trabalho na perspectiva de jovens estudantes do ensino médio do município de Betim

Mestrando: Danilo da Silva Vargas

Orientador: Professor Dr. José Eustáquio de Brito

Data da aplicação:

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES

1. Nome:

2. Sexo: Feminino. Masculino.

3. Idade (anos):

4. Data de nascimento:

5. Estado e Cidade onde nasceu:

6. Em qual cidade e bairro você mora?

7. Há quanto tempo você vive em seu atual bairro?

8. Estado Civil:

Solteiro (a)

Casado (o)

União estável

Divorciado (o)

9. Conforme as categorias de cor e raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), você se declara:

- Branco
- Pardo
- Preto
- Amarelo (origem asiática)
- Indígena

10. Você tem alguma religião?

- Sim – Qual?
- Não

11. Com quem você mora?

- Sozinho
- Pai e mãe
- Mãe
- Pai
- Cônjuge/ Companheiro (a)
- Outros:

12. Quem é o principal responsável pelo seu sustento?

- Você
- Pais (pai e mãe)
- Mãe
- Pai
- Cônjuge/ Companheiro (a)
- Outros:

13. Você tem irmãos?

- Não
- Sim. Quantos?

14. Qual a sua posição na família?

- Filho único
- Caçula
- Segundo filho
- Terceiro filho
- Quarto filho
- Quinto filho
- Filho mais velho
- Outro:

15. Você tem filhos?

- Não
- Sim. Quantos filhos você tem e qual a idade dele(s)?

16. Quantas pessoas moram na mesma casa que você?

- Uma
- Duas
- Três
- Quatro
- Cinco
- Seis
- Moro sozinho
- Outro:

17. Situação da moradia.

- Aluguel
- Emprestada
- Mora de favor
- Casa própria quitada
- Casa própria financiada
- Ocupação
- Outro.

18. Qual a renda mensal aproximada da sua família, incluindo todos os rendimentos de todos os membros de sua família? (lembrando que o salário mínimo é de R\$ 1.100,00)

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 3 a 4 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- De 5 a 6 salários mínimos
- Acima de 6 salários mínimos

19. Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

- Você
- Pai
- Mãe
- Padrasto
- Madrasta
- Irmão ou irmã
- Tio ou tia
- Avós
- Outros:

20. Qual a profissão dos responsáveis pelo sustento da família?

21. Quanto à convivência com sua mãe?

- Mora com você

- Mora com familiares (pai e irmãos)
- Mora com outra família
- Falecida
- Desconhece
- Outros:

22. Quanto à convivência com seu pai?

- Mora com você
- Mora com familiares (mãe e irmãos)
- Mora com outra família
- Falecido
- Desconhece
- Outros:

23. Qual a escolaridade da sua mãe?

- Nunca estudou
- Até a 4º série do Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Outros:

24. Qual a escolaridade do seu pai?

- Nunca estudou
- Até a 4º série do Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Outros:

25. Qual a escolaridade da sua avó materna?

- Nunca estudou
- Até a 4º série do Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Graduação incompleta

- Graduação completa
- Outros:

26. Qual a escolaridade do seu avô materno?

- Nunca estudou
- Até a 4º série do Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Outros:

27. Qual a escolaridade da sua avó paterna?

- Nunca estudou
- Até a 4º série do Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Outros:

28. Qual a escolaridade do seu avô paterno?

- Nunca estudou
- Até a 4º série do Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Outros:

29. Qual a profissão / ocupação da sua mãe?

30. Qual a profissão / ocupação do seu pai?

7.2 – Roteiro para entrevista.

DANILO DA SILVA VARGAS

TRABALHO E EDUCAÇÃO: as dinâmicas das relações de trabalho na perspectiva de jovens estudantes do ensino médio do município de Betim.

Orientador: Professor Dr. José Eustáquio de Brito.

Roteiro para entrevista semiestruturada com *jovens moradores do Teresópolis e estudantes da Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva em Betim*

ABORDAGEM:

Olá, meu nome é Danilo da Silva Vargas, sou mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e desenvolvo pesquisa na área de Trabalho e Educação. Busco compreender como jovens estudantes e moradores da região periférica de Betim estão lidando com as novas dinâmicas das relações de trabalho. Para tanto, encaminho dois conjuntos de perguntas, um referente a escola e o outro sobre suas relações com o trabalho. Sua contribuição é valiosa e desde já agradeço imensamente pela atenção dispensada.

Entrevista semiestruturada.

Juventude e escola: especificidades da educação na periferia.

Poderíamos começar dizendo seu nome, idade e onde mora?

Você participa de algum grupo ou organização (religiosos, culturais, políticos etc.)? Se sim, fale um pouco a respeito.

3) Quando ingressou na Escola Estadual Professora Lourdes Bernadete da Silva?

4) Qual sua impressão sobre a escola em que você estuda?

5) Como você percebe o papel da escola na sua comunidade? Você considera que ela se envolve com as questões e problemas do bairro?

6) Como você descreveria o papel da escola na preparação dos jovens para o trabalho?

7) Em sua opinião, qual a importância da escola?

8) Como você considera a relação entre alunos e professores na escola em que você estuda?

- 9) Como você considera a relação entre alunos e coordenação/direção da sua escola?
- 10) Você poderia apontar algumas experiências boas e ruins que já vivenciou na escola?

Juventude e trabalho: perspectivas dos jovens do Teresópolis sobre o mundo do trabalho.

- 1) Você já exerceu ou exerce algum tipo de trabalho (trabalho formal, informal, voluntário, doméstico etc.)? Qual sua avaliação sobre o trabalho exercido?
- 2) Como você compreende a importância do trabalho?
- 3) Caso você tenha exercido algum tipo de trabalho durante o período em que estava estudando, fale um pouco da experiência de conciliar trabalho e estudo.
- 4) Você acredita que a região onde mora oferece condições de emprego?
- 5) Em sua opinião, qual o papel da escola na construção da vida profissional dos jovens?
- 6) Você conversa com familiares sobre trabalho? Quais aspectos são ressaltados nessas conversas?
- 7) Você conversa com amigos sobre trabalho? Quais aspectos são ressaltados nessas conversas?
- 8) Você conversa com seus professores sobre trabalho ou emprego? Quais aspectos são ressaltados nessas conversas?
- 9) Quais suas aspirações ou planos profissionais para o futuro?
- 10) A região do bairro Teresópolis é uma região industrial, alguém da sua família ou mesmo você já trabalhou em alguma indústria da região? Qual avaliação você faz do trabalho nestas indústrias?